



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política

# **Política nas ruas da internet:**

Ativismo transnacional na web

**Gabriel Guerra Duarte**

Belo Horizonte

2012

# **Política nas ruas da internet:**

## **Ativismo transnacional na web**

Gabriel Guerra Duarte

Dissertação a ser apresentada no programa de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira

Belo Horizonte

2012

## **POLÍTICA NAS RUAS DA INTERNET: ATIVISMO POLÍTICO NA WEB**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 31 de Agosto de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira (Orientador)

---

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

---

Prof. Dr. Yuriy Castelfranchi

## **Agradecimentos**

Agradeço inicialmente ao meu orientador Professor Marcus Abílio Pereira pelos conselhos, pela dedicação, pelo entusiasmo, pela valorosa orientação sem a qual essa dissertação não se tornaria realidade. Agradeço também ao Professor Ricardo Fabrino Mendonça, que juntamente com meus demais colegas do grupo de pesquisa “Democracia Digital” da UFMG, tanto contribuíram com discussões e ideias valiosas ao presente texto. Além deles, agradeço ao Departamento de Ciência Política por me dar a oportunidade de desenvolver esse trabalho. Por último agradeço a minha família pelo apoio e a Giovanna pelo carinho.

## SUMÁRIO

Resumo e Abstract.....	7
Introdução.....	8
CAPÍTULO I – MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA TRANSNACIONALIDADE .....	15
1.1 O “nós” e a ação coletiva .....	15
1.2 Internacionalização, Globalização e movimentos sociais.....	21
1.3 Uma tipologia do ativismo transnacional: movimentos e redes .....	<b>Erro!</b>
<b>Indicador não definido.</b>	
1.4 O confronto transnacional: a “política de confronto” e seus múltiplos mecanismos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.4.1 Os recursos na mobilização transnacional .....	43
1.4.2 As identidades sociais transnacionais.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.4.3 Enquadrando a ação política .....	51
CAPÍTULO II – INTERNET E ATIVISMO POLÍTICO TRANSNACIONAL.....	56
2.1 Internet e política: democracia digital.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 As promessas da democracia digital.....	58
2.3 Qual democracia digital? .....	60
2.3.1 A democracia digital da informação política .....	61
2.3.2 Democracia digital: um pouco mais de “radicalismo” .....	64
2.3.3 A deliberação política e a internet .....	68
2.4 Internet e ativismo político transnacional.....	72
CAPÍTULO III – O ATIVISMO TRANSNACIONAL NA <i>WEB</i> .....	94
3.1 Um estudo sobre os portais virtuais .....	94

3.2 As variáveis: a <i>comunicação</i> , a <i>informação</i> e a <i>deliberação</i> nas ferramentas virtuais .....	97
3.3 Os portais .....	100
3.3.1 <i>Greenpeace</i> .....	100
3.3.2 Anistia Internacional.....	105
3.3.3 Avaaz .....	109
3.3.4 Sindicato Mercosul .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.3.5 Marcha Mundial das Mulheres.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.3.6 Família Internacional .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.4 Conclusões .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4. Conclusões finais .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
5. Referências Bibliográficas .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## **Resumo**

Esse trabalho visa discutir a relação entre: a noção de ação coletiva dos movimentos sociais e redes de ativismo dentro de um cenário de ativismo político transnacional. Inserido na discussão estão as mudanças produzidas pela tecnologia – a internet – na ação, comunicação e mobilização dos atores envolvidos no ativismo político que rompe fronteiras geográficas, destacando a Política de Confronto como interpretação dos conflitos. O trabalho busca construir uma noção de ação coletiva que se utiliza das tecnologias, definindo os protagonistas desse ativismo político transnacional, identificando os atores e localizando-os dentro das teorias dos movimentos sociais, em especial, a Teoria dos Processos Políticos. A internet ganha destaque nesse cenário, pois o uso da comunicação mediada por computadores, além de diversos recursos da rede mundial dos computadores, modificaram o padrão de ativismo político praticado pelos atores em questão.

Palavras-chave: Ativismo político transnacional, Política de Confronto, internet.

## **Abstract**

This paper aims to discuss the relationship between: the notion of collective action of social movements and activist networks within a scenario of transnational political activism. Housed in the discussion are the changes brought by technology - the Internet - in action, communication and mobilization of actors involved in political activism that breaks geographical boundaries, emphasizing the Contentious Politics, as interpretation of the conflicts. The work seeks to build a sense of collective action that uses technology, defining the protagonists of this transnational political activism, identifying actors and locating them within the theories of social movements, in particular, the Theory of Political Processes. The Internet is highlighted in this scenario, because the use of computer-mediated communication and several features of the global network of computers have changed the pattern of political activism practiced by the actors concerned.

Key-words: Transnational Political Activism, Contentious Politics, Internet.

## Introdução

O trabalho que se segue teve como ponto de partida uma reportagem na televisão em meados de setembro de 2009. A chamada mini reforma eleitoral, Lei 12.034/09, trazia à tona, mais uma vez, a relevância da tecnologia – no caso o uso da internet no período eleitoral – para a democracia. Passados quase três anos, o foco e os objetos mudaram, mas permaneceu o interesse pela inserção da tecnologia nos contextos políticos, sociais e culturais da democracia. Acertadamente, Castells (2003) diz que as revoluções tecnológicas são caracterizadas pela sua *penetrabilidade* em todos os domínios da atividade humana. A democracia, obviamente, não estaria de fora da imensa sombra que a internet e sua linguagem digital projetam sobre todo o mundo contemporâneo.

Reflexo da *penetrabilidade* da internet é que nossa existência individual e coletiva se torna, em parte, moldada por esse meio tecnológico, e, em parte, molda a tecnologia. E dentro dessas experiências individuais e coletivas encontramos nosso objeto, a ação coletiva de movimentos sociais e redes de ativismo. Pensamos que em uma sociedade cujos conflitos sociais são parte integrante da vida, o que move esses atores, como agem e quem são se tornam questões fundamentais, e impossíveis de não serem afetadas pela tecnologia digital. A constatação está longe de ser inédita, a literatura sobre o tema cresce continuamente, a exemplos, Norris (2001 e 2002), Castells (2003), Chadwick (2006), Gomes (2005 e 2009), Pereira (2008 e 2011), Hindman (2009), Papacharissi (2011), dentre outros.

O que se mostra particularmente em aberto é especificamente a relação entre a tecnologia e todas as dimensões da ação coletiva (Melucci, 1996), das diversas faces das teorias dos movimentos sociais (della Porta e Diani, 2006, Tarrow, 2005, Touraine, 1999), do ativismo político no geral, e, em especial, das disputas travadas transnacionalmente, aquelas cujos atores, alvos e objetos transcendem as fronteiras nacionais. A internet nesse aspecto, pela sua natureza flexível, de comunicação instantânea e convergente, possui um papel destacado, mas um papel que ainda merece ser mais explorado.

Parte da literatura se limita a investigar as relações existentes entre os atores tradicionais dos sistemas políticos nas democracias representativas – como exemplo, os estudos de governo eletrônico (Coleman, 2010, Margetts, 2010, Leston-Bandeira, 2007) – com ênfase na



administração pública, que pensam as ferramentas eletrônicas como formas auxiliares de prestação de serviços públicos, flexibilização da burocracia estatal e otimização da administração pública perante o cidadão. Ou atenta-se para outro campo, o das campanhas eletrônicas, cujo foco é a relação da tecnologia nos pleitos eleitorais, nos partidos e candidatos (Panagopoulos, 2008, Margolis e Moreño-Riano, 2009, Gomes, 2009). O nosso objetivo é realizar uma reflexão empiricamente orientada que possa servir de base para um diálogo mais amplo sobre como a internet está sendo utilizada efetivamente para criar novas formas de ação dos movimentos sociais e redes de ativismo em contextos transnacionais (Smith, 2009), que aumente a possibilidade de mobilização política desses atores (Pereira, 2011).

Outro aspecto que conflui a internet com a ação coletiva é a capacidade e (também necessidade) de inovação dos repertórios de ação. Tilly (1978 e 2007) ressalta que os mesmos são construídos dentro de uma bagagem cultural vivenciada pelos atores em dado momento. Durante o século XX, vimos o aumento da capacidade de comunicação, de organização e de sustentação dos movimentos sociais, e uma “normalização” das relações entre manifestantes e forças policiais. Essa “normalização” parece ter se interrompido na virada do século XX, como mostram a os protestos iniciados em Seattle em 1999 (Tarrow, 2005, della Porta e Diani, 2006, Smith, 2009). Desses momentos emergem novas formas de ação, e dentre elas estão a formação de um repertório de ações coletivas de confronto digitais (Smith, 2009, Earl e Kimport, 2011, Pereira, 2008 e 2011). O caráter inovador inerente a ação coletiva faz surgirem formas diferentes e não institucionalizadas de relação entre atores marginalizados e o *mainstream*. Inaugura-se, assim, uma nova “onda de protestos” (Koopmans, 2004), na qual, como ressalta Tilly (1978), os movimentos sociais – e também as redes de ativismo – definem-se como desafiantes e endereçam demandas aos atores institucionalizados ou aqueles que detêm a capacidade de decisão. Uma ação de protesto é definida como uma forma não convencional de participação política (della Porta e Fillieule, 2004), algumas chegam a ser ilegais, outras a usarem de violência.

No que tange a violência aponta Tarrow (2009) que as ações violentas tem se tornado menos frequentes nas democracias ocidentais, por motivos que como aponta Rutch (2007), nos levam a pensar se os movimentos estão mais institucionalizados ou os protestos estão sendo encarados com mais tranquilidade pelos alvos. É fato de que as ações de violência, tradicionalmente pensadas como enfrentamento campal entre atores em

conflito, tem se tornado algo menos corriqueiro. Entretanto, outras formas de protestos, como campanhas, petições, boicotes e passeatas estão em voga, e tendem a ser considerados expressões da democracia, o que faz com que a política de protesto não seja vista como uma relíquia de um período pré democrático (Rutch, 2007). O que se vê é o estabelecimento do protesto como um repertório de ação coletiva de grande destaque atualmente.

Voltando ao uso da internet, essa auxilia não apenas nas formas de ação coletiva, mas também outras questões inerentes ao ativismo político. Para a organização de novas formas de ativismo político pelos movimentos sociais, o uso da estrutura digital tem sido objeto de crescente literatura (Melucci, 1996; Tarrow, 2005; Diani, 2004, van Donk et al., 2004). Nessa tomada, a apropriação da rede mundial de computadores para organizar novas formas de ação coletiva a partir de recursos e plataformas próprios dessa tecnologia têm sido de extrema relevância para compreender a dinâmica dos movimentos sociais atuais (Pereira, 2008). O mesmo autor discorre bem sobre o papel da tecnologia:

A tecnologia faz parte da concepção do que é moderno, e enquanto tal, trata-se de uma estrutura social que ajuda a definir as formas de interação entre os indivíduos e a definição dos seus comportamentos. Assim como o aparato jurídico, as instituições económicas, os sistemas de crenças e valores e as formas de organização política, a tecnologia também contribui para as formas de acção (Pereira, 2008, p. 12)

A apropriação da internet como ferramenta de ação dos movimentos sociais já é algo constatado na literatura. Della Porta e Diani (2006) atentam ao fato de como a “contrainformação” é uma preocupação constante dos movimentos sociais, as inovações tecnológicas têm facilitado o desenvolvimento de mídias autônomas via internet (Rutch, 2004), às vezes em um processo de embate com as mídias tradicionais, outras vezes em um projeto de “democratização da informação”. Diani (2005) em estudos sobre redes e participação coloca como uma das metas no tema explorar o impacto dos “vínculos virtuais”, em particular, aqueles originados nas CMC (comunicação mediada por computadores), com destaque, para os processos de recrutamento. Continua o autor, afirmando que é amplamente reconhecido que as novas formas de comunicação potencialmente influenciam a organização social e que isso requer uma reformulação dos conceitos sociológicos, incluindo as relações sociais. A questão principal seria se o “virtual” (laços mediados por computadores) substituiriam os laços “presenciais” na geração, não apenas de oportunidades de ação, mas também no compartilhamento de entendimentos e, mais importante, de

confiança mútua, que é identificado como um fator preponderante de facilitação da ação coletiva. Essa questão formulada por Diani já foi trabalhada pela literatura (Pereira, 2005; Bennett, 2004; Hindman, 2009) e respondida por meio do conceito de *ações híbridas*, ou seja, não existe uma substituição de ações virtuais por presenciais (já que o termo “real” é equivocado para definir o antônimo de “virtual”, uma vez que ambas as ações são perceptíveis no “mundo da vida”). O que existe é um formato de ação híbrida que conjuga tanto a ação presencial: a interação face a face, como categorizada por Thompson (2001); com as ações mediadas, por exemplo, por meio da rede mundial de computadores. Uma ação ajuda a construir à outra e, nos casos dos movimentos sociais, elas possuem uma relação íntima na formação da ação coletiva.

A internet reforça uma tendência identificada já nos anos 60 de que redes de ativistas descentralizadas estão substituindo as organizações hierarquizadas e burocráticas (della Porta e Diani, 2006, Smith, 2009). E como a internet se tornou uma ferramenta organizacional em quase todas as democracias ocidentais, seu potencial também deve ser observado na sociedade civil, especificamente, nos conflitos sociais que envolvam pessoas separadas por grandes distâncias físicas. A internet também tem um grande papel na difusão do caráter da mensagem. Informação baseada na internet possui rapidez e multiplicidade.

É, portanto, claro a relevância da internet nos estudos sobre mobilização política. Definido isso, cabe introduzir qual tipo de mobilização política vamos abordar, o que chamamos de ativismo político transnacional. A transnacionalidade das relações econômicas, sociais e culturais têm também rendido estudos na seara da Globalização. No que tange ao ativismo político, Smith (2009) ressalta a importância dos episódios de confronto, tais como a “Batalha de Seattle”, em gerar novas formas de relação entre movimentos, além de espalhar novas identidades coletivas e ajudando ativistas a contextualizarem suas demandas em termos mais amplos, que possam fazer “pontes” com outros movimentos e outras demandas em localidades diferentes (Tarrow, 2005). A internet nesse caso é fundamental em possibilitar que um ativismo político transnacional ganhe forma. Como afirmam della Porta e Diani (2006) podemos pensar o ativismo político transnacional em dois níveis: no nível macro, a “globalização”, e no micro, a internet. Mas nem a globalização nem a internet por si só explicam a passagem da estrutura para a ação. Outros elementos se juntarão a nossa

análise para formar um quadro mais amplo e complexo desse novo padrão de ativismo político.

Visto esse quadro teórico inicial e expostas as razões iniciais da presente dissertação, apresento os objetivos que traço para a análise que desenvolverei aqui. O trabalho visa fazer conexões, estabelecer ligações e apresentar uma análise que ligue a internet, a ação coletiva de movimentos sociais e redes de ativismo em contextos transnacionais.

Especificando, os objetivos desse trabalho são os seguintes:

**(a)** Analisar, por meio de critérios qualitativos, os mecanismos de participação fornecidos pelos sites de movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais, dentro de um estudo de caso de portais virtuais previamente escolhidos, que potencializem o uso político dentro de um quadro de ativismo político transnacional e de democracia digital.

**(b)** Analisar as dimensões de ação coletiva dentro das teorias de ação coletiva e de movimentos sociais, em especial a dimensão das ações coletivas de confronto e ações de protesto transnacionais, nas quais a internet possua um papel de destaque.

**(c)** Analisar o novo padrão de ativismo político que envolve a mudança nas formas de ação, nas formas de organização, nas formas de mobilização e nas formas de comunicação, em especial, as que possuam alguma conexão com a adoção de procedimentos virtuais via internet.

O trabalho é particularmente um esforço descritivo e analítico da literatura conjugado com os achados empíricos dos portais virtuais dos atores do ativismo político transnacional. Observa-se, claro, a proposta de testar e observar hipóteses recolhidas da literatura: Estaria o protesto em alta nas sociedades contemporâneas como forma de ação coletiva? (Norris, 2002, Tarrow, 2005, della Porta e Diani, 2006, Rutch, 2007, Tilly, 2007); A internet está tomando um papel de destaque na construção de um repertório digital de ação coletiva, inclusive nas formas de protesto, criando uma participação diferente daquela tradicionalmente observada? (Smith, 2009, Pereira, 2008 e 2011, Norris, 2002); e vemos um ativismo transnacional, formado por movimentos sociais e redes de ativismo, que faz da rede mundial de computadores um campo de confronto, de ação, organização e comunicação política? (Castells, 2001, 2002 e 2003, Norris,

2002, Smith, 2005, Staggenborg, 2009). E por último, os sites dos movimentos sociais oferecem uma possibilidade de participação diferenciada dos meios de participação tradicionais? São essas perguntas que permeiam a escrita dessa dissertação.

No primeiro capítulo, irei tratar da ação coletiva em suas dimensões básicas, partindo do marco teórico estabelecido por Melucci (1996) e complementado por della Porta e Diani (2006). Após, discorreremos sobre os efeitos da “Globalização”, recorrendo a uma literatura mais ampla sobre o tema (Held *et al*, 1999, Castells, 2003, Santos, 2005), e especificamente a literatura sobre Internacionalização (Tarrow, 2005, della Porta e Diani, 2006, Smith, 2005) na construção de um ativismo político transnacional, que será alvo de uma tipologia (Smith, 2009) na sequência. Fechando o capítulo, temos uma análise dos mecanismos que possibilitam a construção de interações de confronto entre localidades diferentes dentro da Teoria dos Processos Políticos (Tarrow, 2005), assim como uma análise das contribuições de outras teorias de movimentos sociais sobre o ativismo político transnacional, seja na administração de recursos e de organização (McCarthy e Zald, 1994, Lupia e Sin, 2003), na formação de identidades sociais transnacionais (Melucci, 1994, Castells, 2002, della Porta e Diani, 2006) e na formulação de narrativas e enquadramentos “globais” (Tarrow, 2005, della Porta e Diani, 2006, Gamson e Meyer, 1996), já apresentando considerações sobre a internet nesse contexto.

No segundo capítulo, entramos na seara da democracia digital, analisando os modelos e teorias que versam sobre um enquadramento democrático das possibilidades oferecidas de comunicação, participação e deliberação política pela internet (Norris, 2001, Chadwick, 2006 e 2011, Pereira, 2008 e 2011, Hindman, 2009, Kies, 2004, Di Maggio e Hargittai, 2001, Dahlberg e Siapera, 2007, Papacharissi, 2010). São pensados três modelos: um modelo informacional (Norris, 2001 e Di Maggio e Hargittai, 2001) que observa a capacidade da internet ampliar o fluxo de comunicação entre representantes e eleitores, revitalizando assim as democracias representativas; um modelo mais “radical” (Dahlberg e Siapera, 2007) no qual encaixamos nossa visão de democracia digital. Esse modelo repensa as formas de participação política, compreendendo essa como confrontos de diferentes posições, como no caso do ativismo político, cujos atores se engajam no campo político para reclamar e ampliar os significados e práticas sobre liberdade e igualdade, recuperando uma dimensão conflitiva, que é inerente à democracia (Pereira, 2011). Por fim, relatamos as

experiências deliberativas virtuais, que é um dos campos mais promissores da democracia digital, apesar de visivelmente não termos práticas deliberativas tão intensas na web. Em um segundo momento desse capítulo focamos, especificamente, no ativismo político transnacional na internet. A internet possui um potencial imenso em auxiliar o engajamento, a ação, a mobilização e a comunicação dos movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais (Chadwick, 2011, Pereira, 2008 e 2011, Earl e Kimport, 2011), partindo inicialmente da sua capacidade de tornar visíveis os atores em um contexto político e social em que eles, geralmente, são os outsiders (Rutch, 2004), ampliando a capacidade desses de organizarem e de se comunicarem. Pensamos também o contexto social da tecnologia (Bennett, 2005), que proporciona diferentes formas de engajamento (Klandermans, 2009), múltiplas identidades (della Porta e Diani, 2006) e uma militância que pode ocorrer de forma diversificada e ocasional (Pereira, 2008), aonde a ação se torna híbrida podendo ocorrer nos espaços online e nos espaços off-line.

No último capítulo, concentramos nossos esforços empíricos nos portais virtuais de movimentos sociais transnacionais e redes de ativismo, selecionados pela sua relevância, pela temática e por representarem o que a literatura observou como temáticas principais e essenciais no ativismo político transnacional (Castells, 2003 e Smith, 2009), que são: ambientalismo, direito das mulheres, referentes ao trabalho ou sindicatos, direitos humanos, pela paz e de temática religiosa. Destaca-se também o crescimento do ativismo político de múltiplas questões, como aponta Smith (2009). Nessa parte do trabalho, focamos, especialmente, em observar se ocorre – e como ocorre – a apropriação de ferramentas virtuais de comunicação, participação e deliberação pelos atores em questão. Além disso, pudemos observar como cada temática lida com as formas de ação, de organização e mobilização, montando um panorama da relação militante -> internet -> movimentos e redes. As questões levantadas nos capítulos anteriores também são levadas para dentro do trabalho empírico na tentativa de conectar teoria e prática.

Outras questões e outras reflexões também compõem esse trabalho e se apresentarão no decorrer das páginas seguintes.

## **Capítulo I – Movimentos sociais e a sua transnacionalidade**

### **1.1 O “nós” e a ação coletiva.**

Como o próprio nome diz, os movimentos sociais são atores em ação na sociedade. Esses “profetas desencantados” como Melucci (1996) os chama são um fenômeno, por vezes, descritos com arbitrária e temerosa uniformidade, quando na prática são marcados pela heterogeneidade e pela fragmentação. Como percebido por Klandermas e Staggenborg (2002), o estudo e pesquisa sobre movimentos sociais ganhou uma nova dimensão com o fértil entrelaçamento desse campo da sociologia com teorias da ciência política, história, psicologia. Como resultado, novas percepções do fenômeno entraram em debate, ajudando a complexificar a análise, tornando a abordagem desse estudo um caminho de múltiplos desafios e múltiplas questões. Uma dessas questões fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais é o enquadramento analítico de sua ação coletiva, daquela ação que o faz protagonista na arena pública. Os movimentos têm como propósito agir, quebrar a inércia da “realidade”, levar-nos todos de um ponto ao outro. Portanto, movimentos sociais é a ação de um grupo dentro de um contexto social, político e cultural. E, além disso, a expressão de um conflito político, social e cultural (Della Porta e Diani, 2006).

Melucci (1996) trouxe uma imensa colaboração à ingrata tarefa de definir entre todas as manifestações sociais, culturais e políticas quais podemos abraçar como um movimento social. A ação coletiva não é um produto de forças naturais ou de leis de ferro da história. Sendo assim, os pressupostos psicossociais e marxistas da ação coletiva pouco compreenderam do cerne da questão. Os movimentos sociais não são atores irracionais ou históricos. O agir desses determinados atores coletivos não é resultado da anomia social, de um comportamento de multidão; nem de uma estrutura que os leva a serem mensageiros das contradições de classe. A ação coletiva dos movimentos sociais é uma construção, repleta de significados e que ressalta a importância dos sistemas de relação nos quais metas, valores e enquadramentos são discutidos e produzidos por esses atores sociais (Melucci, 1996, 2001).

Autores como della Porta e Diani (2006) se juntam a Melucci em parte das considerações sobre a ação coletiva dos movimentos sociais. Para os primeiros, o segundo teve mérito em trazer o conflito à pauta, colocar os

atores sociais no centro do palco e capturar as relações inovadoras principalmente na relação entre os sistemas de produção.

Cabe, portanto, definir o que seria uma ação coletiva, sendo a melhor concepção a de Melucci (1996) que a define como:

(...) as a set of social practices (i) involving simultaneously a number of individuals or groups, (ii) exhibiting similar morphological characteristics in contiguity of time and space, (iii) implying a social field of relationships and (iv) the capacity of the people involved of making sense of what they are doing (Melucci, 19996, p.20).

Percebemos, portanto, que a ação coletiva se define pelo conjunto de práticas sociais realizadas por um grupo, de forma contínua no tempo e espaço, que se dê em um campo social por atores capazes de dar sentido àquilo. Afastamos então, com esse conjunto de ideias que define uma ação coletiva, qualquer resquício de irracionalidade dos atores.

A ação coletiva é, portanto, um sistema de ação. No caso dos movimentos sociais um sistema complexo, mas específico de ação coletiva. Vale lembrar que o trabalho de Melucci (1996) procura distanciar a empiria da análise, de forma a construir uma base teórica e analítica que distancie a definição de movimentos sociais do senso comum. Sendo assim, ele propõe formas mais significativas de distinguir a ação coletiva dos movimentos sociais, bem como faz Della Porta e Diani (2006).

A pergunta que os três autores citados fazem, e que é de enorme relevância para esse trabalho é: o que torna os movimentos sociais distintos de outras formas de ação? (Melucci, 1996, Della Porta e Diani, 2006). O que difere o pânico, um motim, um linchamento de uma ação orquestrada por um ator social? Entre todas essas formas de ação, a única ligação está no caráter coletivo das mesmas. Uma definição que dará início ao estudo da ação coletiva e a sua relação com os movimentos sociais, cabe a Melucci (1996):

(...) it is a purposive orientation built on social relations within a field of opportunities and constraints. It therefore cannot be considered as either the simple effect of structural preconditions or the expression of values and beliefs. (...) they define in cognitive and affective terms the field of possibilities and limits which they perceive, and they simultaneously activate their relationships to create meaning out of their joint behavior, so as to give sense to their 'being together' and to the goals they pursue. (Melucci, 2006, p. 39).

Interessante observar como Melucci (1996) resume, no seu ponto de vista, as contribuições de outras teorias sobre a ação coletiva. Da escola



marxista, o autor reconhece a necessidade de analisar a ação relacionando-a com o seu campo estrutural, pois esse fornece recursos e constrangimentos à ação. Da perspectiva funcionalista (Smelser, 1962) temos uma importante contribuição à compreensão da ação coletiva dos movimentos sociais: as mesmas não se reduziriam ao status de mero sintoma de degradação do sistema social. Da chamada Escola de Chicago surge o pressuposto que comportamentos normais e desviantes do ponto de vista social e político não possuem uma distinção clara. Por último, os interacionistas simbólicos (Goffman, 1974) mostram que a ação coletiva não é expressão da irracionalidade, de uma anomia social, ou uma convulsão psicossocial, sendo um comportamento repleto de significado, estruturado em relações, mecanismos de decisão, na acumulação de uma “bagagem” de experiências.

Primeiramente, tem que se separar o que é uma reação à crise e o que é a expressão de um conflito, esse último fator indissociável dos movimentos sociais. O papel do conflito é ressaltado por boa parte dos teóricos dos movimentos sociais (Melucci, 1996, Della Porta e Diani, 2006, Tarrow, 2009, Touraine, 1999, Tilly, 1978, Pereira, 2012). E com ele em foco que Della Porta e Diani (2006) iniciam uma definição (e distinção) dos movimentos sociais:

(...) social movements are a distinct social process, consisting of the mechanisms through which actors engaged in collective action: are involved in conflictual relations with clearly identified opponents, are linked by dense informal networks, share a distinct collective identity. (della Porta e Diani, 2006, p. 20)

As relações conflituosas, ou melhor, o *conflito* aqui é compreendido como a oposição de dois, ou mais, atores que buscam controle de recursos sociais que são disputados por serem valiosos a todos os envolvidos. Essa uma dimensão mais significativa do *conflito* no qual o antagonismo dos atores envolvidos é destacado e construído na busca do controle desses recursos em um campo compartilhado. *Conflito*, nesse caso, não é simplesmente a oposição ao consenso, e sim oposição à definição de uma ação meramente disruptiva, que não transcenda a observação empírica, ao fato em si, que seja repleta de significados sobre valores e orientações sociais (Melucci, 1996).

Melucci (1996) de forma ainda mais primorosa decompõe a definição de ação nos movimentos sociais, além do elemento “conflito”, em outros dois: envolve algum tipo de *solidariedade*, ou seja, capacidade de reconhecerem uns aos outros como pertencentes a mesma unidade social, o

que na definição de Della Porta e Diani (2006) se relaciona com uma identidade coletiva compartilhada. Importante, delimitar bem esse conceito. Esse reconhecer solidário, esse senso de pertencimento, essa formação de identidade coletiva – que vai além do episódico e do esporádico (Della Porta e Diani, 2006) – não envolve necessariamente uma categoria social como classe ou uma questão de gênero sexual. Esse senso de pertencimento pode ser múltiplo, não rígido, e interpretado de forma diferente até mesmo pelos próprios participantes. Della Porta e Diani (2006) ressaltam a importância dessa identidade coletiva até mais que a identidade organizacional. A primeira é um sentimento de pertencimento mais abstrato, por isso mesmo mais relevante. Um ponto a ressaltar aqui é que essa identidade coletiva não pode ser pensada de forma instrumental e estratégica. A *solidariedade* que forma essa identidade coletiva, esse “nós” *versus* “eles” difere da agregação de indivíduos enquanto “átomos”. Isso, para Melucci, costuma ser mais uma resposta a períodos de crise, voltada mais para o exterior do que para o interior do movimento.

Outro ponto de distinção é o que Melucci (1996) chama de *brechas nos limites de compatibilidade* de um sistema de relações sociais. Esses limites são definidos como uma gama de variabilidades no sistema que permite que se mantenha o *status quo*, a estrutura vigente. As orientações para ação coletiva que caracterizam os movimentos sociais pressionam esses limites. Um dos pontos mais buscados na literatura referente aos “novos movimentos sociais” (Melucci, 1996, 2001 e Touraine, 1999) é que os movimentos sociais desafiam a legitimidade da ordem vigente, quebram as regras do jogo, agem de forma a ter seu próprio conjunto de objetivos não negociáveis. Essa ideia se assemelha com a noção de *oportunidades e restrições políticas* tão em voga atualmente na literatura de movimentos sociais (Tarrow, 2005 e 2009; Della Porta e Diani, 2006; Smith, 2005). As *brechas* que Melucci (1996) visualiza são elementos exteriores, limites, regras institucionais que os movimentos desafiam ou se apropriam; para Della Porta e Diani (2006) e demais autores tais elementos exteriores, enxergados em um contexto macro de interações entre diversos atores sociais no campo político podem ser pensadas como *oportunidades e restrições políticas*, que na definição de Tarrow (2009) seriam:

(...) dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso. (p. 105, Tarrow, 2009)

Portanto, um movimento social é uma forma de ação coletiva definida por (a) uma *solidariedade* específica (Melucci, 1996) ou uma *identidade coletiva* compartilhada (Della Porta e Diani, 2006); (b) engajado em *conflito* com um adversário para a apropriação de recursos valiosos para ambos; (c) e que pressione as *brechas nos limites de compatibilidade* ou se tenha a ação determinada por *oportunidades e restrições políticas*.

Esse conjunto de elementos firma um entendimento analítico do que é um movimento social entre autores que não compartilham todos os pontos. Vale ressaltar que o entendimento colocado no ponto (c) é uma analogia, que não visa unir os conceitos, mas partindo do ponto de vista que são derivados de uma mesma percepção analítica pode-se pensar nessa associação.

Dentro dessa ação coletiva que define o movimento social, temos outras dimensões consequentes dessas características definidas acima. Melucci (1996) enumera essa pluralidade de significados analíticos. Primeiro, o aumento do conteúdo simbólico, não como tomada dos recursos em si, mas como a possibilidade de dar forma diferente, de reorganizar as bases culturais de uma sociedade. Touraine (1999) diz que não existe movimento social se esse não se opõe a um modo de dominação generalizada, que não conteste as orientações gerais de uma sociedade, que não produza um projeto cultural.

Também relacionado, está a diminuição da divisibilidade (negociabilidade) das metas. Em uma agenda de um movimento social encontram-se incorporados objetivos e metas não negociáveis dentro do atual arranjo social e com as formas de poder dominante. Boa parte da literatura, dos esforços empíricos e teóricos no campo da ação e participação política nas duas últimas décadas, tem focado na construção de arenas públicas para o debate e para a produção de consenso. Mas como ressalta Pereira (2008 e 2011) a dimensão do conflito, essa tensão entre atores antagônicos, entre a contestação e a legitimação dos processos decisórios institucionalizados é uma dimensão inexpugnável da democracia. Como se torna também inevitável a diminuição da reversibilidade dos conflitos a medida que o antagonismo entre os projetos culturais (Touraine, 1999) se torna mais evidente. Como frisa Young (2001) ao pensar o lugar do ativismo nas esferas institucionalizadas, as práticas de conflito, de protesto, os repertórios de ação direta dos movimentos sociais decorrem, muitas vezes, da crença dos militantes que as instituições existentes e seus procedimentos somente reforçam o *status quo* de atores dominantes. Della Porta e Diani

(2006) observam que o surgimento dos movimentos sociais vem acompanhado do surgimento de novas regras e normas que representam tentativas de transformar as já existentes.

Uma última dimensão relevante tratada por Melucci (1996) é a diminuição do cálculo, ou seja, de uma forma matemática ou estratégica de orientar a ação. Com o conflito em evidência torna-se difícil possuir o controle dos resultados e das direções dos movimentos sociais, o que torna esses atores mais imprevisíveis aos alvos.

Percebemos, então, as quatro dimensões que decorrem da ação coletiva dos atores chamados movimentos sociais. O objetivo desse momento era justamente qualificar essa ação coletiva específica. Entre as duas bases teóricas escolhidas, Melucci (1996) e Della Porta e Diani (2006) encontramos características distintivas dos movimentos sociais, que diferem pouco. A presença da relação de conflito e a identidade coletiva distinta aparecem em ambos. A presença da solidariedade também, o senso de pertencimento à uma unidade social mantido além do episódico. Melucci (1996) reconhece além a necessidade de pressionar os limites de compatibilidade do sistema, um projeto de repaginar as fundações culturais e sociais de uma determinada sociedade, uma característica de uma visão ligada a teoria dos novos movimentos sociais e que completa bem o quadro distintivo da ação coletiva dos movimentos sociais.

Vimos que as ações coletivas possuem um quadro analítico para serem definidas, assim como os movimentos sociais. Uma forma de ação coletiva que é levada à arena política pelos movimentos sociais e também por outros atores é a chamada *ação coletiva de confronto*, assim percebida por Tarrow (2009):

A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades (Tarrow, 2009, p. 19).

A *ação coletiva de confronto* não decorre de uma ideologia de violência ou extremista dos movimentos sociais. Ela é racionalmente percebida como um dos poucos recursos que esses grupos têm contra opositores mais bem equipados ou mais poderosos nos contextos que os abrangem. Como mostra Pereira (2008), as *ações coletivas de confronto* se diferenciam de outras na sua capacidade de trazer para o centro da arena política atores que não

possuem *a priori* acesso a mesma, levando-os a entrar em conflito com os responsáveis pelos processos decisórios.

Manifestações, passeatas, boicotes, invasões a prédios públicos e uma série de ações diretas encaixam-se na definição de *ação coletiva de confronto*. O que tem ocorrido, como percebe della Porta e Diani (2006), é que essas formas de protesto estão se “normalizando”, se tornando, cada vez mais, um repertório comum entre os movimentos sociais, o que nos faz pensar o caráter “marginal” ou “não convencional” das ações de confronto, se elas já não seriam uma fonte de expressão razoavelmente aceita pelos atores envolvidos.

Smith (2009) afirma que a essência dos movimentos sociais é a ação coletiva nos espaços públicos. A literatura (Melucci, 1996; della Porta e Diani, 2006) reconhecem que os movimentos sociais alternam períodos de visibilidade com períodos de latência. Entretanto, são nos episódios de confronto – esses eventos de protesto – que os movimentos propõem desafios claros às autoridades (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001). Esses episódios envolvem demonstrações em massa, envolvem desobediência civil frequentemente, e, algumas vezes violência contra a propriedade.

É grande a proximidade entre os movimentos domésticos e os movimentos transnacionais, sendo que para boa parte da literatura a maioria dos movimentos transnacionais possui uma raiz local. Della Porta e Tarrow, 2005 (assim como Tarrow e McAdam, 2005, della Porta e Diani, 2006, Tarrow 2005 e 2009, Castells, 2002 e 2003) acreditam que muito desse ativismo transnacional que vemos emerge de movimentos domésticos levados a atuar nas arenas internacionais, influenciados seja pela difusão transnacional de símbolos culturais, questões e temáticas culturais, seja pelo aparecimento de relações com instituições supranacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organizações das Nações Unidas (ONU), dentre outras.

## **1.2 Internacionalização, Globalização e movimentos sociais.**

A relação entre movimentos sociais e a chamada “globalização” é fundamental para entender o que seguidamente definiremos como ativismo político transnacional. O termo “globalização” se encontra assim destacado porque dará lugar a uma expressão mais focada na Política de Confronto (Tilly, 1978, 2007; McAdam, Tarrow e Tilly, 2001; Tarrow, 2005 e 2009) e, principalmente, nas Teorias dos Processos Políticos (Tarrow, 2005 e 2009; Della Porta e Tarrow, 2005; Smith, 2005 e 2009; Della Porta e Diani, 2006), o

termo *Internacionalização*. Cabe uma advertência que não recusamos totalmente a ideia de “globalização” (pelo contrário, no ponto de vista informacional, cultural e social, consideramos as contribuições da literatura do tema). Apenas no que tange a “globalização política” ou aos processos políticos que percebem a atuação global de movimentos sociais transnacionais e de redes transnacionais de ativismo, o conceito de *internacionalização* é mais evidente e importante para explica-los.

Como é rico e diversificado o campo de estudos sobre a “Globalização” se faz justo discorre considerações sobre essa literatura, em especial, Held *et al.* (1999), Castells (2002 e 2003), Santos (2005). A literatura sobre globalização é extensa e complexa, pois se refere a múltiplos processos interpretados de diversas maneiras. No que concerne a esse trabalho, o objetivo com a descrição das mesmas é, antes de tudo, situar alguns posicionamentos teóricos e suas implicações com relação ao tema do trabalho.

Um dos estudos de maior fôlego na área é de Held, McGrew, Goldblatt e Perraton (1999) – também Held e McGrew (2001) – que trata de diversas visões a cerca do fenômeno “globalização”. Os autores dividem em três subteses o fenômeno: os hiperglobalistas, os céticos e os transformalistas (Held *et al.*, 1999), também definidos como otimistas, céticos e “meio termo” (Held e McGrew, 2001).

No primeiro caso, temos a “globalização” como uma etapa totalmente inédita na história, uma “Era Global”, um fenômeno que contesta as barreiras dos Estados-nação, cujas forças motoras seriam o capitalismo e a tecnologia. É a visão mais controversa, amparada em uma variante neoliberal que celebra a emergência de um mercado global (Held *et al.*, 1999). Uma das principais crenças dessa tendência teórica é que essa “globalização” – reconhecida em especial no seu aspecto econômico – estaria construindo novas formas de organização social que estariam suplantando, ou até mesmo iriam suplantar em definitivo, os tradicionais estados nações como as principais unidades políticas e econômicas do mundo. No plano social e cultural o fluxo contínuo de pessoas e ideias expõem as fragilidades das fronteiras geográficas. Esse deslocamento estaria gerando uma consciência global traduzida em uma pasteurização de valores ditos universais como os direitos humanos e as questões ambientais (Held e McGrew, 2001). Como os mesmos autores destacam os hiperglobalistas tendem a tomar o fenômeno como, primariamente, econômico. E esse surgimento de uma economia global, junto com a emergência de instituições

globais de governo e a difusão global e a hibridização das culturas são interpretadas como evidência de uma nova ordem mundial.

Essa visão é criticada como otimista demais, até mesmo falseada como um “mito” pela tese do ceticismo. Held *et al.* (1999) apontam que ao contrário dos otimistas a “globalização” cética não possui um caráter histórico inédito, e muito menos está conseguindo subestimar o poder dos estados nação. Sendo assim, os céticos aderem à definição de *internacionalização*, no qual os estados nacionais são os arquitetos principais. Ao contrário da ideia de uma “sociedade civil global” apregoada pelos otimistas, os céticos dizem que o mundo está menos interdependente que no passado, fragmentado, no qual a marginalização do Sul não está dando lugar a uma integração global, pelo contrário, está aumentando.

A ideia de *internacionalização* dos céticos é o cerne da ideia homônima (também chamada de *Internacionalismo*) desenvolvida no campo político por Della Porta e Diani (2006), Tarrow (2005 e 2009) e Smith (2005 e 2009), em especial, por colocar os atores estatais como igualmente protagonistas em um contexto macro político. Essa ideia – a *Internacionalização* – pode ser definida como:

A dense, triangular structure of relations among states, nonstate actors, and international institutions, and the opportunities this produces for actors to engage in collective action at different levels of this system (Tarrow, 2005, p. 25)

Essa noção de engajamento em diferentes níveis do sistema está atrelada ao que os autores caracterizam como *política de confronto*, definida assim por McAdam, Tarrow e Tilly (2001):

Episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of a least one of the claimants (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001, p. 5)

Ressalta-se duas características da *política de confronto*. Primeiro que ela está mais preocupada com o episódico do que com o contínuo (apesar de que não exclui do seu entendimento, que atores políticos como os movimentos sociais possuem períodos de latência e visibilidade). E segundo, que assim como na tese cética sobre a “globalização”, os governos nacionais são também protagonistas, trazidos à arena política como mediadores, alvos ou reivindicantes.

A *internacionalização* para os autores da Teoria dos Processos Políticos (Tarrow, 2005 e 2009; Smith, 2004 e 2009; della Porta e Diani, 2006) é dividida em três conjuntos de processos: os que ocorrem puramente na arena doméstica: o *framing global* e a *internalização*; os que conectam a esfera doméstica à algum conflito ou instituição internacional: a *difusão* e a *mudança de escala*; é aqueles que tomam lugar no nível internacional e tem grande potencial para criar movimentos sociais transnacionais: a *externalização* e a *formação de coalizões transnacionais*. Todos esses conceitos serão devidamente explicados em breve. Aqui servem apenas para ilustrar que assim como na tese cética de “globalização” apresentada por Held *et al.* (1999) os teóricos dos Processos Políticos enxergam níveis locais, nacionais e internacionais nas ações coletivas “globais”.

Para concluir o trabalho de Held *et al.* (1999) a tese transformalista – também conhecida como “meio termo” – tem como núcleo a crença que a globalização contemporânea é uma reconstituição ou reengenharia do poder, das funções e da autoridade dos governos nacionais. Autores como Castells (2000, 2002 e 2003) encontram-se nessa corrente, acreditando que a “globalização” é a força motora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas. Existiriam dificuldades em se identificar uma distinção clara entre assuntos externos e internos, questões domésticas e internacionais.

Como percebido acima, o trabalho prefere o termo *internacionalização* à “globalização”, em virtude do primeiro explicar de forma mais concisa e elucidativa os processos nos quais o ativismo político transnacional toma forma. Entretanto, é inegável que diversas contribuições da tese transformalista serão úteis para compreender de forma mais completa o fenômeno aqui estudado. As implicações das novas tecnologias, das mudanças sociais, dos valores culturais são mais bem exploradas por Castells (200, 2002 e 2003) e outros autores não tão ligados à visão cética.

Castells (2002) é um autor que tem uma postura transformalista em relação à “globalização”. Para ele, juntamente com a “informalização” (tratada no capítulo 2), a “globalização” está melhorando nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Mas alerta: a abstração do poder em uma rede de computadores vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política. Isso nos remete à umas das principais bases teóricas da ação e mobilização transnacional: a constatação que os governos nacionais passaram a ser “reféns” (na visão transformalista) dos grandes interesses econômicos



internacionais, das instituições políticas globais e seus processos decisórios que vinculam estados nacionais sem que haja um controle democrático *representativo* a ser feito no nível local, nacional e até mesmo global. Essa relação, que se tornaria em determinados pontos assimétricas, teria como consequência conflitos novos, mas que fariam com que os Estados nacionais tivessem que lidar com múltiplos níveis de enfrentamento (della Porta e Tarrow, 2005): o nível local, entre os cidadãos e as instituições estatais, e o nível transnacional entre estados nacionais e instituições internacionais, sendo que só os entes estatais teriam que responder de forma responsiva.

A postura transformalista de Castells (2002) no que corresponde ao potencial integrador, criativo, espontâneo da “globalização” recebe críticas de Santos (2005) que aponta como uma das falácias dessa visão o caráter determinista que implica em considerar a “globalização” um processo espontâneo, automático e irreversível. Para o teórico português, as decisões que globalizam são antes decisões conscientes e políticas, engendradas por alguns atores relevantes, dentre eles os Estados-nação e os organismos internacionais. Tal apontamento também desconstrói a ideia exagerada, também de Castells (2002), de que a “globalização” resultaria no desaparecimento das relações norte/sul o que não ocorre nem no campo político nem no campo cultural.

Santos (2005) acredita que a globalização implica numa crença de uma “cultura global”, mas o termo esconde uma construção hegemônica<sup>1</sup> que aparenta ter se firmado consensualmente, que acaba por tornar a raiz nacional/local irrelevante, sendo que não é.

É claro que Santos (2005) enxerga consequências interessantes dos processos de “globalização” na esfera cultural e social:

(...) a imaginação pós-eletrônica, combinada com a desterritorialização provocada pelas migrações, torna possível a criação de universos simbólicos transnacionais, “comunidades de sentimento”; identidades prospectivas; partilhas de gostos, prazeres e aspirações (Santos, 2005, p. 45)

Ao mesmo tempo, forneceria um campo em que se travam batalhas contra a uniformidade imposta pelo modelo “neoliberal” descrito no modelo hiperglobalista. Santos (2005) também dialoga com a tese cética, reforçando a tensão entre globalização e localização. A primeira abre *direitos às opções*,

---

<sup>1</sup> Compreendida aqui como a ideia de globalização hegemônica defendida pelo autor como um conjunto de relações desiguais que tem dominado os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura.

as relações sociais estão cada vez mais desterritorializadas, atravessando fronteiras até pouco tempo policiadas pelo nacionalismo, pela linguagem, pela ideologia. Mas ao mesmo surgem os *direitos às raízes* novas identidades locais ou territoriais, o direito à autodeterminação. O fato é que assim como a dinâmica da *internacionalização*, a globalização cultural e social encontra uma raiz local. A “globalização” implica em uma dinâmica de localização, exemplos simples descrevem o fato: ao se globalizar a pizza, se localiza em uma esfera particular, quase étnica para Santos (2005), a feijoada.

Essas dinâmicas deságuam em formas de “globalização”. Os chamados *localismos globalizados* seriam a conversão da diferença vitoriosa em condição universal. É quando um determinado fenômeno local é globalizado com sucesso. Esse fenômeno gera um segundo, os *globalismos localizados* que são impactos específicos nas condições locais produzidos por práticas e imperativos transnacionais decorridos do primeiro tipo. Esses *glocalismos* pensados por Santos (2005) se ligam com os conjuntos de processos políticos derivados da *internacionalização*, pois retomam a questão da interação local/regional/global do ponto de vista identitário e cultural.

Voltando a Castells (2002) sua preocupação com a abstração da relação imposta pela “globalização” junto com a “informalização” no que tange o controle social e a representação política encontra outros teóricos. Smith (2004) dentro de um quadro interpretativo focado nas *oportunidades e restrições políticas* (Tarrow, 2005 e 2009; della Porta e Diani, 2006) aponta para uma hierarquia global que impacta nas dinâmicas institucionais dos estados nacionais. Se a *internacionalização* de fato está ampliando a importância de decisões globais para os atores locais então temos que considerar os fatores globais dando forma as disputas políticas, aos confrontos transnacionais. A expansão de agências intergovernamentais que cuidam de assuntos substantivos criou desafios e oportunidades aos movimentos sociais e as redes de ativismo, em especial, as transnacionais.

Seguindo o raciocínio da Smith (2004), se os governos passam parte de sua autoridade às instituições globais isso interrompe os canais tradicionais de *responsiveness* nas democracias representativas. Cria-se um déficit democrático, mas ao mesmo tempo criam-se oportunidades para os movimentos sociais e as redes de ativismo pressionarem por determinadas políticas. Esse é, a meu ver, um ponto instigante. Teóricos mais céticos sobre a “globalização” enxergam nessa um mito conveniente a um projeto global neoliberal. Essas novas instituições de controle e supervisão internacionais – exemplificadas nas Nações Unidas (ONU), na Organização Mundial da

Saúde ou do Comércio (OMS/OMC), no Fundo Monetário Internacional (FMI) – seriam mecanismos de perpetuação de um imperialismo ocidental. Sendo assim, essas instituições promoveriam de dentro para fora uma “globalização”, e não surgiriam como repostas à demandas e processos exógenos. É certo que grandes movimentos e confrontos transnacionais nos últimos anos vieram claramente contestar o modelo de “globalização” neoliberal e seus efeitos perversos, em especial, no social. Esses movimentos como Fórum Social Mundial e esses confrontos como os de Seattle e Genova possuem esse caráter *alterglobalista*, como Santos (2005) destaca, seriam grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais de que se alimentam *localismos globalizados* e os *globalismos localizados*. Entretanto, para outros movimentos transnacionais, essas agências e instituições transnacionais intergovernamentais (ONU, União Europeia e outras) podem fornecer novas *oportunidades políticas* que não eram disponíveis nas instâncias nacionais ou não encontravam legitimidade (Tarrow, 2005). Questões como direitos humanos e ambientalismo possuem voz nas arenas internacionais que se transformam em recursos importantes a esses atores. Os movimentos sociais e também as redes de ativismo não só contestam ou entram em conflito com decisões ou ideologias de atores internacionais, eles também se aproveitam desses processos, contribuindo para legitimar essas instituições à nível internacional.

Como Santos (2005) proclama aquilo que, habitualmente, designamos como “globalização” é, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais, políticas e culturais. O que existe são *globalizações*. E as múltiplas facetas desses conjuntos diferentes de relações afetam e produzem um ativismo de caráter transnacional.

### **1.3 Uma tipologia do ativismo transnacional: movimentos e redes**

Definido a importância dos processos de *internacionalização* e “globalização” para compreender a ação coletiva transnacional se faz necessário pensar quem são esses atores não estatais envolvidas nessas dinâmicas de confronto.

Para isso recorreremos aos trabalhos de Smith (2004 e 2009), Tarrow (2005 e 2009) e Tilly (2007) para discutir o ativismo transnacional. A começar pelas estruturas de mobilização transnacionais. Smith (2009) – assim como della Porta e Diani (2006) – no que diz respeito a forma organizacional que conectam os movimentos e redes de ativismo transnacionais o modelo de organização burocrática, estruturada

formalmente e profissionalizada não é mais a regra, já coexistem com concepções de estruturas mais “frouxamente” conectadas, mais informais e descentralizadas. Por isso Smith (2009) cria uma tabela que analisa as entidades de mobilização transnacional por duas dicotomias: *formais* e *informais*; *movimentos* e *não movimentos*:

	Não movimentos	Movimentos
Informais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redes de amizade</li> <li>- Redes profissionais</li> <li>- Indivíduos em burocracias intergovernamentais ou delegações internacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redes de ativismo</li> <li>- Grupos de afinidade</li> <li>- Redes de refugiados</li> </ul>
Formais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Igrejas</li> <li>- Sindicatos</li> <li>- Associações profissionais</li> <li>- Burocracias estatais e intergovernamentais</li> <li>- Delegações nacionais</li> <li>- Fundações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizações de movimentos sociais transnacionais</li> <li>- Movimentos sociais transnacionais</li> <li>- Sindicatos<sup>2</sup></li> <li>- Organizações de movimentos sociais (nacionais e locais)</li> <li>- Coalizões transnacionais de ONGs</li> </ul>

Smith, 2009, p. 237

Como o trabalho tem como foco o ativismo político transnacional, são as dimensões *informal-movimento* e a *formal-movimento* que importam, destacando, respectivamente, as redes de ativismo, e as Organizações de movimentos sociais transnacionais e os movimentos sociais transnacionais, apesar de que outras formas de organização serão citadas no trabalho. A primeira – dimensão *informal-movimento* – se refere às estruturas mais dinâmicas e para Smith (2009) – bem como della Porta e Tarrow (2005) – mais importantes na contemporaneidade. A fluidez da informação e da comunicação que caracteriza essas estruturas – em especial, as *redes de ativismo transnacionais* – é de vital importância à mobilização transnacional.

<sup>2</sup> Podem se situar em ambos, mas raramente essas estruturas desafiam as estruturas de poder. Na maior parte das sociedades ocidentais, os sindicatos não possuem estratégias e nem metas sociais abrangentes, ou elementos de *conflito* e de explorar *as brechas do sistema*.

Na segunda dimensão, as estruturas formais incluem-se movimentos sociais transnacionais e movimentos sociais locais e nacionais – os chamados movimentos domésticos.

As causas do ativismo político transnacional se alongam pela história. O caráter transnacional de uma ação coletiva não é historicamente inédito. Della Porta e Tarrow (2005) e Tilly (2007) mostram que a difusão de um conflito ocorre desde o movimento antiescravagista do século XIX, passando pelas reflexões geradas pelo movimento de direitos civis norte americano, pelo Maio de 68 na França, até, porque não dizermos, pela Primavera Árabe que varreu vários países no oriente médio recentemente. Mas o simples descontentamento não gera mobilização social. Pode se dividir a causa dos movimentos sociais transnacionais em duas partes (Della Porta e Tarrow, 2005): no nível macro o que se chamamos de “globalização” (entendida, em especial, pelo conceito de *internacionalização*) e no nível micro a internet (tema do segundo capítulo). O foco no nível micro é o aumento da comunicação e da informação que fomentam os processos de *difusão* e de *intermediação*, bem como outros mecanismos de *internacionalização* que veremos oportunamente.

Pegando dos estudos de Norris (2002) sobre o ativismo político podemos dividi-lo em três fatores: as *agências*, organizações coletivas estruturadas para o ativismo político; os *repertórios*, as ações comumente usadas para a expressão política; e os *alvos*, os atores políticos que os participantes procuram influenciar, confrontar e obter reconhecimento. Cabe aqui uma importante ressalva sobre a dificuldade de se conceituar um termo tal abrangente como ativismo político, que encontra sua definição pulverizada em ações que se definem como políticas, em atores que se definem como políticos e em símbolos que se definem como de ativismo político. Para nosso trabalho, o ativismo político será pensado dentro desses três fatores, visando compreender os movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais, pensando as formas de ação que esses desenvolvem e os alvos que esses querem atingir.

Um padrão de ativismo político transnacional decorre de uma ampliação e modificação desses três fatores. Pensando no contexto de internet e movimentos sociais, se anteriormente as *agências* se constituíam de movimentos sociais institucionalizados, com demandas locais ou, no máximo nacionais e uma rígida hierarquia organizacional, atualmente, temos o surgimento de organizações coletivas de caráter transnacional, que recorrem a *política de confronto*, com uma visão contra-institucional e com

um hierarquia organizacional “frouxa”. Em se tratando de *repertórios* de ação, as novas tecnologias de comunicação fornecem uma série de novas possibilidades, desde mensagens de pressão via correio eletrônico até organização conjunta de manifestações com movimentos de outro país. Por último os *alvos* que nos movimentos de caráter transnacional incluem novos alvos: atores políticos internacionais como blocos econômicos multinacionais e instituições estrangeiras, e também os tradicionais: os governos locais e nacionais.

O surgimento dos *alvos* e das *agências* em nível internacional pode, sim, ajudar a direcionar um ativismo político transnacional, como vimos em Smith (2004) no item 1.1.

Prosseguindo, dentro das dimensões *formais* e *informais*, temos como principais estruturas de mobilização transnacional, respectivamente, os *movimentos sociais transnacionais*, as *organizações de movimentos sociais transnacionais* e os *movimentos sociais locais/nacionais*; e as *redes de ativismo transnacional*. Cabe detalhar as características e os papéis que cada um pode desempenhar dentro do ativismo político transnacional.

As chamadas *OMST* (em inglês *TSMOs*) – as *organizações de movimentos sociais transnacionais* – derivam do que McCarthy e Zald (1994) chamam de *indústria dos movimentos sociais*, que seria uma reunião de várias dessas organizações na disputa por recursos cruciais concentrados em áreas centrais aos movimentos. Fruto da teoria da mobilização de recursos, o objetivo básico da mesma é entender como grupos são capazes de superar padrões existentes de distribuição desigual de recursos nas suas tentativas de atingir suas metas de mudança social (Edwards e McCarthy, 2004). Esse é um dilema da ação coletiva que sobrevive na contemporaneidade, fazendo com que *movimentos sociais transnacionais* tenham que organizar estruturas para aumentar o fluxo esparso de recursos.

As *OMST* – enquanto entidades que mobilizam o ativismo transnacional – costumam facilitar os episódios de protesto especificando e publicizando os dados e a localização da ação, tratando os trâmites burocráticos pelo uso do espaço público e construindo alianças com outros movimentos sociais e redes de ativismo para gerar um público grande nas demonstrações. No caso do ativismo transnacional contemporâneo a tendência é envolver uma gama diversa de atores, envolvendo as múltiplas constelações de estruturas mobilizantes citadas por Smith (2009).

Pensado o conceito de *OMST*, temos que definir o que seriam os *movimentos sociais transnacionais*. Já temos a definição básica dos elementos analíticos dos movimentos sociais por Melucci (1996) e della Porta e Diani (2006): o *conflito*, a *solidariedade* – a identidade coletiva compartilhada, e o uso das *brechas de compatibilidade do sistema* – ou as *oportunidades e restrições políticas*. Mas os tipos transnacionais possuem uma definição conceitual própria como a de Tarrow (2009):

Considero os movimentos sociais transnacionais como interações contenciosas sustentadas com opositores – nacionais ou não nacionais – através de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais (Tarrow, 2009, p. 231).

A definição pressupõe claramente a ideia de *políticas de confronto*. É uma definição simples, que não mexe com os pressupostos analíticos citados acima. Os *movimentos sociais transnacionais* seriam então movimentos sociais que atuam nos conjuntos de processos da *internacionalização*. Mas se organizam para isso e suas interações contenciosas ultrapassam as fronteiras nacionais. Eles superam os *movimentos locais/nacionais* no alcance e na estrutura que mobilizam para o ativismo transnacional.

Outra forma que se pode adotar são as *Organizações não governamentais* (ONGs), mas essas não possuem relevância para esse trabalho, em que pese a desconfiança da sua atuação perante aos atores institucionais, o que levou alguns autores (della Porta e Diani, 2006) a repensarem a nomenclatura dessas entidades, visto a sua “dependência” de governos, de fundações privadas e outras relações que lhe tiram um pouco o caráter contencioso de um movimento social.

Por último, temos as *redes de ativismo transnacionais*. Existe uma tensão entre autores sobre o papel das redes, a sua importância, a sua própria natureza dentro do ativismo político. Algumas características dos movimentos sociais – que são também das redes – são fluidas, adaptáveis e descentralizadas, enquanto organizações formais precisam de estrutura, estabilidade, previsibilidade e algum grau de hierarquia.

Para Pereira (2008) essas seriam uma alternativa para as mobilizações em massa, estruturando-se para uma troca informacional com outros atores. As *redes* são o principal alvo dessa parte do trabalho, pois como diz Tarrow (2009) – assim como Smith (2009) e della Porta e Diani (2006), as redes são o setor da política transnacional que mais se destaca.

Entretanto, Tarrow (2009) põe uma dúvida, não sobre o valor das *redes* para o ativismo transnacional, mas sobre o grau de contenciosidade que as mesmas não teriam para se transformarem em *ação coletiva de confronto*. Inicialmente, peguemos a definição de Tarrow para redes transnacionais de ativismo retirada dos estudos de Keck e Sikkink (1998):

Uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por uma questão, que estão cada vez mais ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviços (p. 236, Tarrow, 2009)

Essas redes estariam mais presentes em áreas como meio ambiente, feminismo e direitos humanos, os temas mais recorrentes dos movimentos sociais transnacionais. É o caso, por exemplo, da Marcha Mundial das Mulheres, uma rede interorganizacional construída por vários movimentos e outros atores (Scherer-Warren, 2006).

Tarrow (2009) afirma que a diferença entre movimentos sociais e redes de ativismo estaria na ideia de rede. Rede no caso dos movimentos seriam as “redes sociais” – aqui entendidas como unidades básicas de formação dos movimentos sociais – ou seja, as bases para a formação do confronto político. Já as redes de ativismo são estruturas conectivas entre atores que ultrapassam as fronteiras nacionais. Para o autor, as redes de ativismo seriam basicamente comunicativas em conteúdo, podemos distingui-las pela centralidade das ideias ou princípios de valores como centro da motivação para a sua formação, no centro do relacionamento entre os membros está a troca de informação.

Tarrow (2005 e 2009) coloca as redes de ativismo como meios de comunicação. Faltariam a elas as bases categoriais de um movimento social, as relações interpessoais sustentadas e a exposição às oportunidades e restrições que costumam se encontrar nas redes sociais domésticas.

Prossegue Tarrow, dizendo que às redes de ativismo transnacional faltam, recorrentemente, o drama, a contenciosidade deliberada e os objetivos amplos de movimentos transnacionais como o Greenpeace. Apesar disso, as redes tem se tornado uma poderosa fonte de mudança e de ação coletiva. E isso se deve a três razões: a primeira, muitas redes são, biográfica e tematicamente, devedoras dos movimentos sociais. Elas se apropriam de questões, de repertórios e de identidades que por algum motivo não foram levadas a frente pelos movimentos sociais; segundo, dentre esses motivos estão condições semidemocráticas ou semiautoritárias, as redes fornecem uma alternativa melhor e mais segura em relação aos movimentos sociais;



por último, essas redes podem oferecer um mecanismo para a difusão de quadros interpretativos de ação coletiva para atores domésticos com poucos recursos, o que pode levá-los a construir suas redes e seus próprios movimentos.

Resumindo as considerações de Tarrow (2005 e 2009) podemos dizer que as redes de ativismo podem surgir de movimentos sociais que por algum motivo – como as *oportunidades e restrições políticas* citadas por ele – não puderam atuar, e ao mesmo tempo, algumas redes podem servir para dar recursos a atores sociais para que construam seus movimentos.

O que não é ressaltado por Tarrow, mas igualmente relevante, é pensar que as redes de ativismo estejam crescendo não apenas pela sua relação simbiótica com os movimentos sociais, nem apenas pelas restrições políticas enfrentadas pelos atores. As redes de ativismo também afetam nas estruturas, nos recursos e nos repertórios quando as vemos pelo prisma das tecnologias de informação e comunicação – por exemplo, a internet. Como descreveu Della Porta e Diani (2005) o declínio das organizações rígidas e hierarquizadas trouxe a tona um ativismo político mais flexível com estruturas mais “frouxas” que enfrenta dois problemas: o declínio de certos grupos em virtude de uma heterogeneidade social, e um individualismo exacerbado e uma menor propensão à ação coletiva. Nessa “reorganização” do ativismo político as redes tem tomado a frente em propiciar recursos mais acessíveis e menos custosos aos atores. Como diz Castells (2002) as tecnologias de informação e comunicação cumpriram o papel da infraestrutura organizacional dos movimentos contemporâneos. Tal percepção é muito otimista, mas reflete como as características de ação e a organização dos movimentos sociais, em especial os transnacionais, estão mudando.

Outro problema apresentado é a crescente institucionalização dos movimentos sociais. Touraine (2007) ao analisar os movimentos feministas mostra que a partir da década de 80 eles passaram a ter uma atuação mais próxima das instituições e das políticas públicas, adotando práticas mais brandas. O aumento de governos de esquerda no mundo tem levado os movimentos a levarem a contenciosidade para dentro dos mecanismos de participação oferecidos e focando nas redes de ativismo a comunicação e formação de bases. Essa ausência de dramaticidade que para Tarrow (2009) exclui as redes de ativismo de serem movimentos sociais possui parte da origem na participação institucional que na visão de Tarrow (2009) é uma faca de dois gumes. Movimentos muito alienados das instituições correm

riscos de isolamento e sectarismo, entretanto, aqueles que colaboram demais e absorvem a rotina institucional podem se tornar imbuídos de sua lógica e de seus valores. O perigo não é só essa relação dependente com as instituições, representativas ou não, no âmbito nacional e transnacional, também observamos que muitas redes de ativismo que, frequentemente, são chamadas de movimentos recebem ajuda financeira de fundações, instituições e atores internacionais levando-os a estabelecerem uma relação mais próxima com os alvos do que com os militantes.

Tarrow (2009) ao relembrar os repertórios de confronto político mostra que a violência era o traço mais visível da ação coletiva. Ela noticia o movimento e preocupa aqueles cuja função é manter a ordem. Ela também cria uma solidariedade e uma identidade de grupo, mas percebe-se nitidamente uma diminuição dos protestos violentos nas democracias ocidentais. Mesmo as mais recentes ações coletivas e reivindicações sociais mostraram táticas e valores menos contenciosos com a dominação social que fala Touraine (1999), talvez com projetos menos rígidos do ponto de vista ideológicos ou que usem a ação direta de forma a também atrair uma visão democrática. Apenas para exemplificar o movimento que foi às ruas de Wall Street em Nova Iorque, o fez sob a bandeira do “Ocupe”. Ocupar dá noção de que o espaço ali presente pertence àqueles indivíduos o que pode levar a confrontos e violências sim, mas que demonstra – mesmo que em um julgamento semântico – um valor menos violento do que uma bandeira como “Invada” ou “Liberte” Wall Street.

Retomando o ponto de Tarrow (2009:130) o que visa-se frisar é *“que quanto mais próximo o acesso dos cidadãos à participação legítima, mais sensíveis eles se tornam às formas simbólicas”*. Ou seja, a ampliação dos canais de participação e o acesso deles pelos cidadãos faz com que as formas simbólicas e mais violentas de ação coletiva se tornem indesejadas. Novamente, a excessiva institucionalização pode levar a já referida cooptação, mas também deslegitimar o conflito, a dramaticidade acentuada dos movimentos sociais na concepção que muitos teóricos têm. E as redes de ativismo – em especial, as transnacionais e que utilizam das novas tecnologias de informação e comunicação – podem ser pensadas assim. Essas novas formas de ação coletiva podem não só refletir uma acomodação ou um individualismo, podem também refletir um espírito ou um valor democrático no imaginário da sociedade.

Voltando a redes de ativismo transnacional vale destacar a sua relação com os movimentos domésticos, ora sendo fonte para eles, ora sendo

abastecida por esses atores sociais. As redes de ativismo transnacional costumam recrutar apoiadores cuja experiência doméstica em movimentos sociais lhes dá a habilidade e recursos para o ativismo. Essa dinâmica envolve, muitas vezes, um afastamento das bases populares, um risco de moderação na ação, um uso estratégico do confronto. Para Keck e Sikkink (1998) as redes de ativismo transnacionais têm sido mais visíveis em situações onde o acesso doméstico para fazer reivindicações está bloqueado ou onde são politicamente muito fracos para ser ouvidos, o que lhes dão um protagonismo no ativismo transnacional. Sendo assim o *locus* da reivindicação seria externalizado, aonde será mais seguro, e por vezes, mais legítimo. Exemplo disso, a chamada “Primavera Árabe” tomou as ruas de diversos países no oriente médio, tendo enfrentando em um conflito doméstico às forças de repressão, mas contando com redes de ativismo transnacional para veicular os abusos e a violência sofrida por eles, já que as restrições enfrentadas para comunicarem-se eram imensas.

Invertendo a dinâmica, muitas redes de ativismo surgem como fontes de movimentos sociais domésticos. Tarrow (2009) mostra que uma implicação desse ativismo transnacional é a socialização de novos movimentos no interior dos estados nacionais. As redes de ativismo se assemelham aos movimentos sociais em sua tentativa de introduzir novas questões na agenda e torna-las consoantes aos entendimentos culturais nativos. Sai daí um dilema: buscar denominadores comuns transnacionais que estejam em sintonia com as culturas e tradições locais, ao mesmo tempo sem gerar divergências ideológicas dentro da mesma rede de ativismo transnacional. Como percebido, as redes de ativismo enfrentam essa questão de forma mais flexível que os movimentos sociais. Elas utilizam sua mobilidade geográfica e modelos organizacionais frouxos sendo que o acesso a comunicação capacitam-nas a mover suas campanhas e recursos para locais onde tenham mais chances de sucesso. E podem recorrer também a elementos comuns de enquadramento cultural que a “globalização” e a revolução nas comunicações levaram a muitas partes do mundo.

Aonde se quer chegar com essa discussão toda é que a separação de redes de ativismo e movimentos sociais é relevante dentro da literatura. Entretanto, os critérios analíticos que buscam diferenciar um e outro podem atrapalhar a análise da ação coletiva transnacional. Movimentos ou redes para muitos participantes a diferença não é visível, ou tem se tornado irrelevante frente ao modelo de ativismo político que estamos observando. A

atuação deles dentro desses atores sociais se mistura. Outro ponto a se ressaltar é que as características mais tradicionais dos movimentos sociais – como a dramaticidade, a ideologia rígida e a estrutura hierarquizada – podem estar dando lugar a outras sem que isso retire deles o papel de antagonistas a uma dominação social, sem que tirem o desafio e o aproveitamento das oportunidades políticas.

#### 1.4 O confronto transnacional: a “política de confronto” e seus múltiplos mecanismos

Definimos que observaremos em especial a ação coletiva de confronto e sua relação triangular entre atores estatais, atores não estatais e instituições internacionais, pela ótica dos movimentos sociais transnacionais e das redes de ativismo transnacionais, protagonistas do ativismo transnacional.

Para explicar como a *internacionalização* gera o confronto transnacional, Tarrow (2005 e 2009) o subdividiu em seis subprocessos que conectam o local do ativismo com o alcance das questões (*issues*) que o ativismo político produz.

Para Tarrow (2005) por mais discrepantes que sejam os episódios, os atores e as questões em foco, é fato que esses trazem uma dimensão transnacional ao confronto político. Essa dimensão se dá, como mostra Tarrow (2005 e 2009) em um diálogo entre o “alcance da questão (*issue*)” e “o local do ativismo”:

	Doméstico	<i>Issue</i>	Internacional
Doméstico	Enquadramento global		
<i>Local do ativismo</i>	Internalização		
	Difusão		
	Mudança de escala		
Internacional		Externalização	
		Formação de coalizões	

Tarrow, 2005, p.33

Um ponto fundamental que se destaca desses seis subprocessos decorrentes da *internacionalização* é que a dimensão do confronto transnacional é construída numa relação entre o local, o nacional e o

internacional. Tarrow e McAdam (2005), bem como della Porta e Diani (2006) observam que muito do ativismo transnacional emerge de movimentos e redes de ativismo domésticas atuando nas dinâmicas do confronto transnacional.

Diferente da ideia de sociedade global – defendida por teóricos mais otimistas da “globalização” – o que temos são cidadãos cosmopolitas ligados a redes locais, mas que usam as oportunidades oferecidas no nível internacional (della Porta e Tarrow, 2005). Isso dá uma dimensão mais ampla ao confronto transnacional, em todos os seus níveis de atuação.

Para Tarrow (2005) temos uma percepção parcialmente equivocada que associa a ideia de movimentos sociais transnacionais sempre com uma proposta *alterglobalista* e/ou *antiglobalista*. Alguns dos movimentos, com certeza, se opõem aos processos de “globalização” neoliberal, econômica, que flexibiliza direitos sociais, interfere nas políticas públicas dos países e é decidida às portas fechadas por líderes do norte. Entretanto, como ressalta Castells (2003) mais importante que os movimentos antiglobalização é a “globalização” dos movimentos sociais. Os movimentos sociais mais abrangentes são aqueles enraizados no contexto local e voltados para um impacto global. Os movimentos devem pensar localmente e agir globalmente (Castells, 2003), mas nem sempre se resumem a contestar um determinado projeto político como o “neoliberal”, às vezes se situam em dinâmicas transnacionais, mas com demandas, questões e ações que não focam um modelo hegemônico de “globalização” como descrito por Santos (2005).

E o que são essas dinâmicas que conferem a transnacionalidade ao ativismo político? São esses seis subprocessos que Tarrow (2005) enumera na figura acima: *internalização* e *enquadramento global* (doméstico/doméstico); *mudança de escalas* e *difusão* (ambos/ambos); *externalização* e *formação de coalizões* (internacional/internacional). Compreender esses processos auxilia a retirar um caráter excessivamente homogêneo do ativismo transnacional.

Desses processos surgem as chamadas *estruturas de oportunidades em múltiplos níveis* (della Porta e Tarrow, 2005; Smith, 2004). São oportunidades e restrições – como definidas pela Teoria de Processos Políticos – que emergem da dinâmica de interdependência entre o nível local, nacional e internacional. Como citam Smith (2004) e della Porta e Diani (2006), o surgimento de instituições supranacionais cria novas oportunidades para o ativismo transnacional, bem como a formação de uma

agenda política internacional, com um intercâmbio cultural e social entre diferentes sociedades (Castells, 2002). Esse processo é visto em inúmeras performances de protesto realizadas contra políticas de austeridade fiscal de instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional em nível doméstico, muitas vezes endereçadas aos governos locais. Smith (2004) chama atenção para o desafio em dois níveis que os governos locais enfrentam nesse confronto transnacional, tendo que se confrontar com os cidadãos e com as instituições transnacionais.

A *internalização*, para Tarrow (2005), é uma migração de pressões e conflitos internacionais para a política doméstica e a relação triangular que isso cria juntamente com os cidadãos, os governos e as instituições internacionais.

A *internalização* possui mecanismos próprios: a *pressão externa* para adotar as políticas internacionais, que variam desde conselhos, incentivos à ameaças e sanções; a *implementação* dessas políticas pelos governos nacionais; os *protestos* por grupos de cidadãos contrários a essa internalização cujo o alvo são os governos nacionais; e a *repressão* pelos governos contra os protestos. Percebemos aqui que o confronto transnacional é extremamente mediado, tendo como elemento transnacional a migração de *pressões externas* para a arena doméstica. Para Tarrow (2005) uma explicação para a ocorrência constante da *internalização* é que as oportunidades políticas – bem como os recursos – se encontram mais disponíveis no nível local, do que nas instituições supranacionais. Outra explicação é fornecida por Smith (2004) quando da ausência de mecanismos de acesso às tomadas de decisão nessas entidades supranacionais, muitas vezes os atores do ativismo político não encontram *oportunidades* políticas naquela arena internacional.

Outro processo é o *enquadramento global*, mas esse processo será trabalhado em um tópico a parte, por conta da sua ligação com a Teoria dos Enquadramentos.

Prosseguindo, temos dois processos que são de extrema relevância, pois fazem a conexão entre os dois níveis (local/internacional). Trata-se da *mudança de escalas* e da *difusão*.

A *mudança de escala* (*scale shift*) é para McAdam, Tarrow e Tilly (2001) uma mudança no número e no nível das ações contenciosas coordenadas levando a um confronto mais amplo envolvendo uma variedade maior de atores e conectando suas identidades e reclamações. Ela

é um elemento fundamental para o confronto transnacional, pois sem esse mecanismo todo confronto que surgisse localmente permaneceria nesse mesmo nível.

Esse processo, como explica Tarrow (2005), pode ocorrer tanto de um nível internacional para um nível local, quanto o inverso. É essa última dinâmica (local para internacional) que mais nos interessa. Para Tarrow (2005 e 2009), della Porta e Diani (2006) e Smith (2004) a *difusão* é um mecanismo que auxilia na *mudança de escala*. Realmente os conceitos parecem se aproximar muito para serem tratados a parte. Portanto, a *difusão* será integrada como uma forma pela qual se dá essa *mudança de escala*. Nunca é muito ressaltar que a mudança para um cenário internacional não encerra o movimento no âmbito doméstico. Um dos pontos chaves para a compreensão da *mudança de escala* é perceber o papel dos movimentos domésticos nela. Necessário destacar, assim como Tarrow e McAdam (2005) percebem, que muito do ativismo transnacional emerge de movimentos locais e nacionais, antes de aparecer nas arenas internacionais. E mesmo com a *mudança de escala* os movimentos domésticos não são eliminados, pois a principal consequência dessa mudança é transposição de questões, redes e formas de ação coletiva para um nível supranacional.

Existem duas vias pelas quais a *mudança de escala* ocorre: pela *difusão* e pela *intermediação (brokerage)*. A difusão se divide em duas formas: a não relacional e a relacional. A primeira se refere à transferência de informações – sejam questões, temáticas, repertórios de ação – por meios impessoais aos atores envolvidos, por linhas já estabelecidas de interação (ex: mídia massiva). A segunda – a relacional – é a transferência de informações por meio de linhas já estabelecidas entre os atores envolvidos (ex: redes de movimentos). E a *intermediação (brokerage)* é a transferência de informação que depende da conexão de dois ou mais locais sociais anteriormente sem conexão. E isso se dá pela atuação de outros atores que intermediam a passagem das questões, das temáticas e dos repertórios de ação a um público mais amplo. Como descrevem Tarrow e McAdam (2005):

But brokers – especially information brokers – do not simply transmit information in some objective form. They select from among a wide array of information according to particular news values and ideological frames, crystallizing and condensing these images into major themes, and, at times, relaying images that can be so partial as to be downright deceptive (Tarrow e McAdam, 2005, p. 142)

Apesar de que a forma mais comum seja a difusão não relacional, o interesse se dá pelas duas outras formas, pois envolvem participação e ativismo político, ação coletiva, valores e ideologias.

Consideramos que os mecanismos acima descritos podem ocorrer de forma simultânea, o que nos impede de claramente dizer qual o mecanismo exato pelo qual se deu a *mudança de escala*.

Um exemplo interessante de intermediação (*brokerage*) e da *difusão relacional* observado na literatura (Castells, 2002 e 2003, Norris, 2002, Tarrow, 2005) é o caso dos Zapatistas no México. De um movimento insurgente em uma das províncias mais pobres do México, os Zapatistas – com o forte apoio da internet – se tornaram um caso de mudança de escala transnacional, pois angariou apoio e solidariedade além das fronteiras do México. Esse sucesso se deveu, principalmente, a quatro fatores: a apropriação de uma tecnologia de informação e comunicação (a internet, no caso) para fornecer informações sobre o movimento; a atuação de *gatekeepers* para repassar essas informações à um conjunto maior de pessoas; as informações circularam além das fronteiras; e, por último, atores periféricos – que por vezes nem contato direto com o movimento possuíam – se uniam em solidariedade para divulgar.

Com o resultado desses fatores houve: uma reorientação de certos grupos com base na leitura que faziam dos fatos ocorridos no México; a formação de novos grupos de atuação transnacional e a própria transformação das metas e objetivos do movimento zapatista (Castells, 2002).

Essa transposição tem como estopim, basicamente, dois momentos: a atribuição de similaridade, ou seja, uma identificação suficiente entre um grupo inicial e um outro grupo que adotam ou uma emulação, que é um engajamento em ações similares, que também pode ser uma ação coordenada entre os dois locais. Desenvolvendo melhor os mecanismos, Tarrow e McAdam (2005) dizem que a informação, por si só, não levará ninguém a adotar uma ideia. A adoção depende, pelo menos, de uma mínima identificação entre o movimento “inovador” e o movimento “adotante”. Essa identificação se dá, frequentemente, pelo enquadramento de reivindicações e identidades de forma similar. Grupos emergentes tendem a deliberadamente criar paralelos com outros mais consolidados para aumentar seu apelo. Esses atores ainda sem evidência esperam que outros “abracem” a causa. O outro ponto que merece ser destacado é a equivalência



estrutural/institucional. Esse mecanismo – de clara referência à teoria dos processos políticos – destaca a tendência que atores que compartilham de situações institucionais semelhantes em seus países teriam de se unir. A chamada *equivalência estrutural* se dá, por exemplo, em episódios de protesto que surgem de reações similares às ameaças externas. Atores internacionais costumam impor políticas uniformes a um conjunto de países que pode ocasionar mobilizações semelhantes como no caso de greves em países europeus pela imposição de medidas de arrocho salarial pela União Europeia. Desta maneira, forma-se um enquadramento global da questão aliada a um alvo comum. Tarrow (2005) deduz que parte da explicação para o crescimento de protestos “globais” e de grupos transnacionais de múltiplas questões se deve à disponibilidade de alvos comuns. Para Tilly (2007) comparando com outros fenômenos políticos, as performances e as manifestações são mais fáceis de transferirem-se para além de lugares, regimes e questões.

Tanto a *difusão relacional* quanto a *intermediação* encontram no uso da rede mundial de computadores um aliado para a transferência de informações, bem como, potencializar conexões entre atores.

Os dois últimos mecanismos de *internacionalização* se dariam na relação internacional/internacional e alcançariam uma escala quase “global” de ação. Para della Porta e Tarrow (2005) a *externalização* se dá pela busca de recursos externos para ajudar movimentos sociais mais fracos. Ou quando oportunidades políticas surgem em espaços transnacionais e são usados para pressionar em questões domésticas. Exemplificando, podemos dizer o uso da ONU, Cortes de direito internacional e comitês de política para legitimar e vocalizar demandas não sustentáveis dentro do âmbito nacional. Aqui também se pensa em um modelo “bumerangue” (Keck e Sikkink, 1998) no qual atores domésticos ao terem bloqueados seus meios de expressar domesticamente suas questões recorrem a relações além das fronteiras para exercer a pressão necessária no governo local. Poderia ser uma forma de *intermediação*, mas ela realizada em um processo mais robusto que envolve atores domésticos (movimentos sociais e redes de ativismo) de localidades diferentes, diferentes governos e pelo menos uma instituição supranacional ou internacional.

Autores como Keck e Sikkink (1998) e Tarrow (2005) especificam a *externalização* em três diferentes formas: a “política de informação” que recai sobre aliados externos que difundem informações sobre abusos e restrições aos governos e à opinião pública em geral, na expectativa de gerar

pressão externa nos governos locais; a segunda forma é o “acesso à instituições externas”, em contextos nos quais instituições supranacionais possuem poder para corrigir abusos, aplicar sanções ou interpelar governos nacionais elas se tornam um canal para reivindicar; por último o uso da “ação direta” no âmbito doméstico contra alvos internacionais, e muitas vezes com recursos de aliados transnacionais, e com expectativa de que os protestos atraiam atenção de instituições e governos para além das fronteiras.

O último mecanismo do processo de *internacionalização* é a *formação de coalizões*. Tarrow (2005:164) define coalizões como “*collaborative, means-oriented arrangements that permit distinct organizational entities to pool resources in order to effect change*”. O que leva diversos atores de ativismo transnacional a combinarem esforços em uma coalizão varia. Pode ser uma combinação de *oportunidades e restrições políticas* e o desejo de tirar vantagem dessas, pode ser a necessidade de se aliarem contra ameaças comuns, e a necessidade de promover solidariedade entre membros de categorias próximas.

As coalizões transnacionais são provavelmente o mecanismo mais custoso para se desenvolver um confronto transnacional, e são as menos habituais entre as existentes na tipologia proposto por Smith (2009). Elas estão sujeitas aos custos altos de solidariedade e cooperação, sujeitas a concorrência entre membros dos atores envolvidos pelas decisões, e sujeitas à mudança de circunstâncias que esvaziam o motivo inicial da colaboração (Tarrow, 2005).

As coalizões, no geral, ocorrem por períodos curtos, acabam por se dispersar após a razão originária da mesma passa. Isso decorre da necessidade que as mesmas têm de lidar com fatores que lhe dão forma e lhe definem a duração. São eles (Tarrow, 2005): o “enquadramento”: será que os membros conseguem enquadrar a questão de forma que defina um interesse comum e um conjunto de táticas?; a “confiança”: serão os membros confiáveis um para os outros?; a “credibilidade do comprometimento”: em uma coalizão, podem os membros agirem esperando o comprometimento do outro?; o “gerenciamento da diferença”: podem os membros resolverem as tensões decorrentes das metas, estratégias e culturas diferentes?; e por últimos, conseguirão fornecer “incentivos seletivos” para beneficiar a cooperação?

São questões que mostram como o fenômeno requer uma conjuntura de fatores difíceis para sua realização. Apesar de tudo, em circunstâncias particulares e com tipos específicos de objetivos as *coalizões transnacionais* podem tomar forma, e podem envolver, como afirma Tarrow (2005), diferentes níveis de envolvimento e diferentes períodos de duração, decorrendo dessa dicotomia quatro formas de coalizões: as “instrumentais” (de baixo envolvimento e período curto), as de “eventos” (alto envolvimento e período curto), as “federações” (baixo envolvimento e período longo), e as de “campanhas” (alto envolvimento e período longo).

São fenômenos complicados de ocorrer, em especial, os de alto envolvimento, mas já ocorreram. A “Batalha de Seattle” como mostra a literatura (Bennett, 2005, Tarrow, 2005, Smith, 2009) se tornou quase um episódio paradigmático no que se refere a *coalizões transnacionais* de eventos. Dos protestos realizados em 1999, formado por ativistas dos EUA e do Canadá, demonstrou que mesmo por períodos curtos ativistas com alto grau de envolvimento podem realizar episódios de confronto e criarem daí novas oportunidades ou inspirarem novos protestos.

#### **1.4.1 Os recursos na mobilização transnacional**

Encontramos dentro das teorias dos movimentos sociais, questões permanentes no debate, e que se repercute no ativismo transnacional. Uma delas diz respeito às organizações e a mobilização de recursos. Pensando nos paradigmas da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Koopmans (2007) resume bem suas características: ênfase na racionalidade estratégica, a maximização de utilidades, o caráter consciente da ação e das relações sociais que os componentes dos movimentos têm. Como melhor elucidada Pereira (2008) a TMR centra a ação como fruto de um cálculo racional dos indivíduos sobre os custos os benefícios advindos da sua ação. A TMR possui raízes em concepções utilitaristas, baseadas em Olson (1999). Se a ação é fruto de um cálculo dos indivíduos sobre os custos e benefícios, a questão fundamental é como agregar o maior número de indivíduos interessados em participar da ação. Ou seja, a questão da participação passa pelo custo e benefício adquiridos dela. Nessa visão utilitarista, sobressai-se o clássico problema da “carona” (*free rider*) de Olson (1999). Uma vez que o descontentamento social é universal, mas a ação política é facultativa (e custosa), portanto, poucos arcariam com esse trabalho, mas muitos poderiam usufruir dos benefícios trazidos por ela (Pereira, 2008).

McCarthy e Zald (1994) observaram que os movimentos sociais são suscetíveis a esse dilema olsoniano, portanto, analisar essa ação coletiva requer observar os incentivos, os custos e as estruturas.

Duas questões se colocam quando observamos o ativismo transnacional em termos de mobilização de recursos (della Porta e Diani, 2006): a mobilização transnacional eleva o custo da ação, logo irá requerer uma maior obtenção de recursos que dependem, como mostra Edwards e McCarthy (2004), dos contextos políticos e históricos que os atores estejam envolvidos. Ao pensar o ativismo transnacional, ou seja, que rompe os limites geográficos da ação, temos que observar quais recursos estão presentes aos atores daquela localidade e naquele momento. Relativo a isso, della Porta e Tarrow (2005) colocam outra questão à mobilização de recursos: a fragmentação da estrutura social aumentou a heterogeneidade social, com o declínio de alguns grupos sociais e uma crescente cultura do individualismo que reduziu as bases de solidariedade da sociedade, aumentando uma tendência *free rider* e diminuindo a possibilidade de ação coletiva.

Essas questões são pertinentes ao ativismo transnacional, e também abarcam a questão da estrutura organizacional dos atores. É certo que os movimentos sociais transnacionais e as redes de ativismo transnacionais enfrentam tais questões, pois apesar das prerrogativas teóricas da TMR, o ativismo transnacional é uma realidade. Como ressalta Pereira (2011) os movimentos sociais e redes de ativismo não possuem os recursos institucionais que outros atores possuem para alcançarem seus objetivos. Nesse contexto, eles precisam de soluções alternativas, dentre elas encontram-se não apenas a forma de organização, mas também a relação com os alvos, o que os leva a adotar a política de confronto.

Se a questão dos recursos envolve as estruturas organizacionais do ativismo político transnacional, é relevante traçar um perfil dos recursos, a divisão dos trabalhos, das capacidades de cada uma das estruturas mobilizantes dentro da tipologia de ativismo transnacional de Smith (2009):

<i>Intensidade do laço transnacional</i>	<i>Principais funções como estruturas mobilizantes</i>
--	--

Sem laços transnacionais formais	Educação Pública; Mobilizar participação em protesto Localizar frames globais
Laços transnacionais de difusão	Educação Pública; Mobilizar participação em protesto Localizar frames globais Difusão e inovações táticas
Laços transnacionais de rotina	Educação Pública Facilitar mobilização política Articular e disseminar frames globais Pesquisar e publicar materiais de organização Facilitar trocas transnacionais Monitorar institutos internacionais
Laços transnacionais formais	Educação Pública Facilitar mobilização política Articular e disseminar frames globais Pesquisar e publicar materiais de organização Facilitar trocas transnacionais Monitorar institutos internacionais Coordenar cooperação transnacional Cultivar e manter um apoio global Ações globais simbólicas

Smith, 2009, p.239

Percebemos que a diferença da estrutura de organização e a força e a rigidez dos laços transnacionais afetam a capacidade de organização, as funções e os recursos dos atores envolvidos. Smith (2009) alerta que a força das organizações envolvidas no ativismo depende amplamente da extensão e da gama de estruturas mobilizantes que eles podem simultaneamente incluir.

No caso dos recursos no ativismo transnacional, existe uma tensão entre os diversos atores envolvidos (como vimos na tipologia) e um modelo de organização formal. Se de um lado temos como características-chave do ativismo transnacional algum grau de fluidez, adaptabilidade e descentralização, enquanto o padrão de organização formal requer estrutura, estabilidade, previsibilidade e algum grau de centralização. Apesar do dilema acima não ser exclusividade do ativismo transnacional, ele é particularmente importante quando pensamos em demandas que envolvem ativistas e organizações de diferentes contextos culturais, políticos e econômicos se confrontando com um ambiente político internacional complexo. Percebemos que uma resposta a essa tensão, a essas limitações e complexidades, são estruturas organizacionais mais híbridas.

Pensando outro aspecto dos recursos é evidente (Lupia e Sin, 2003; Tarrow, 2005; Pereira, 2008; della Porta e Diani, 2006) que as tecnologias de informação e comunicação, as TIC, em especial, a internet possuem uma boa carga de responsabilidade em solucionar (e também criar) desafios propostos pela TMR.

Ela pode ajudar a superar a deficiência de recursos ou a escassez de algum em específico. Como pontua Pereira (2008), ao pensar os custos envolvidos na ação política, a apropriação da tecnologia é relevante.

Lupia e Sin (2003) ao discutirem a lógica da ação coletiva *olsoniana*, observam que a tecnologia – no caso a internet – afeta a correspondência entre tamanho do grupo e sucesso coletivo, com custos organizacionais reduzidos a ação pode se tornar mais fácil mesmo em grupos heterogêneos e numerosos como os movimentos sociais. Os custos de uma ação transnacional podem se tornar praticamente virtuais, uma vez que com a cada vez maior difusão e normalização do uso de computadores na política, parcela dos custos de comunicação e mobilização está sendo depositados nas conexões virtuais. Como relata della Porta e Diani (2006) podemos esperar que a internet seja um poderoso facilitador pelo qual se mantêm as antes dispersas e custosas interações face a face, se desenvolve enclaves culturais e sociais, e se dá apoio técnico à atividades políticas. Ações políticas que no passado recaiam em interações face a face custosas e impensáveis fora das fronteiras locais e nacionais, podem se realizar em diversos lugares ao redor do mundo, muitas vezes de forma simultânea e

interligada, graças ao caráter polipotencial da internet<sup>3</sup> (Pereira, 2005), em especial, o acesso, a produção e a distribuição da informação. A internet, como escreve Mattoni (2009) pode ser visto como um recurso, como ferramentas que sustentam e transformam a participação política e a ação coletiva. Devido aos baixos custos – se comparados aos custos materiais que se arcava com o modelo antigo de movimento social – movimentos (e redes) com falta de recursos materiais, ganham ferramentas poderosas para coordenar a ação, bem como lembra della Porta e Diani (2006), também fortalecer a solidariedade entre os membros nos períodos de latência, fora da intensidade das grandes mobilizações.

No que tange ao pressuposto seletivo dos grupos na mobilização de recursos – que prega uma homogeneidade e um conjunto de interesses comuns para o desenvolvimento da ação – a literatura (Melucci, 1996) já vinha percebendo o declínio tanto do modelo de organização rígido e hierarquizado para um modelo amplamente individualista, que vê o envolvimento pessoal em vários tipos de atividades políticas como algo benéfico. Já vimos que umas das características do ativismo transnacional são os seus *múltiplos pertencimentos*, as possibilidades de identidades flexíveis, de vínculos fluídos.

No que tange as estruturas, também a internet proporcionou um novo modelo. Formas de organizações híbridas (Chadwick, 2009, Pereira, 2008, Bennett, 2010) que mesclam características online com outras off-line. Muito da estrutura do ativismo transnacional recai sobre a rede mundial de computadores, é via essa tecnologia que parte da coordenação, da mobilização e da ação ocorre. É por ali também que se arrecadam recursos financeiros e se difunde as questões defendidas.

Como reforça Staggenborg (2009) – e veremos detalhadamente no capítulo dois – com uma ajuda crucial da internet, redes mais informais de grupos e ativistas, com organizações fluídas se tornam um tipo essencial de estruturas de mobilização para o ativismo transnacional.

#### **1.4.2 As identidades sociais transnacionais**

Como visto uma das características fundamentais de qualquer movimento social transnacional – bem como de qualquer ação coletiva organizada – é o compartilhamento de uma identidade coletiva (della Porta

---

<sup>3</sup> O termo se refere ao fato de que não existe apenas um efeito, uma função social ou um significado no uso de uma tecnologia. Existem vários significados, diferentes efeitos e funções sociais, e essas apropriações podem ultrapassar as expectativas geradas no processo de criação do artefato tecnológico.

e Diani, 2006), a formação de um “nós” em oposição a um “eles” (Melucci, 1996).

A identidade coletiva no ativismo transnacional é um tema que gera bastante reflexão, mais ainda, se introduzirmos a variável tecnológica na discussão.

Começamos em definir o que seria essa identidade. Para della Porta e Diani (2006) identidade é o processo pelo qual atores sociais reconhecem a si mesmos – e são reconhecidos por outros atores – como parte de grupos maiores e desenvolvem laços emocionais a eles. Ela ajuda a identificar seus aliados e seus adversários.

Esses grupos não necessariamente são definidos tendo por referência a classe, a raça, sexo ou determinada organização. Existia uma visão classista de identidade social quando se falava em mobilização política, mas – como diz Melucci (1999) e Castells (2002) – a produção e a apropriação de recursos sociais não se restringem à esfera material de disputa, mas às relações sociais e às orientações culturais também. As identidades se constroem por elementos como valores, atitudes, visões de mundo e estilos de vida. Como reforça Pereira (2011), os movimentos sociais contemporâneos promovem uma batalha pela significação dos discursos públicos, não sendo mais vinculados às classes industriais, mas sim a grupos que disputam por posições distintas, recursos cognitivos e simbólicos.

Para Castells (2002) a identidade do ponto de vista sociológico sempre é uma construção, mas que vale-se:

(...) da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (Castells, 2002, p. 23)

Porém, como ressalta o próprio autor, todo esse material é processado pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais, que marcam uma visão em determinado tempo e espaço. Ou seja, do ponto de vista sociológico e político as identidades são processos sociais. Do ponto de vista do ativismo político e da mobilização política elas são elementos que conectam eventos em períodos diferentes, que ajudam a identificar aliados e adversários, que criam redes de relação de confiança de onde nasce o apoio mútuo necessário à ação coletiva (della Porta e Diani, 2006).



As identidades sociais e políticas no decorrer da história sempre alternaram, sendo muitas exclusivas (que impediam àqueles que nela se encontravam de compartilhar de outras) e as inclusivas e múltiplas, que conforme se observa (della Porta e Diani, 2006; Bennett e Toft, 2010; Melucci, 1999) é o modelo de identidade do ativismo transnacional.

Esse caráter, inclusivo e múltiplo, se traduz no que della Porta e Tarrow (2005) chamam de *múltiplos pertencimentos e identidades flexíveis*. Ao primeiro nos referimos à presença de ativistas com diversas filiações em redes estruturadas de forma policêntricas. Ao segundo, falamos das identidades caracterizadas pela inclusão e ênfase positiva sobre a diversidade identitária que se desenvolvem ao redor de campanhas comuns sobre objetos percebidos como “concretos” para muitos e nutridos pela busca de diálogos, mais do que de bandeiras. Bennett (2005) é um dos que observa que existe sim capacidade política nesse ativismo fragmentado, “frouxo” e horizontalizado. Nesse transnacionalismo contemporâneo é a persistência da mobilização mesmo envolvendo uma base social heterogênea, assim como uma gama de protestos e campanhas heterogêneas. No que tange às questões e reivindicações não se pode mais pensa-las dentro das categorias tradicionais (esquerda vs. direita) nem nos grupos sociais clássicos (Rutch, 2007).

Esses atores que carregam essas identidades flexíveis, inclusivas e múltiplas no ativismo transnacional são chamados de *cosmopolitas enraizados* (della Porta e Tarrow, 2005), ou seja, pessoas e grupos enraizados em contextos locais/nacionais específicos, mas que se engajam em atividades regulares que requeiram seu envolvimento em ações coletivas transnacionais.

Para Melucci (1996) os atores agora passam de um grupo ao outro, de uma rede a outra sem se comprometerem, especificamente, com uma questão. O foco seriam ações rápidas e esporádicas, uma espécie de *ativismo personalizado*. Para Touraine (1999) essa fragmentação transnacional dilui mecanismos de representação da cidadania e debilita a formação de identidades coletivas. Entretanto, observa-se uma mudança da natureza dessa identidade que acompanha a mudança da ação coletiva na qual ela se firma, e não uma perda da formação de identidades coletivas. Continua-se a engajar-se em ações coletivas, mas as identidades coletivas que essas geram são diferentes.

É fato que a ação coletiva depende da formação da identidade. Quando atores desenvolvem a habilidade de definir a si mesmos, de definir outros atores, e definir a “questão”, o “ponto” em que se dão as suas relações mútuas, aí temos a ação coletiva. Melucci (1999) reconhece que as identidades são alvos de disputa, já que atualmente as dimensões privadas estão sob escrutínio social.

Mas no caso do ativismo transnacional e da identidade coletiva que ali se forma, estamos cada vez menos dependentes das relações face a face, das interações desenvolvidas em comunidades locais. Esse processo, como afirmam della Porta e Diani (2006), é existente desde o surgimento da imprensa escrita e se acelerou com o surgimento de novas formas de comunicação e informação, no caso, a internet.

A importância biográfica dos indivíduos para a formação da identidade ainda é fundamental. Mas o caráter inclusivo do ativismo transnacional permite que as identidades se estruturam de forma policêntrica, mais do que de forma hierárquica. Ressaltam della Porta e Diani (2006) que os movimentos sociais transnacionais são os que mais têm mostrado tolerância a várias combinações de identidades. É possível fazer parte do movimento mesmo sem se identificar com a organização, até mesmo sem acreditar em organizações. Essa abertura excessiva gera sim críticas ao projeto metassocial<sup>4</sup> – como diria Touraine (1999) – que a ação coletiva tenta levar a cabo.

Mas a tensão entre indivíduos diferentes e as organizações é diluída pelas *identidades flexíveis* e pelos *múltiplos sentidos de pertencimento*. Os movimentos sociais transnacionais consideram a importância da subjetividade e do envolvimento pessoal. A identificação com causas transnacionais não impedem identificações com outras causas ou grupos. Melucci (1999) afirma que as identidades produzidas socialmente e individualmente no ativismo transnacional têm que lidar com a incerteza criada pelas dinâmicas transnacionais (não apenas as políticas, mas as sociais e culturais), pelo fato de que os indivíduos pertencem a múltiplos sistemas, e que existe uma variedade enorme de *framings* ressoando pelo mundo.

---

<sup>4</sup> A ideia de projeto metassocial, resgatando a análise de Gohn (2009) sobre as contribuições de Touraine à teoria dos movimentos sociais refere-se à concepção de que só há movimento social se a ação coletiva se opõe a um modo de dominação social generalizada.

Incluem-se nesse “ativismo cosmopolita” os seguintes exemplos (Tarrow e della Porta, 2005): ativistas que participam, *in loco*, de atividades políticas transnacionais, ativistas sindicais que unem-se à sindicatos e organizações supranacionais, membros de grupos e redes de ativismo que conectam questões internas à externas, organizadores e participantes de campanhas de protesto transnacionais.

No que tange a quem participa nada difere muito do dilema clássico da ação coletiva, abordado por tantos (Melucci, 1996, Norris, 2002, Rutch, 2007). Quem tem alguma experiência prévia em participação, tende a participar mais, e no caso do ativismo transnacional, a experiência local tende a influenciar uma experiência transnacional. Como descreve Tarrow e Della Porta (2005) acerca dos protestos em Genova na ocasião da reunião do G8:

(...) participants in Italy, in Genoa and afterwards, had previous or current experience of participation in associations of various types, often overlapping: from NGOs to voluntary work, from trade unions to religious groups, from parties to social movements (Tarrow e della Porta, 2005, p. 238)

Mas essa participação, como fala Melucci (1999), aparece como um comprometimento pessoal e provisório, não como um dever vitalício. Tem implicações locais, mas com alcance global, com os indivíduos em grupos e organizações diferentes.

A identidade segue um padrão da ação coletiva, se tornando no ativismo transnacional cosmopolita, flexível e múltipla.

### **1.4.3 Enquadrando a ação política**

Um dos mecanismos que falta analisar é o *enquadramento global*. Esse mecanismo merece ser analisado à parte, pois inclui uma literatura específica, a literatura sobre “enquadramentos” (*framings*). Os *framings* foram introduzidos na literatura da “política de confrontos” por Snow e Benford (1992), que apesar de dizerem que os *frames* cognitivos estariam presentes em toda experiência social, um tipo específico guiaria a ação coletiva, os *frames* de ação coletiva. Esses seriam construídos pelos movimentos sociais para atrair apoiadores, sinalizar suas intenções e ganhar atenção da mídia. A noção envolve o conceito de “quadro interpretativo” retirado de Goffman (1988) que no caso da ação coletiva se traduz em um processo em que atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem as questões sociais (Tarrow, 2009). É o

que Snow e Benford (1992) resumem como simplificar e condensar o “mundo lá fora”. Ativistas são, portanto, consumidores de material cultural existente e produtores de novos.

Cabe pensar, inicialmente, o conceito de *framing*. De acordo com della Porta e Diani (2006) – retirando da obra de Snow e Benford (1992) – *framing* é uma estrutura predefinida, padronizada e generalizável que permite guiar uma percepção da realidade, define expectativas do que está acontecendo e o que devemos fazer. O *framing* é uma estrutura que molda um senso de realidade de um grupo ou de um indivíduo.

A análise dos *frames* ou *framings* auxilia, principalmente, em captar o processo de atribuição de significado, no qual repousa a explosão do conflito. De fato, são essas produções simbólicas que permitem determinado grupo ou indivíduo atribuir a eventos ou comportamentos um elemento motivador à mobilização política, pois como reforça della Porta e Diani (2006) – bem como Melucci (1996) – os problemas sociais existem apenas porque determinados fenômenos são interpretados como tal pelas pessoas. E esse processo de interpretação de problemas sociais se reparte em três estágios (Snow e Benford, 1992), em três dimensões do *framing*: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional.

O primeiro – a dimensão do diagnóstico – envolve identificar o problema. Essa dimensão é extremamente conflituosa, pois vários atores sociais (partidos, Estado, mídia, dentre outros) expressam sua opinião e tentam impor sua interpretação de diferentes questões. Isso ocorre de maneira conflitiva, pois a tendência é uma negação recíproca entre todos os atores e suas interpretações, mas uma das maneiras de ser reconhecido como porta voz de alguma questão é justamente estabelecer esse conflito, trazer esse conflito à tona. E o primeiro passo é o “diagnóstico” do problema, seguido da identificação da causa, o que leva – por se tratar de um conflito social – ao estabelecimento de responsáveis por essa situação injusta, ou seja, cria-se um “nós” e um “eles”, elementos da raiz da ação coletiva (Melucci, 1996).

No caso do ativismo transnacional, o diagnóstico de *framings* por grande parte dos movimentos sociais e redes de ativismo procura reduzir uma série de fenômenos sociais em um tema dominante (della Porta e Diani, 2006). Assim fenômenos diversos são incorporados em um mesmo *frame* interpretativo, que podem se tornar *master framings*, tais como “globalização neoliberal”, “mudança climática”, “dignidade humana” ou a

“luta de classes”. Inevitavelmente, esse processo é altamente seletivo, e algumas questões obscurecem outras.

A segunda dimensão é a prognóstica. Interpretar o mundo vai além da identificação de seus problemas, requer procurar soluções, apresentar alternativas. E as alternativas são elementos inerentes aos movimentos sociais, ou ao menos deveriam ser. E essas nem sempre se baseiam em metas práticas de dado contexto social, político e cultural. Ao contrário, a ação coletiva pode se dar no inconcebido, no inesperado. Como ressalta della Porta e Diani (2006) um diagnóstico pode levar a diversos prognósticos. No caso do ativismo transnacional isso é uma realidade clara. As “alternativas” propostas pelos movimentos sociais e redes de ativismo são inúmeras, e muitas vezes conflituosas entre si. Não existe uma meta última que possa ser facilmente identificada pelos ativistas, os enquadramentos de prognósticos variam desde ações de confronto, negação de práticas institucionalizadas, passando por resistência pacífica e estratégia de mídia até adoção de estilos de vida alternativos (della Porta e Diani, 2006). Grande parte disso perpassa a ideia de uma “*alter-globalização*” ou de uma “*antiglobalização*”, mas os elementos comuns acabam na ideia geral, pois no plano das alternativas os atores diferem.

O último elemento é o motivacional. Não basta apontar o problema, nem mesmo apontar uma alternativa, é necessário produzir uma motivação e incentivos necessários à ação, pois como vimos essa possui um custo, a participação política requer que se assumam esses custos (Melucci, 1996). Para isso, diz della Porta e Diani (2006), é necessário conectar a esfera individual com a experiência coletiva, as pessoas precisam perceber a relevância daqueles problemas em sua vida cotidiana.

Percebe-se que *framings* diferem de ideologias (Snow, 2004)<sup>5</sup>, mesmo que muito dos primeiros decorram do segundo. Mas *framings* são estruturas mais flexíveis, não requerem um conjunto coerente de princípios integrados e afirmações. Mas essas diferenças não impendem os *framings* de serem capazes de abarcarem interpretações abrangentes da realidade, e isso se refere particularmente aos chamados *master framings*. Esses são reflexos do contexto político e histórico que os atores sociais atuam e demonstram, como diz Tilly (2007), que os movimentos não atuam isoladamente, que

---

<sup>5</sup> Para Snow (2004) existe uma percepção em parte da literatura que “ideologia” é um termo que possui uma relativa estabilidade e coesão, que se aplicado aos movimentos sociais e redes de ativismo nos levaria a uma equivocada noção de que não haveria outras dimensões – dentre elas, os *frames* de ação coletiva – que são mais fluídas, flexíveis e até mesmo contraditórias.

elaboração simbólica do discurso é fruto de determinada visão dominante no período. Isso remete a uma das táticas entre os movimentos sociais transnacionais e as redes de ativismo. Muitos deles se apropriam do enquadramento de outro já consolidado, para aumentar as chances de sucesso. No cenário atual, a oposição à globalização neoliberal opera como um *master framing* em diversas ações, assim como o desrespeito aos direitos humanos ou a questão da sustentabilidade no meio ambiente.

No caso do ativismo transnacional, temos como um mecanismo o *enquadramento global*, que é um conjunto das dimensões acima elaboradas em contextos transnacionais. Tarrow (2005) retira de Snow e Benford (1992) três mecanismos pelos quais os “quadros interpretativos” se tornam o *enquadramento global*: o “frame bridging” (a conexão entre dois ou mais *frames* ideologicamente congruentes, mas estruturalmente desconectados, considerando uma questão em particular); o “frame transformation” (colocar e alimentar novos valores, descartando os antigos e reenquadrando crenças), e o “frame extension” (estender um *frame* para incorporá-lo a metas mais gerais, auxiliando assim em contextos nos quais a conexão não pareça tão evidente).

O “frame bridging”, como ressalta della Porta e Diani (2006), ocorre quando movimentos e redes incorporam interpretações da realidade produzida por outros movimentos ou outros setores da sociedade, dos quais não havia uma conexão prévia. Essa ponte entre interpretações diversas é muito presente no ativismo transnacional (Tarrow, 2005), devido ao próprio caráter do ativismo, fluído, flexível e que tenta versar problemas locais e questões globais. O “frame extension” ocorre também com certa frequência, em especial, no que envolve a conexão com os *master framings*, uma maneira como vimos de angariar apoio e espaço na arena de conflito. Já o “frame transformation” é, por definição, mais complicado, e dentro de um ativismo transnacional é difícil caracterizar uma transformação de interpretação.

O enquadramento, como vimos, está no cerne da ação coletiva. Como ressalta McAdam (2007) antes de se engajarem em uma ação coletiva, os ativistas devem definir situações como injustas ou que necessitem mudanças. Essa ideia de “injustiça” é um quadro interpretativo recorrente para Gamson (1992) e se relaciona muito com o confronto político transnacional, pois reúne descontentamentos sociais e os traduz em reivindicações mais amplas, capazes de atravessar as fronteiras.

No que tange ao *enquadramento global*, ele pode sim ser concebido dentro dos movimentos de justiça global, movimentos que de acordo com Staggenborg (2009), della Porta e Diani (2006) e Smith (2009) são frutos das manifestações de Seattle em 1999.

Mas existe outro elemento interessante a ser pensar, a ideia de um “pensamento global” (Tarrow, 2005). Esse conjunto de *framings*, que decorre de interpretações diversas, resulta em uma forma de “pensamento global”? No que tange a literatura, não (Tarrow, 2005; della Porta e Tarrow, 2005). Cidadãos comuns – assim como as elites – não tendem a pensar transnacionalmente. Assim como verificamos na ação coletiva, as pesquisas (Tarrow, 2005) mostram que a maioria se vê como pertencendo, primariamente, a sua localidade. No geral, os atores diferem na compreensão das questões transnacionais, pois trabalham dentro de estruturas de poder e contextos culturais, políticos e sociais diferentes. É necessária, no geral, grande persuasão para aceitar interpretações globais nas suas reivindicações locais. É essa persuasão que os movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais tentam efetuar.

Nesses processos de *framing*, uma grande aliada é a internet. Por se tratarem de enquadramentos simbólicos, de interpretações compartilhadas, é relevante para tanto que se estabelece um fluxo de comunicação entre diferentes atores. Esse fluxo pode se dar pela rede mundial de computadores, ela pode auxiliar os mecanismos de “frame bridging”, “frame extension” e “frame transformation” ocorram dentro do ativismo transnacional.

## Capítulo II – Internet e ativismo político transnacional

### 2.1. Internet e política: democracia digital

Como percebemos, a internet possui um papel relevante nas dinâmicas de confronto transnacional (Staggenborg, 2009, Tarrow, 2005, della Porta e Diani, 2006). Mas não é apenas na relação entre atores sociais, estados e instituições transnacionais que isso ocorre. A política na rede mundial de computadores é um tema cada vez mais discutido e mais relevante na literatura (Norris, 2001 e 2002; Castells, 2003; Hindman, 2009; Chadwick, 2005 e 2009; Pereira, 2008, Dahlberg e Siapera, 2007, Papacharissi, 2010 e 2012). As considerações sobre como as tecnologias impactaram na vida da sociedade contemporânea e as esperanças e desafios observados pelos pesquisadores poderiam mudar de alguma forma o sistema político envolve fortemente as concepções e as teorias sobre a própria democracia.

Como ressalta Gomes (2007) o termo – que possui diversos correspondentes, tais como “democracia eletrônica”, “democracia virtual” e “ciberdemocracia” – é cada vez mais empregado, gerando um intenso debate acadêmico:

O conceito que lhe corresponde, a ideia de democracia digital, serve como um campo magnético capaz de atrair para o seu centro temas relacionados à política ou à democracia em sua imbricação com um considerável número de verbetes da cibercultura tais como, dentre outros, “internet”, “novas tecnologias”, “mundo digital”, “recursos web” (Gomes, 2007, p. 1)

Essa relação política, democracia e web se refere principalmente a um montante de práticas, iniciativas e experiências políticas que se apoiam em dispositivos, ferramentas e recursos das tecnologias de informação e comunicação – em especial, a internet –, e, também, se relacionam à ideias, instituições e atores presentes nas democracias (Gomes, 2007).

Antes de adentrarmos o campo do ativismo político virtual, é necessário distinguir os termos que usamos para nos referir a essa esfera virtual na qual ocorre toda gama de ações dos atores que investigamos. Fazendo alusão a Raymond Carver: “Do que falamos quando falamos de internet<sup>6</sup>?”. Internet, Comunicação mediada por computadores (CMC) e rede

---

<sup>6</sup> “Do que falamos quando falamos de amor?” é um dos contos mais conhecidos do escritor norte americano Raymond Carver, conhecido expositor do realismo minimalista a partir da década de 50.



mundial de computadores, a *web*. Todos são termos que aparecem no presente trabalho, mas que se referem à coisas distintas, mesmo que relacionadas. A internet, como explica Castells (2003), é um sistema (ou melhor, uma tecnologia) de comunicação que permite a comunicação de muitos para muitos (*many to many*). Essa comunicação tem como terreno mais conhecido a *world wide web*: a rede mundial de computadores, um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na internet<sup>7</sup>. A comunicação mediada por computadores se refere à uma dimensão social da tecnologia, a *comunicação* (Pereira, 2005), no caso mediada por um aparato tecnológico. Essa dimensão social é fundamental para compreender o ativismo político e é nela que reside por fim a interpretação da tecnologia, o uso da internet e da rede mundial de computadores. Sendo assim, compreendemos que a internet aqui se entende mais especificamente como a rede mundial de computadores e que nessa pensamos a ação, a comunicação e mobilização do ponto de vista político.

O objetivo aqui será revisitar a literatura colocando suas metas, ideias e concepções de mudança (ou revitalização) das democracias ocidentais em evidência. De autores que pensam a internet como um reforço entre a comunicação entre instituições e cidadãos à autores que adotam uma postura crítica e radical da democracia digital, a relação entre internet, política e democracia é cada vez mais explorada.

A ideia de democracia digital, portanto, passa necessariamente pela discussão da própria ideia de democracia. Para alguns, a internet vem com o propósito de promover a profundidade e a amplitude de uma democracia mais igualitária (Dahlberg e Siapera, 2007), para outros seu papel, enquanto veículo de um largo fluxo informacional, é revitalizar a relação entre cidadãos e seus representantes (Norris, 2001), ainda tendo aqueles que argumentam que as restrições econômicas, sociais e tecnológicas dificultam o ganho democrático no geral (DiMaggio e Hargittai, 2001). No entanto, frente a uma crise das instituições, das práticas e dos atores em função da fraca participação política, o mundo online está assumindo gradualmente um papel na arena de discussão e de participação política, assim a *“democracia digital se assume como uma oportunidade de superação das deficiências do estágio atual da democracia liberal”*. (Gomes, 2005, p. 217). Mesmo aqueles teóricos que seguem uma linha mais representativa (Norris, 2001), a internet tem potencial para:

---

<sup>7</sup> Retirado do Wikipédia em 13.08.2012: [http://pt.wikipedia.org/wiki/World\\_Wide\\_Web](http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web)

Promover as condições de competição de partidos e candidatos, facilitando a criação de uma esfera pública por meio das novas mídias, mobilizar a sociedade civil, promover transparência e accountability nos processos decisórios e reforçar a efetiva oferta de serviços governamentais aos cidadãos são considerados funções potenciais de valor que podem fortalecer a democracia representativa (Norris, 2001, p.103, tradução livre)

Existe, portanto, um debate na literatura sobre democracia digital a respeito das potencialidades democráticas da internet. Com o surgimento dos primeiros estudos empíricos sobre os efeitos dessa nova tecnologia, parte das “promessas” da democracia digital se mostraram controversas, ou pelo menos, longe de se concretizarem (Dahlberg e Siapera, 2007; Hindman, 2009 e Barber, 1999).

## **2.2 As promessas da Democracia Digital: Participação política e descentralização da informação**

Como veremos mais a frente as concepções de *democracia digital* possuem inevitavelmente relação com as teorias democráticas, sejam de cunho mais liberal/representativa, mais participacionista ou mais deliberacionista.

Entretanto, pode-se pensar de antemão as “promessas” ou potencialidades políticas em virtude da tecnologia e da relação que a mesma já traçou nas diversas esferas da vida e da sociedade.

Chadwick (2006), um dos autores que mais amplamente se colocam a estudar internet e política, traz inicialmente no seu trabalho a questão da tecnologia *versus* a sociedade. Ele rejeita o que chamamos de “determinismo tecnológico” e “determinismo social”. O primeiro toma a internet como possuidora de valores próprios como liberdade e igualdade. O segundo acredita que ela seria apenas uma plataforma de atuação de forças sociais preexistentes. O autor lembra algo simples, mas nem por isso menos relevante: as tecnologias possuem propriedades políticas quando usadas em contextos políticos. É uma premissa que auxilia e muito desenvolver os argumentos sobre as novas tecnologias e a política. Barber (1999) é outro autor que critica a ideia de uma internet livre, democrática e organizada horizontalmente. Para o autor, a tecnologia pode auxiliar a democracia, mas precisa ser programada para isso, caso contrário, ela apenas perpetuará os vícios da política como já conhecemos (*politics as usual*).

E dentro desses “contextos políticos” de que fala Chadwick (2006) qual seriam as potencialidades democráticas mais claras da internet? Para o

autor e muitos outros que veremos aqui são duas: a alteração do modo, da dinâmica e das consequências da *participação política* e a *descentralização da produção e transmissão da informação* beneficiando pequenos grupos, movimentos sociais e até mesmo o cidadão comum. Tais perspectivas não são exclusividade desse autor, Hindman (2009), Norris (2001 e 2002), Pereira (2008 e 2011) e compartilham de expectativas mais ou menos parecidas com a de Chadwick.

Apresentando resumidamente, a *descentralização* se traduz em uma ligação direta, em um fluxo contínuo e sem intermediários de informação, no nosso caso pensando a *informação política*. Seriam vencidos os tradicionais *gatekeepers* (os mediadores da informação) das mídias convencionais. Nesse cenário, os canais de circulação de informação estariam mais abertos e propensos aos cidadãos comuns. A tecnologia da internet – que como vimos em Castells (2003) faz dos usuários também produtores e vice versa – favorece essas características.

O segundo ponto, a *participação política* envolve pensar a questão da apatia política, mas não apenas isso. Envolve também, como levanta Hindman (2009), a promessa de transformar os cidadãos em pessoas mais informadas politicamente e, conseqüentemente, contribuindo para motivar e recrutar cidadãos inicialmente inativos politicamente. As novas tecnologias ofereceriam novas formas de participação, de mobilização e de ação política (Pereira, 2008 e 2011).

Não se pretende reduzir o debate apenas a essas duas potencialidades, visto que a literatura sobre democracia digital é rica e envolve muitos pontos e questões mais complexas. Entretanto, estabelece um guia para navegar pelas diversas teorias de democracia digital abordando dois pontos que são cruciais para pensar ativismo político.

### **2.3. Qual democracia digital?**

Fornecer um modelo de democracia digital é uma tarefa árdua. Em especial, por trabalhar um conceito tão discutido quanto a democracia e sua relação com a internet, uma tecnologia que vem cada vez mais tomando espaço nas relações sociais, políticas e econômicas.

Não obstante a dificuldade, uma visão crítica das falhas do atual estágio democrático – baixa participação eleitoral, a desmobilização eleitoral, a diminuição do número de associações e da participação voluntária (Norris, 2001 e 2002, Pereira, 2005 e 2008) – nos leva a pensar

um modelo democrático antes de tudo mais intenso, igualitário e forte (Barber, 1984). Um modelo que nos leve à discussões relativas à busca do aprofundamento democrático por meio da apropriação da internet pelos atores sociais e políticos (Pereira, 2012).

Esse modelo transferido para a interação práticas e experiências políticas e internet pode ser encontrado no conceito de “democracia radical” de Dahlberg e Siapera (2007). A “democracia digital” pode ser definida como uma democracia que sinaliza com uma preocupação contínua com uma igualdade e uma liberdade conceituável e realizável. Envolve um processo reflexivo pelo qual a democracia não é entendida como terminada, e sim, continuamente, repensada em si mesma.

Um dos principais elementos dessa “democracia radical” é a sua crítica à um modelo liberal de democracia que equipara o cidadão à um consumidor, valorizando o indivíduo como um maximizador de utilidades, escolhendo entre uma gama de opções políticas já padronizadas. A participação política para Dahlberg e Siapera (2007) é compreendida como participação em confrontos de diferentes posições subjetivas, que buscam maior igualdade e maior liberdade política. Muitos movimentos sociais e redes de ativismo se encaixam na visão da “democracia radical” porque se engajam em batalhas políticas para reclamar e ampliar os significados e práticas sobre liberdade e igualdade.

É fundamental também trazer para o centro da definição a retomada da dimensão conflitiva da democracia. Como ressalta Pereira (2011):

Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público através do uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão inseridos; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios (Pereira, 2011, p. 16)

Essa dimensão conflitiva também está presente na nossa ideia de democracia digital radical. A concepção da democracia como um projeto inacabado, que demanda a inserção de novos atores e novas demandas faz com atores como os movimentos sociais estejam no centro desse papel, de como disse Pereira (2011), demandar uma maior participação popular nas decisões e na vida pública.

E a internet? Essa possui forte relação com a “democracia radical”, pois encoraja a interrogação e o desenvolvimento de questões sobre a democracia.

Assim, como muitos autores (Chadwick, 2006 e 2011; Pereira, 2008 e 2011; Hindman, 2009; Castells, 2003) Dahlberg e Siapera (2007) não consideram a rede mundial de computadores apenas como um conduto de informação, mas também como um constitutivo de comunidades políticas alternativas, novas posições de sujeito, novas possibilidades para agir de comum acordo e criar novas culturas democráticas.

O modo como a internet diretamente fortalece a voz alternativa de grupos marginalizados, apoiando a contestação dos discursos dominantes e as estruturas de poder favorece o que della Porta e Diani (2006) chamam de *contrainformação*. Isso toma a forma de várias maneiras, em especial, ligando a *descentralização da produção e transmissão da informação* (uma maior liberdade comunicativa online) e um *aumento da participação política* (novas formas de interrogar o poder de organizar pela internet ações coletivas).

Da perspectiva da “democracia radical” e internet decorre a crença que o uso do computador na política tem, cada vez mais, se tornado um aspecto normalizado nas democracias. E esse uso pode fornecer novas oportunidades, novos recursos, novas formas de ação

### **2.3.1 A democracia digital da informação política**

Uma autora que versa seus estudos sob a ótica mais institucionalista com a base em uma comunicação política entre cidadãos e instituições é Pippa Norris (2001 e 2002).

Norris (2001 e 2002) dedicou seus estudos sobre a internet em duas frentes: a exclusão digital e o ativismo político. A abordagem se caracteriza por pensar a importância do desenvolvimento econômico e da revitalização das relações entre instituições e cidadãos.

Norris (2001) acredita que a internet tem um grande potencial para transformar a vida das pessoas. Entretanto, a autora se pergunta se do ponto de vista político e social a internet não está aumentando a distância entre os países do Norte e do Sul. Em seu estudo, Norris (2001) foca em pesquisas internacionais que relacionam o desenvolvimento econômico e a superação de problemas básicos de educação e saúde como fundamentais, também para a inclusão no mundo digital. Essa inclusão é benéfica, pois na visão

mais otimista, reforça processos de democratização, aumenta fluxo de informações e ultrapassa barreiras de Estado-Nação.

Um estudo que acompanha essa linha (Di Maggio e Hargittai, 2001) observa que as políticas de inclusão da população nas novas tecnologias apresentam uma gama de oportunidades, mais do que um reforço dos privilégios. Entretanto, os três autores se preocupam com o fato de que a estratificação social esteja presente na hierarquia online. Di Maggio e Hargittai (2001) discutem o argumento que assim como outras tecnologias de informação e comunicação (a exemplo do rádio e televisão) que inicialmente também eram exclusividade de uma elite, a internet com o tempo iria se disponibilizar integralmente para toda a população. Mas essa ideia é falseada pela observação, dizem os autores, pois para se utilizar da internet é necessário dispor de conhecimentos e capacidades muito maiores do que para televisão e rádio. Como ressalta Castells (2003), na internet, os usuários também são os produtores da informação, portanto, o conhecimento e as habilidades são decisivos no uso que se faz dela. É essa capacidade, essa habilidade, que garante mais do que o acesso – pensado como potencializador do uso –, garante um uso qualificado.

A exclusão digital, portanto, passa por diferenciar o uso do acesso. O acesso pode ser fornecido, em virtude de uma tecnologia cada vez mais barata e de um mercado cada vez mais difundido, pelo Governo, pelas instituições, pelas empresas. Entretanto, o uso qualificado encontra barreiras, sejam elas cognitivas, sejam elas sociais, sejam elas de tempo ou espaço. Como apresentam Di Maggio e Hargittai (2001) existem excluídos que não dispõem do equipamento, aqueles que só podem acessar do trabalho ou de locais públicos, o que restringe o acesso à conteúdos, o tempo e a qualidade do sinal. Os autores resumem em cinco, as dimensões que influenciam na desigualdade de acesso e uso da internet: os meios técnicos (equipamentos e tecnologia), a autonomia e o controle sobre o uso (o local, constrangimentos de tempo e conteúdo), a capacidade técnica do usuário (sua capacidade de usar, criar, baixar...), o suporte social (alguém com capacidade maior para instruir e auxiliar dentro do círculo social) e o objetivo do uso (lazer, trabalho, etc.). Os sites também estão ficando extremamente sofisticados e apresentam contínuas mudanças de interface e ferramentas nem sempre compreensíveis a todo o público, além do conteúdo ser muitas vezes apresentado apenas em língua inglesa. Esses problemas são resolvidos na visão de Norris (2001) por um fator: desenvolvimento econômico do país.

As ressalvas apresentadas pelos três autores são justas e relevantes. Não obstante, a visão de democracia digital peca por ter objetivos e pretensões convencionais à uma democracia liberal e representativa, ultrapassadas pela noção de democracia radical de Dahlberg e Siapera (2007). O fluxo de informação e o uso qualificado da internet viriam para revitalizar a relação com as instituições políticas e sua dinâmica política. Tanto Norris (2001) como Di Maggio e Hargittai (2001) apresentam a internet como uma forma de melhorar a sociedade, por meio da obtenção de uma educação mais qualificada, uma profissão mais qualificada, melhores informações sobre saúde e um acompanhamento mais próximo das questões políticas. Quando observamos autores mais críticos, perceberemos com maior clareza a visão mais clássica, mais *schumpeteriana* de democracia de Norris (2001). Apesar de a autora creditar ao uso da internet a possibilidade de ampliação da circulação de informações e da vocalização de preferências dos cidadãos, ela não se debruça sobre mudanças estruturais de uma democracia digital de maior intensidade. Se pensarmos na referida ideia de co-construção (Misa, 2003 apud: Pereira, 2008), na qual a interação entre a internet e a sociedade, a cultura e a política envolve uma influência mútua, percebemos que existe, para Norris (2001 e 2002) uma espécie de espelhamento entre o jogo democrático off-line e online. Esse espelhamento no caso da concepção de Norris (2001) é um processo de reflexão que deveria corrigir as distorções buscando uma reprodução próxima da democracia representativa. Como define a autora o foco de seu estudo é se a internet irá reforçar ou diminuir o abismo entre as nações mais desenvolvidas (e mais informatizadas) e as nações em desvantagem:

O ponto chave na avaliação do papel de tecnologias digitais para a democracia é o quanto governos e a sociedade cívica aprendem a usar oportunidades fornecidas pelos novos canais de informação e comunicação para promover e fortalecer as principais instituições representativas que conectam os cidadãos e o estado (Norris, 2001, p. 104, tradução livre).

Para ela, a solução passa pela distribuição da informação, no fluxo delas entre cidadãos e governantes. Mas isso é pouco. Quando avaliamos todas as expectativas apresentadas pelo desenho da internet para a questão da política, colocar como meta democrática simplesmente o aumento do fluxo de informações é pouco, em termos de liberdade e igualdade política. Para Norris (2002) a internet tem a capacidade de fortalecer as instituições mediando a comunicação entre Estado e cidadãos. Isso ficará mais claro quando abordarmos o ativismo político na rede. O que subentende-se das suas conclusões é quase sempre um incentivo a uma mesma perspectiva

política do cidadão em meio à uma oferta de serviços estatais pré definidos. Norris é atenta ao fato das desigualdades existentes se reproduzam nos ambientes online. Mas nem ela, nem Di Maggio e Hargittai (2001) pensam criticamente um modelo democrático.

A participação política nessa perspectiva atenderia aos conceitos clássicos de Verba, Schlozman e Brady (1995) que definem a participação política como a oportunidade de comunicação com o governo sobre demandas e preferências próprias, exercendo pressão para a obtenção de uma resposta. Apesar de não contemplar uma noção mais ampla de participação política, esse estudo clássico traz três importantes distinções analíticas sobre a participação política. A primeira distinção foca no que qualquer forma particular de participação demanda dos ativistas: uma combinação dos recursos: tempo, dinheiro e habilidades. Toda e qualquer forma de participação política demanda, em escala variável, esses três elementos. No que se refere à internet percebemos uma redução dos custos da ação em dois aspectos: tempo e dinheiro, entretanto, a habilidade se torna um recurso crucial para a utilização dos mecanismos de participação política na rede, e como já vimos o *gap* entre uso e acesso. A segunda distinção trata da informação e da demonstração de preferências dos participantes. Embora o voto seja um modo importante de envolvimento na vida política, ele é apenas um de muitos atos políticos, sendo um pilar da democracia, entretanto de pouca carga participativa. Os cidadãos podem informar suas preferências de outras formas mais detalhadas e mais intensas, por meio de comunicação direta com seus representantes (cartas, reuniões), por meio de organizações (como os movimentos sociais, os sindicatos) ou por meio de ações diretas (protestos, marchas). A terceira e última distinção diz respeito ao volume da atividade, na forma de exercer pressão nos alvos políticos. O voto nesse aspecto não é tão significativo em alavancar o potencial político dos indivíduos, pois tem um caráter ritualístico e periódico. Outras formas mais intensas e rotineiras produzem um volume de atividades mais eficientes para obtenção de ganhos dos participantes.

É como Pereira (2011) trata a questão: a descentralização da informação, o aumento do fluxo e da recepção informacional devido ao uso da rede mundial de computadores tem que levar a uma participação e mobilização política diferente.

### **2.3.2. Democracia digital: um pouco mais de “radicalismo”**



Os problemas apresentados por Norris (2001 e 2002) e Di Maggio e Hargittai (2001) são incorporados e aceitos por outros autores do tema. Entretanto, a visão mais institucionalista, mais focada no fluxo de comunicação política para revitalizar a relação entre partidos, Estado e cidadãos não agrada a todos. Buscando uma perspectiva que atenda a uma visão mais “radical” de democracia, que aumente o campo de participação política, de um fluxo mais “democrático” da comunicação política. Os autores não desconsideram os pontos criticados acima, mas os enxergam de forma mais crítica como veremos. O “radicalismo” aqui descrito se refere a uma perspectiva mais intensa da democracia, em especial no que se refere à liberdade e igualdade como valores, à mobilização e participação política como formas de interrogar as práticas democráticas (Dahlberg e Siapera, 2007).

Hindman (2009) é um dos críticos mais contundentes da primeira versão de democracia digital. Acreditando que parte do pressuposto de que liberdade na democracia digital da informação, como ela realmente existe, é algo como um mito, o autor analisa criticamente o aspecto democrático da rede mundial de computadores.

O primeiro ponto a ser tratado é o da voz na rede. Que a internet permitiria o cidadão, em tese, competir com os jornalistas na criação e disseminação de informação é um fato considerado por muitos autores (Pereira, 2008, Dalhgren, 2000 e 2001, Chadwick, 2005). E de fato, o controle sobre a produção e transmissão simbólica da informação é decisivo tanto para os processos de cima para baixo, quanto para os processos inversos. No entanto, é percebido que, normalmente, acaba tendo voz na internet uma elite semelhante a que é ouvida na esfera off-line, ou ao menos como considera Brundidge e Rice (2009) a abundância de informação não significa que boa parte dos cidadãos terá vantagem em seus papéis como cidadão. O julgamento parece ser demais pessimista, mas quando se verifica o custo para estar visível na rede essa impressão se esvazia. Hindman (2009) apresenta uma série de razões para que a internet – no modelo que a temos – não consiga democratizar o acesso à informação. O entrave se localiza, principalmente, na já citada exclusão digital e na arquitetura da rede. No primeiro caso, o autor fala que computadores mais baratos e acesso mais fácil não eliminam as desigualdades no que se refere ao uso e no compartilhamento de ferramentas e conteúdos políticos.

Outro ponto relevante é que a expectativa que a internet eliminasse os intermediários (*gatekeepers*) das mídias tradicionais é falha. Continuam a

existir filtros e barreiras – não só ao acesso – mas à circulação da informação, o que Hindman (2009) define como “*googlearchy*” advinda de mecanismos de busca (tais como o Google) que produzem uma hierarquia informacional baseada em perspectivas quantitativas e comerciais. De forma resumida, Hindman (2009) alerta para como a infraestrutura e arquitetura da rede pode guiar a participação política. Outro ponto – de extrema relevância aos atores estudados aqui – é a capacidade ser visto e escutado na rede. A visibilidade é um fator crucial para os movimentos sociais e demais atores marginalizados que se engajam em confrontos políticos (Rutch, 2007). Um dos grandes problemas nesse enorme fluxo informacional que a internet proporciona é ter o seu discurso entregue àqueles que o procuram ou poderiam se interessar. É fácil perceber que o discurso político na rede é desigual. Quando pensamos nos internautas no geral percebemos que esses são um público dos chamados “top sites”, aqueles que dominam os mecanismos de busca e os links mais acessados.

Dentro desse quadro mais crítico, Hindman (2009), novamente, aponta os limites da política online: a baixa transmissão de informação política relevante – corroborado com as observações de Barber (1999) e Slater (2001) sobre o imenso fluxo de conteúdo pornográfico na rede e pela imensidão de horas gastas com lazer na rede; a limitação da visibilidade de conteúdos que os cidadãos veem (e os chamados *links perdidos* na web); a tendência das pessoas de pesquisarem sites que já conhecem (quantas pessoas ultrapassam a barreira da segunda página nos resultados de busca?); e por último, os custos econômicos decorrentes de ter acesso e uso qualificado da internet.

Mas não é só de limitações vive essa ideia de democracia digital. Uma constatação que une autores (Norris, 2001 e 2002, Castells, 2003, Hindman, 2009, Pereira, 2008 e 2011, Chadwick, 2005, Bennett, 2005) é que a internet tem amplamente favorecido a atuação e organização dos movimentos sociais.

Citando Hindman (2009):

(...)We have seen an explosion of scholarship documenting internet-organized political activism that looks strikingly different from traditional patterns. From established interest groups such as environmental defense to brand-new organizations like MoveOn, from the Zapatista revolt to the Seattle World Trade Organization protests, scholars have found examples of political activity that would have been impossible in the pre-internet era. In these accounts, large, loose

coalitions of citizens are able to use the internet and related technologies to organize themselves with breathtaking speed (Hindman, 2009, p. 10).

A ampliação da participação online decorre dos movimentos terem uma organização mais híbrida e flexível pela rede, e também por terem um custo menor da ação. Lupia e Sin (2003) ao discutirem a lógica da ação coletiva *olsoniana*, observam que a tecnologia – no caso a internet – afeta a correspondência entre tamanho do grupo e sucesso coletivo, com custos organizacionais reduzidos a ação pode se tornar mais fácil mesmo em grupos heterogêneos e numerosos como os movimentos sociais. Essa relação dos custos organizacionais não é só em termos de superar velhos constrangimentos da participação tradicional, mas também de inovar e criar novas formas de participação (Pereira, 2011).

Outro elemento chave que reside na participação online é a capacidade de ampliar a agenda, por meio da inserção de novos temas. Uma visão de democracia com maior intensidade requer a possibilidade de os participantes poderem influenciar nas temáticas e nas questões propostas. No ativismo transnacional isso é fundamental, pois é necessário que os movimentos ajam de forma inclusiva para legitimar sua ação perante diferentes grupos sociais, étnicos e culturais.

A participação online também está fortemente ligada ao repertório de ação. Esse conceito – que será mais bem explorado no decorrer do trabalho – inclui a inovação como forma de fortalecer a participação. Essa participação online combinam repertórios de ação e participação tradicionais (tais como lobby e voto) com novos repertórios, atualmente, ligados à ações coletivas de protesto (ações diretas, boicotes, campanhas). Essa mescla flexibiliza e potencializa uma maior participação, como observa Chadwick (2006):

Many traditional groups with predominantly national focus have gone online to augment their offline strategies, by exploiting new ways to reach out the supporters and the media or put pressure on political elites. On the surface, this does not substantially differ from traditional campaign methods, such as letter writing, phone canvassing, mail-outs, newsletters, and petitions, and the targeting of the old press and broadcast media. On closer scrutiny, however, it seems clear that the internet is affecting the ways that traditional groups campaign. The net has spurred changes that allow groups to capitalize on its potential for recruitment, fund-raising, organizational flexibility, and efficiency (Chadwick, 2006, p. 115)

A citação é longa, mas apresenta bem o que a internet pode fazer pelos movimentos sociais, não só nacionais, como dito, mas os

transnacionais. Como ressalta Pereira (2008) essa participação na internet pode ocorrer como apoio à outras formas de ação política que já ocorram fora do contexto virtual (nesse caso a internet é um recurso, vide o exemplo do e-mail que é instrumento de “*call for action*”), bem como pode ser por onde ocorre a própria ação, em uma lógica hacker, seja invadindo páginas seja inviabilizando o tráfego de informações de um determinado site. O mesmo autor em outro momento (Pereira, 2011) explica que as ações coletivas de confronto podem ser capazes de influenciar mais os responsáveis pelas decisões políticas que formas de participação clássicas, como o voto. Isso reflete no cálculo dos ativistas para engajar em uma ação de confronto.

Mas a “promessa” de mais participação esbarra no já discutido problema da exclusão digital. Norris (2001 e 2002) e Brundidge e Rice (2009) mostram que aqueles cidadãos anteriormente mais informados e mais participativos, tomam mais vantagens com o advento das novas tecnologias. Aqui segue-se uma lógica antiga da participação: aqueles com experiências de participação anteriores tendem a participar mais. Participar acaba sendo uma tendência de uma elite (Hindman, 2009; DiMaggio e Hargittai, 2007).

Resumindo, Pereira (2011) fala que a articulação dos movimentos sociais com a internet cria novos repertórios de ação e renova os antigos. A internet oferece a possibilidade de boletins eletrônicos, campanhas online, promoção e participação em petições virtuais, filiação de novos membros, entre outros.

### **2.3.3 A deliberação política e a internet**

Por último, temos um dos campos mais promissores da democracia digital, que se encaixa na visão de democracia radical de Dahlberg e Siapera (2007), mas que pela amplitude de seus estudos merece ser tratada separadamente. Ao pensarmos que a internet ocupa uma posição central na arena política, visto sua capacidade de interação e comunicação horizontal (Dahlgren, 2001), pensamos no seu impacto democrático na discussão política em uma esfera pública online. Mendonça e Pereira (2011) concordam:

Isso porque muitas das potencialidades atribuídas à internet estão ligadas à suposição de que iniciativas digitais podem enriquecer os processos deliberativos existentes ou criar novos espaços de interlocução. A percepção de que a internet permite a instauração de múltiplas interações diferidas no tempo e distendidas no espaço levou

muitos a pesquisadores a indagar sobre seu potencial para a renovação da esfera pública (Mendonça e Pereira, 2011, p. 02)

Esses espaços de interlocução viriam a remediar uma esfera pública decadente, que tem reduzido seus espaços propriamente discursivos, bem como uma mídia massiva marcada pela comercialização da comunicação (Papacharissi, 2010).

Deixemos claro, de início, que ao tratarmos de deliberação estamos ingressando em uma vasta literatura, diversas abordagens teóricas e normativas cuja abordagem aqui seria contraproducente. Entretanto, não é um esforço inútil discutir e apresentar a perspectiva deliberacionista da democracia digital.

Assim como a arquitetura da rede influencia o engajamento político dos cidadãos, diferentes arquiteturas discursivas podem ser construídas online, encorajando comportamentos mais ou menos deliberativos (Mendonça e Pereira, 2010).

Papacharissi (2010) defende que a internet é um espaço público híbrido, no qual convivem consumo e retórica cívica. A autora também alerta para o fato de que espaço público não significa esfera pública. Apoiando-se em Chadwick (2005) a autora mostra ceticismo na capacidade potencial da internet, por si, de revitalizar a esfera pública, já que as tecnologias assumem o potencial daqueles que a usam, de acordo com o ambiente político, econômico e social. Até ai nenhuma novidade. Mas a autora também passa a pensar criticamente como – e se – a internet pode ser uma esfera pública, por meio de três aspectos da comunicação desenvolvida online: o acesso à informação, a reciprocidade da comunicação e a comercialização do espaço.

No que se refere ao primeiro ponto, a literatura já foi contundente. Chadwick (2005), Barber (1999), Hindman (2006) repetem os argumentos de que o acesso à internet não garante o acesso à informação, nem irá render um eleitorado mais ativo, nem uma relação de discursos na rede.

No segundo ponto, temos uma preocupação genuína das teorias deliberacionistas. A reciprocidade não é usual em um ambiente fragmentado como a internet, que de acordo com a motivação e conveniência dos atores envolvidos pode ser um reduto de *“like minded people”*, como escreve Sunstein (2001). A inserção de novos atores nas discussões também parece ser pouco produtiva, uma vez que uma minoria domina a visibilidade de conteúdo. Dahlberg (2007) é mais um que enxerga essa fragmentação de

discurso na rede como uma forma de afastamento e clivagem entre grupos opostos, uma vez que independente da variedade de informações possíveis na rede, a tendência é procurar informação e interação com grupos previamente conhecidos, que reforcem a opinião desejada. Mas o autor também visualiza que a internet – dentre todas as mídias – é a que fornece as melhores chances para que um cidadão entre em contato com uma opinião oposta por um baixo custo. Dahlberg (2007) também exalta a capacidade da internet de propiciar o “contra discurso”, mesmo que em espaços fragmentados e polarizados. No caso dos movimentos sociais a apropriação da internet e suas ferramentas (blogs, e-mails, fóruns online, sites) fornece um espaço de resistência a homogeneização do espaço público, um desafio e um ponto de resistência ao discurso dominante. Dahlberg (2007), portanto, refuta que a fragmentação de discursos na web seja intrinsecamente danosa à democracia. Deve se levantar em conta que para grupos marginalizados, a internet é capaz de lhes dar voz, sendo que de outra forma esses permaneceriam invisíveis. Sendo assim, quando se fragmentam em ambientes online, antes de tudo, muitos grupos tentam estabelecer uma identidade, uma troca de informações, sendo que o encontro entre grupos polarizados pode enfraquecer o grupo marginalizado.

No que se refere à comercialização, Papacharissi (2010) é pragmática ao apontar que o uso comercial do espaço online é um dos fatores primários que proíbe a transição para uma esfera pública. Ela está longe de ser a “ágora virtual” imaginada por Castells (2003).

As práticas deliberativas na internet também renderem importantes questões sobre a capacidade da internet de ser uma esfera pública na política. Kies (2004) discute os limites da deliberação online. Para o autor, os inúmeros modelos deliberativos criam uma extensa lista de critérios discursivos deliberativos. Desde inclusão, passando por igualdade discursiva, reciprocidade, reflexividade até pluralidade, Kies (2004) enumera os critérios que os espaços discursivos na rede têm que assumir para se tornarem uma deliberação online. Para Wales, Cotterill e Smith (2010) os fóruns deliberativos online são uma alternativa para o envolvimento público tradicional (tais como reuniões e audiências públicas).

Kies (2004) analisou uma série de experiências deliberacionistas nos Estados Unidos e Europa, chegando a diversos achados. A discussão política na web atrai mais jovens, motivo esse apontado pelo autor como uma adaptação das necessidades das novas gerações aos fóruns online, que permitem emitir opiniões informalmente e sair da discussão a qualquer

momento sem custos. A informalidade das opiniões e a facilidade da retirada do debate podem explicar o que Wales et al. (2010) observaram nas amostras de fóruns online que pesquisaram: uma resistência na participação continuada (os autores observaram que o número de participantes que publicaram mais de cinco comentários foi mínimo).

Kies (2004) mostra que o desenvolvimento de espaços deliberativos online não atrai atores institucionalizados. Os sites dos parlamentos estudados pelo autor revelaram um desinteresse pela construção de uma interatividade com o cidadão. O autor aponta desde o custo financeiro para manutenção desses espaços até o custo político, pois os parlamentares podem não querer promover uma abertura da discussão política no âmbito institucionalizado.

Diferentemente, os movimentos sociais possuem bons exemplos de que procuram buscar uma interatividade maior com os cidadãos, mesmo com recursos menores que os parlamentos estudados por Kies (2004). Não obstante, os mesmos raramente têm estruturado espaços discursivos em seus sites. Baseado nos achados de Kies (2004) e de Wales et al (2010) podemos levantar algumas hipóteses. A primeira é o custo financeiro de manter uma dinâmica deliberativa nos seus fóruns e chats online. Os movimentos sociais não costumam possuir a quantidade e qualidade de recursos que outros atores possuem. Outro ponto poderia ser o que Kies (2004) observou (e também colocou como critério deliberativo): o impacto externo. Kies observou que as deliberações ocorridas online necessitam de um impacto externo para que a deliberação seja não só validada do ponto de vista teórico, mas também para que os participantes sintam-se parte de um processo decisório. A primeira vista essa capacidade de impacto externo estaria nos “*policy makers*” (nos atores institucionalizados que controlam os principais recursos políticos), mas se pensarmos na questão da *agenda settings* dos movimentos sociais transnacionais, os participantes dos mesmos também podem impactar na definição das pautas, das reivindicações e das ações dos mesmos pelos processos deliberativos.

Mas, entretanto, são raríssimos os movimentos sociais que dispõem de algum desenho de estrutura deliberativa. Os motivos seguem não muito claros. Pode ser que ainda que o debate online, como diz Kies (2004) seja apenas um fenômeno da moda do qual todos falam, mas poucos praticam.

## 2.4 Internet e ativismo político transnacional

Toda a discussão efetuada acima dirige-se a uma discussão mais ampla e mais antiga: o papel das mídias na democracia. Esse papel é extremamente significativo ao nosso estudo, pois como ressalta Mendonça (2006) os movimentos sociais se constroem na relação interacional, seja com os alvos, seja com outros movimentos, seja com os próprios militantes. Recorrendo a Melucci (1996) os movimentos sociais são resultados de trocas, negociações, decisões e conflitos entre atores. E no caso dos movimentos sociais transnacionais, o papel das tecnologias de informação e comunicação é extremamente relevante. Como ressalta Pereira (2011) as novas tecnologias têm, de certa forma, feito com que o ativismo político se organize de forma a superar os tradicionais constrangimentos físicos, financeiros, ideológicos.

É recorrente na literatura sobre ativismo político a discussão sobre o declínio das suas formas tradicionais. Investigando de forma sensível o fenômeno, Norris (2001 e 2002) aponta para uma queda das formas tradicionais de ativismo político, pelo esvaziamento das instituições clássicas que intermediavam a participação coletiva, tais como partidos, associações, igrejas e sindicatos. Mesma constatação fez Dahlgren (2001) na observação desse possível déficit democrático com a diminuição do comparecimento às urnas, da falta de fidelidade partidária e de como isso influencia em um cinismo da sociedade com as democracias contemporâneas. Mas tão rápido eles constatam isso, Norris (2001) e Dahlgren (2001) percebem também que o ocorreu foi uma mudança de foco, que novas formas de participação estão sendo criadas e novos canais de interação política têm surgido. Estabeleceu-se assim que emerge um novo padrão de ativismo político (Hindman, 2009, Norris, 2002, Castells, 2003, Pereira, 2008 e 2011). Nesse novo padrão de ativismo político vemos uma modificação dos elementos fundamentais, tais como vimos nas tipologias de ativismo transnacional (item 1.2). E resulta, claro, em um novo padrão de ativismo transnacional, um ativismo baseado em organizações mais flexíveis, em repertórios que combinam ações tradicionais (lobby e votos) com uma variedade de modos alternativos (ações diretas, boicotes de consumo, protestos por meios variados), e essas atividades não são mais apenas orientadas ao Estado, incluem novos alvos, como instituições internacionais, empresas e organizações supranacionais (Norris, 2002).

Dentre essas novas formas, a internet oferece grandes possibilidades como já vimos. Norris (2002), assim como Pereira, (2008 e 2011), dentre



outros, enxerga que a internet tem alterado a dinâmica do ativismo político ao promover eletronicamente a difusão das ideias e táticas de protesto, de forma rápida e eficiente além das fronteiras. A internet pode ter efeitos importantes dentro de regimes autoritários no qual atividades de protesto e mídias independentes estão sobre vários constrangimentos. À época da publicação, a autora já percebia o potencial a ser aproveitado pelos movimentos sociais e pelas redes transnacionais de ativismo político. Na amostra colhida, entre os mais de 55 mil movimentos e organizações existentes ao redor do mundo, Norris (2002) descobriu que um quarto delas possuía um site. Apesar de não contar com o peso de dados específicos, a expectativa atual é que essa apropriação da tecnologia pelos movimentos sociais tenha não só crescido como se tornado imprescindível.

Como ressalta Chadwick (2006) as formas transnacionais de ativismo não são contemporâneas à internet, elas já existem desse antes do advento da comunicação mediada por computadores, mas a sua proliferação é sim fruto da rede mundial de computadores, e gera o que ele chama de “*e-mobilization*”:

Campaigns that transcend the boundaries of a single nation-state existed long before the rise of the internet. However, it is undeniable that during the last ten years transnational campaigns have proliferated, and the vast majority of these have involved significant use of the internet (Chadwick, 2006, p. 115)

O padrão do ativismo político não se modificou apenas estruturalmente por conta das novas tecnologias. Ocorreu também uma mudança nas questões e nos repertórios de ação usados para abordar essas questões. Bennett (2005), assim como Norris (2002) e os já citados Della Porta e Diani (2006) e Tarrow (2009) abordam o aparecimento uma política de estilo de vida, um engajamento mais personalizado do que coletivo, com o foco mais em questões específicas do que em plataformas e ideologias. Esse repertório de ações adotado mescla ações tradicionais (como voto e lobby) com uma variedade das já vistas ações coletivas conflituosas (ou de protesto), tais como boicotes, manifestações nas ruas, invasões, ocupações. Também no ponto de vista da organização, a comunicação nos movimentos tem sido mais horizontal, espontânea, e baseada em laços frouxos. Isso tudo se relaciona intimamente com a internet e as novas oportunidades oferecidas por ela para engajamento, com repertório de ação alternativo e com flexibilidade organizacional.

Torna-se, assim, necessário examinar a mídia tradicional enquanto canal de comunicação política, visto que a internet tem crescido em relevância e rivalizado, ao menos nas expectativas teóricas, com as outras tecnologias de comunicação e informação.

No que se refere ao fluxo informacional, comparado com outras mídias, a internet apresenta um importante processo reflexivo de recepção das mensagens (Pereira, 2011). Ela pode ocorrer de “um para um”, “um para muitos”, “muitos para um” e de “muitos para muitos”, em um processo descentralizador.

Dahlgren (2001) enumera de forma não exaustiva uma lista de motivos que teriam levado à desestabilização do sistema tradicional de comunicação política nas democracias ocidentais. Dentre as causas estão: aumento da heterogeneidade cultural; o crescimento da especialização dos canais de comunicação e a erosão entre o que é e o que não é jornalismo; a abundância de atores políticos e mediadores falando ao mesmo; e o crescimento do cinismo e da indiferença entre os cidadãos no que se refere à política. Esse último motivo se relaciona claramente às mudanças no ativismo político vistas acima. No mínimo, a internet modificou o campo da produção midiática.

Todos esses sintomas se refletem no que o autor chama de multiplicação de *esferas públicas*, não necessariamente no sentido deliberativo, mas de uma forma a privilegiar o encontro e a interação entre discursos de esferas privadas em um espaço público diferente das mídias tradicionais que Gamson e Meyer (1996) dizem não ter necessariamente um papel de promover um engajamento, uma reflexão e a discussão política. Bennett (2005, 2010) afirma que a estrutura da mídia massiva limita a participação política. As imagens dos noticiários, tais como violência, desastre nucleares, crises econômicas reforçam a necessidade de intervenção e de autoridade, ao mesmo tempo em que alimentam a impotência da ação coletiva marginal.

Mas a mídia também pode oferecer uma ajuda no engajamento dos cidadãos. E a maneira como Gamson e Meyer (1996) enxergam esse auxílio se relaciona com a ideia de ciclo de protestos e de enquadramento da ação coletiva proposta por Snow e Benford (1992). Enquadramentos para esses autores são conjuntos de ação orientada por crenças e significados que inspiram e legitimam campanhas e atividades dos movimentos sociais. Tal orientação decorre de três etapas: a *injustiça* – um componente moral na

forma de uma consciência política –; a *identidade* que se refere ao processo que define o “nós”, pois sem um adversário o potencial alvo da ação coletiva se torna abstrato; e por último, a *agência*, a organização que intermedia e torna o processo de ação e de mudança algo possível. A literatura clássica para Gamson (1992) se ressentiu do papel da mídia massiva em impulsionar o engajamento, muito em virtude de o reino da política ser apresentado como distante ou diferente da vida cotidiana. Mas percebe-se em relação ao atual estágio de mobilização política que isso mudou (Norris, 2002 e Della Porta e Tarrow, 2005). “*The personal is political now*” dizem os autores (Della Porta e Diani, 2006; Norris, 2002) ao observarem o engajamento político que temos atualmente.

Retomando, então, o papel das mídias enquanto mecanismo de engajamento e mobilização podemos definir dois momentos em que elas são necessárias e úteis aos movimentos sociais contemporâneos: como uma forma de comunicação que integra uma *esfera pública* na qual as constelações de discurso se enfrentam e como uma *forma de organização* dos movimentos sociais, em especial, os que usam a internet como estrutura de mobilização.

É fato que os movimentos sociais não possuem os recursos políticos convencionais que seus oponentes possuem. Dentre esses recursos está a visibilidade nas mídias massivas tradicionais. Como ressalta McAdam (2001) os movimentos sociais enfrentam obstáculos para se tornarem uma força de mudança social. Eles devem atrair a atenção de novos militantes; sustentar a moral e o comprometimento dos atuais; gerar uma cobertura midiática, se possível, favorável; mobilizar o apoio de outros grupos e outros públicos; reduzir as opções de controle social de seus oponentes e dar forma à uma ação coletiva que possa influenciar na arena política.

A internet pode ser – nos termos de Gamson (2001) – uma rachadura nesse sistema de distanciamento da mídia massiva. Os movimentos sociais e suas ações coletivas ao se engajarem no debate sobre questões públicas, mesmo que a cobertura de suas informações seja desfavorável, fornecem imagens alternativas do engajamento e uma seriedade no trato com os atores políticos. Outro ponto é que a mídia – a internet – pode ajudar a criar uma ponte entre a linguagem do mundo da vida e a linguagem política.

Por último, um ponto de extrema importância no que se refere à relação entre ativismo político e mídias é o uso estratégico das mesmas pelos movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais. Rutch (2004)

destaca que a mídia massiva sempre teve importância para todos os atores políticos, sendo que os movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais não seriam exceções. Mas como regra, eles são *outsiders* no jogo político institucionalizado, sem muitos canais para vocalizar suas demandas, com dificuldades no acesso aos existentes ou até mesmo recusam-se a participar do jogo institucionalizado, como lembra Young (2001). A visibilidade das demandas é um dos obstáculos para que os movimentos sejam forças de mudança na sociedade (McAdam, 2007), um movimento sem alguma forma de cobertura midiática torna-se invisível para o grande público. Uma vez que o movimento ou rede de ativismo falha em obter essa cobertura pelos meios tradicionais de mídia, umas das saídas que lhe resta é desenvolver seus próprios canais de comunicação para divulgar suas ideias e formular suas estratégias de ação (Rutch, 2004). E a internet é uma dessas possibilidades cruciais nesse contexto em que o papel das tecnologias de informação e comunicação cresce em importância.

Vale ressaltar que o uso das potencialidades da internet por atores sociais não tem a pretensão de tornar as outras mídias menos relevantes. Historicamente, ressaltava Rutch (2004), os movimentos e redes sempre se apoiaram nas duas vias: cobertura pela mídia tradicional e organização de alguma forma de mídia própria. Mas podemos pensar, hipoteticamente, que as reações proporcionadas pela exposição na mídia massiva são pré-condições para o sucesso final do ativismo político. Para atrair a atenção da mesma é necessário entender as regras e as necessidades dela, o que por se tratar de uma relação assimétrica e com objetivos diferentes nunca é algo simples. Muitos movimentos radicalizam e não obtêm uma cobertura positiva da mídia, enquanto outros procuram legitimar a si mesmo e suas ações sob o olhar da mídia. De qualquer forma, a interação movimentos/redes e mídia massiva é delicada, pois buscam diferentes metas.

Como são extremamente seletivos, os meios massivos costumam ignorar a maior parte dos protestos. Dessa forma, Rutch (2004) se propôs a pensar um modelo estratégico de interação entre movimentos e mídia, o que ficou conhecido como o “Quádruplo A” ou os “4 As”: Abstenção, Ataque, Adaptação ou Alternativa. No primeiro – a Abstenção – temos movimentos sociais e redes de ativismo, que após experiências negativas com a cobertura da mídia desistem de esforços em impactar essas mídias, ou também aqueles grupos cujas demandas e questões são extremamente marginais ou mal vistas, sendo assim preferem a ausência de visibilidade. O segundo “A” –

Ataque – é uma confronto explícito, uma resposta à determinada mídia ou cobertura realizada. Aqui podemos ter ações de protesto cujos alvos sejam a própria mídia. Seguindo, temos a Adaptação, uma forma de aceitar os critérios e as regras da mídia massiva, em suma, jogar o jogo. É uma tática recorrente, na qual se busca aproveitar do espaço já constituído da mídia para publicizar suas demandas. Por último, temos a Alternativa. Pensando no que define um movimento social essa é a prática por excelência. No caso dos “4 As”, a Alternativa é uma tentativa de criar uma mídia independente com objetivo de compensar a falta de interesse ou a existência de um viés. As diferentes estratégias requerem diferentes recursos, sendo que as duas últimas requerem mais recursos, pois são iniciativas que visam de certa forma concorrer com a mídia massiva.

No campo do ativismo transnacional, muitos movimentos surgem com uma proposta de mídia menos engessada, reflexo de propostas menos engessadas na organização. Como ressalta Rutch (2004), esse pragmatismo surgido na década de 70 trouxe à arena, um ativismo político que investiu em alternativas de mídia, mas também em se adaptar à demanda da mídia, vide alguns dos exemplos a serem trabalhados aqui: *Greenpeace*, *Avaaz* e *Anistia Internacional*. Todos com propostas de terem uma cobertura midiática positiva.

Visto a gama de potencialidades que a internet oferece aos movimentos sociais, seja para a organização, seja para mobilização política, cabe agora se debruçar sobre o que Bennett (2004:126) chama o “contexto social do ativismo na internet”.

O caráter policêntrico da rede, sua flexibilidade, relativa horizontalidade e organização não hierárquica influenciam nos possíveis resultados e consequências sociais do ativismo virtual. Como diz Bennett (2004), as visões de sociedade pós-moderna ou pós-materialista associam uma reflexividade que se expressa nas narrativas de identidade pessoal. O ativismo que vemos na internet é um exemplo do empoderamento dos indivíduos nos processos de formação de identidade nos atuais sistemas sociais fragmentados, que faz as redes de afinidade ser formas essenciais de organização política.

Castells (2003) situa a internet nessa nova construção social da ação política:

(...) não é a internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a

difusão do individualismo em rede como a forma dominante de sociabilidade (Castells, 2003, p. 109)

Sparks (2001), assim como Castells, acredita que a internet, virtualmente, possibilitaria a desconstrução de identidades fixas. O papel do militante se tornou mais fluído e sua identidade menos relevante para a sua participação política. Continuando em Castells (2003):

As pessoas se ligam e se desligam da internet, mudam de interesse, não revelam necessariamente sua identidade (embora não simulem uma diferente), migram para outros padrões online. Mas se as conexões específicas não são duradouras, o fluxo permanece, e muitos participantes da rede o utilizam como uma de suas manifestações sociais (Castells, 2003, p. 108)

O caráter individualista das relações de ativismo é percebido já como espírito de nosso tempo. A tradicional votação de personalidade do ano em 2011 da revista *Time* escolheu o “manifestante” (*protester*) como principal figura. A escolha – calcada em especial nas manifestações disruptivas nos países árabes – é um ponto de interrogação para autores como Touraine (1999, 2007) que encarnam no Sujeito coletivo o espírito e motor das mudanças sociais.

O individualismo também se relaciona aos problemas do *free rider* pertinente à Teoria da Mobilização de Recursos. A heterogeneidade dos grupos sociais dentro do contexto da internet pode dificultar a formação da ação coletiva, mas como veremos, existem nuances que mostram que um ativismo personalizado produz ação coletiva de confronto.

Papacharissi (2010) alerta para o que pode se chamar de “narcisismo cívico” dentro da esfera virtual. A autora discute o caráter individualista das manifestações políticas nos ambientes virtuais. Para ela, os internautas querem mais a visibilidade do que o diálogo ou a interação participativa. Dentro de um contexto mais deliberacionista, a visibilidade no lugar da reciprocidade é ruim, mas existem benefícios nessa multiplicidade de vozes na rede e o caráter individual dessas manifestações, pois contribuem para uma descentralização e ampliação da agenda pública e empoderamento do indivíduo. Essa individualidade é observada como um valor pós-materialista, dentro da já citada ideia de que “o pessoal agora é político” (Della Porta e Tarrow, 2005) e que nos deparamos com “políticas de estilo de vida” (Norris, 2002). E a internet tem um papel de apoio à essa dinâmica social, como descreve Castells (2003):

(...) como as pessoas podem facilmente pertencer a várias dessas redes, os indivíduos tendem a desenvolver seus “portfólios de sociabilidade”, investindo diferencialmente, em diferentes momentos, em várias redes de barreiras de ingresso e custos de oportunidade baixos (Castells, 2003, p.110)

Essa fácil transição de um movimento à outro dentro da esfera virtual se relaciona com o caráter individualista da ação política contemporânea, com a flexibilidade das organizações de movimentos sociais e com a dinâmica das redes virtuais. Como Della Porta e Diani (2006) afirmam, a forma como as redes operam é afetada por condições de cada contexto. No caso da comunicação mediada por computadores, o contexto das interações é fragmentado, com a web 2.0 temos os usuários também se tornando criadores de tecnologia e de conteúdo o que ocasiona um empoderamento da ferramenta. Mas para Della Porta e Diani (2006) o mais importante na internet é que esta está ajudando na manutenção das interações entre os indivíduos e como suporte técnico para o desenvolvimento de atividades de grupo.

Outro ponto importante da discussão da internet enquanto uma tecnologia social é a força dos laços sociais que ela cria ou sustenta. Castells (2003) credita à internet a capacidade de manter laços sociais que de outra forma seriam perdidos em virtude do esforço para se envolver na interação presencial e o valor da comunicação. Ou seja, ela reduz o custo da interação de tal forma que interações que anteriormente seriam sacrificadas podem ser mantidas. E isso exerce influência no ativismo político que transpõe fronteiras e conecta atores distantes, mesmo que esses laços que sustentem o ativismo sejam descritos em certa medida como fracos, frágeis, “frouxos” (que decorrem das traduções da ideia de *weak ties*), em virtude de que essa interação é mediada quase sempre por computadores e que o baixo custo de estar dentro corresponde também a um baixo custo de estar fora da ação.

Entretanto, é precipitado condenar a fragilidade dos laços sociais que sustentam um ativismo transnacional virtual. Para Bennett (2005) são três as principais propriedades que emergem do ativismo transnacional: um *modelo de organizações inclusivo* – que favorecem a diversidade e a conexão das redes; o uso de *tecnologias sociais* que facilitam uma relativa descentralidade de comunicação e participação, sendo assim aumenta-se também a *capacidade política* dos membros. Nesse ativismo transnacional a “fragilidade” dos laços pode ser um elemento que mostra justamente a sua força, a sua capacidade de articular diferentes redes de ativismo em ações conjuntas. Bennett (2005) ao analisar as manifestações contra a Guerra do

Iraque em 2003 observou a multiplicidade de questões, *slogans* e temáticas envolvidas em um mesmo protesto. A força dos *weak ties* se faz presente no ativismo político virtual, pois os contatos feitos pela rede mundial de computadores e esse sistema de múltiplas filiações virtuais são importantes por possibilitar a integração de diferentes movimentos, bem como atende a expectativa do “narcisismo cívico” (Papacharissi, 2010) que permeia as atividades políticas dos internautas na esfera online.

Castells (2003), novamente, mostra a crença nos laços efetuados na comunicação mediada por computadores:

As redes online, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização (Castells, 2003, p. 109)

É uma crítica recorrente, mas nem sempre condizente, a que caracteriza a fragilidade dos laços obtidos em redes virtuais como um empecilho ou mesmo uma descaracterização da força da ação coletiva dos movimentos sociais. Bennett e Toft (2010) notam que a fragmentação das interações sociais e a multiplicidade de discursos flexíveis e pouco rígidos na esfera online aumentam as chances desse discurso ser adotado por um número maior de grupos e pessoas, tornando-o – mesmo que para alguns, paradoxalmente, – mais forte e mais eficiente. Tarrow (2009) atribui os *weak ties* à construção de estruturas conectivas cada vez maiores:

Associações primárias e contatos face a face geram solidariedade para os movimentos sociais entre pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras. Mas a imprensa, associação e campanhas de coalizão constroem estruturas conectivas entre um número maior de pessoas e possibilitam a difusão dos movimentos para novos públicos. Permitem, assim, a formação de coalizões sociais frouxas, frequentemente contingentes, lidando com questões afins ou paralelas e originando ciclos maiores de movimento (Tarrow, 2009, p. 78)

Continuando, Tarrow (2009) mostra que a *difusão* é inviável de ser realizada contando apenas com a formação de *strong ties*, os laços sociais decorrentes das interações face a face são limitados. Quando pensamos o ativismo político transnacional a *difusão* e a *mudança de escalas* se mostram fundamentais para a ação coletiva dos movimentos sociais transnacionais. E elas levam a formação de conexões distantes, que por um lado não possuem a intensidade das interações comunais, mas levam a uma flexibilização dos laços e uma amplitude maior para a ação política.



Entretanto, essa flexibilização dos laços leva também a considerações negativas na seara do ativismo político. Castells (2003) alerta nosso próximo ponto:

(...) uma extrema flexibilização na expressão da sociabilidade, à medida que indivíduos constroem e reconstróem suas formas de interação. Por outro lado, o nível relativamente baixo de compromisso pode gerar certa fragilidade das formas de apoio social (Castells, 2003, p. 110)

Essa fragilidade das formas de apoio social não recai apenas nos repertórios virtuais de ação (que veremos a seguir), mas na forma como os internautas mantêm ou não o engajamento nas ações. Como ressalta Klandermans (2009) um movimento não se mantém por si só. Ele requer um conjunto de elementos que sustentem, o que podemos chamar, do espírito da mobilização política, o *comprometimento*.

Esse *comprometimento* é mantido por diversos elementos: ideologia, rituais, organização e relações sociais. Klandermans (2009) mostra que as formas de manter esse comprometimento variam historicamente e de acordo com os objetivos, temáticas e estrutura do movimento. Por exemplo, envolver os participantes nos processos decisórios é relevante no caso dos sindicatos, muito em virtude de que a relação desses com o governo e demais instituições é forte, sendo mesmo protegido por ordenamentos jurídicos em muitos países. Outro exemplo, no caso de vítimas de abuso sexual ou infantil Klandermans (2009) afirma que os rituais fortalecem o comprometimento entre movimento e participantes.

O mesmo autor classifica em três os tipos de comprometimento. Seriam: o *comprometimento afetivo* – relativo a satisfação de fazer parte do movimento; *comprometimento continuado* – que depende do retorno dos investimentos e da perspectiva das alternativas ao movimento (outros movimentos, no caso); e por último o *comprometimento normativo* – a relação de congruência entre os valores do participante e os valores do movimento.

Se pensarmos o ativismo transnacional dentro da ótica da comunicação mediada por computadores, podemos levantar ponderações sobre o *comprometimento* extraído dessa dinâmica. Creio que seja no campo *afetivo* que se dê o principal mecanismo de comprometimento. Percebemos que a internet empodera o indivíduo na ação política e que esse individualismo ganha contornos de “narcisismo cívico” na esfera virtual, portanto, a satisfação obtida pela participação política gera um comprometimento forte. No caso do *comprometimento continuado*, devido a

flexibilidade das redes e das identidades e dos múltiplos pertencimentos permitidos aos ativistas, a observação das alternativas não influencia na defecção do movimento; no caso do retorno dos investimentos, na maior parte do ativismo observado percebemos que pelo baixo custo econômico, baixo risco e baixo constrangimento social do mesmo, os ativistas tendem a relativizar o retorno desse investimento, e mais ainda, abdicam de um retorno de benefícios diretos, até mesmo porque os alvos e os objetivos podem ser localizados a milhares de quilômetros de onde o internauta militante mora.

Por último, o *comprometimento normativo* é auxiliado pela fluidez de valores protagonizada pelo ativismo transnacional. Os ditos valores pós-materialistas que Melucci (1996 e 2001) caracteriza como valores abstratos, modos de vida, contestação à dominação social (Touraine, 1999) podem ressoar em vários lugares e assumir vários sentidos sem que entrem em conflito. Diversos movimentos, seja ambientalista, seja pela paz, seja feminista investem em questões metassociais (Touraine, 1999) que flexibilizam, novamente, o comprometimento dos ativistas. Norris (2002) aponta bem que no contexto digital a *política de lealdade* (enxergada sob o prisma mais rígido de uma ideologia ou organização) transforma-se em *política da escolha*. Isso significa que um indivíduo no contexto social de comunicação da internet não precisa se prender a um tipo específico de luta política, mas sim prefere transitar entre as mais diversas questões, temas e narrativas que de alguma forma possa fazer parte de seu espectro de ação política.

De um lado temos o *comprometimento* que cria e fortalece a ação política. Mas do outro lado temos o desengajamento, o chamado “risco de defecção”, de acordo com Putnam (2010) um problema constantemente analisado dentro dos dilemas da ação coletiva. Os movimentos enquanto organizações enfrentam toda sorte de riscos, perigos, constrangimentos e limitações. O “risco de defecção” se refere a probabilidade, que confrontadas com riscos, perigos, constrangimentos e ausência de motivação as pessoas abandonem o ativismo por meio daquele movimento no geral, tendo como consequência em maior ou menor escala o esvaziamento da ação, a perda de visibilidade, de suporte social. Ela – a defecção – ocorre por diversos motivos, mas geralmente está associada com a manutenção do comprometimento e da relação entre movimento, participante e alvo.

Klandermans (2009) diz que se pode desfilial-se de várias maneiras de um movimento. Às vezes, basta se omitir, outras vezes é necessária uma

ação ou até mesmo entrar em conflito com o anteriormente aliado. Ocorre de em determinados contextos, a defecção política não necessariamente incorrer em abandono da causa, pode-se muito bem utilizar-se dela como ação de protesto dentro da própria organização.

As respostas clássicas para a defecção variam de acordo com a natureza do movimento. Em sindicatos, Klandermans (2009) afirma que 70% saem por insatisfação, frustração ou sensação de não estarem sendo ouvidos ou atendidos nas suas demandas. Similar a ideia de “ciclos de protesto” (ou de confrontos) cogita-se que a defecção funcione em ciclos, com momentos de alta participação e posterior declínio (Tarrow, 2009).

O ativismo político virtual enfrenta, particularmente, um problema com o que chamamos *defecção passiva*. Diferentemente do que se caracterizaria como *defecção ativa*, essa forma de se desengajar da ação, se dá pela não participação de manifestantes em determinada ação, embora os mesmos criem uma expectativa de participação ou possuam recursos para a mesma. Portanto, ela se baseia em um cálculo de expectativa de participação. Ao frustrar-se esse cálculo tende-se a enxergar um abandono da participação por um número dos engajados anteriormente.

No contexto da mobilização via internet não é diferente, mas aqui conhecemos uma dimensão nova da ação: a *ação híbrida*. No contexto virtual temos inúmeros repertórios de ação desenvolvidos pela rede de computadores. Podemos pegar o caso de um *call for action* promovido online para que as pessoas se juntem à uma manifestação em determinado local e em determinado dia. Igualmente, no caso das petições online, que será inserido em um contexto de relação presencial ou institucional com o alvo, o total de assinaturas pode ser espantoso, devido em muito a capacidade de difusão de informação e comunicação da internet. Mas é possível que o total de manifestantes que se juntem à ação presencial seja ínfimo próximo da expectativa gerada pela mobilização online. Nessa dinâmica, muitos críticos<sup>8</sup> apontam que não existe um real potencial mobilizatório político, mas sim uma lógica de mercado da internet, no qual os acessos, os “cliques” nos links, influem na visibilidade e no retorno. A

---

<sup>8</sup> O ativista Micah White realiza uma verdadeira cruzada contra o que chama de “Clicktívismo”, que de acordo com ele está arruinando o ativismo de esquerda: “*Clicktivism is the pollution of activism with the logic of consumerism, marketing and computer science*” ([www.clicktivism.org](http://www.clicktivism.org)). Para o escritor, o ativismo por cliques desperdiça a vitalidade das grandes manifestações, das ações dramáticas, em nome de uma dinâmica de mercado, contabilizada por uma métrica ou por quantidades de acessos ou visualizações.

crítica é exagerada e não reconhece que o ativismo político possui várias dimensões, sendo que uma delas é exercida na virtualidade da internet.

Mas retornando ao ponto que queremos destacar sobre a *defecção passiva* na internet, o que consideramos que ocorre é uma interpretação restrita do aspecto híbrido da ação coletiva que envolve o ativismo virtual. Esmiuçaremos melhor tal aspecto no próximo ponto, mas o que queremos ressaltar é que por mais que o “risco de defecção” na internet exista, que a multiplicidade de alternativas e a quase ausência de constrangimento social façam com que parte da mobilização virtual seja tão efêmera ou tão fluída que não se sustente, o ativismo virtual nem sempre precisa se validar no ativismo presencial. A ação direta online, explica Jordan (2007), pode ser bem sucedida por si só, ela pode difundir as questões, obter visibilidade nas mídias, angariar apoio e, principalmente, pressionar os alvos, como é a regra no hacktivism<sup>9</sup>. Não estamos aqui advogando a eficácia de um ativismo 100% virtual, mas apenas querendo demonstrar que a internet já não é mais apenas um recurso de comunicação, como diz Castells (2003) ela é um projeto cultural, e atualmente ela é um campo de batalha dos movimentos sociais, em especial, os transnacionais. Existe mobilização e confronto online, se faz, sim, “política nas ruas da internet”.

Existe o que podemos chamar de *ações online*, de *ações off-line*, e de *ações híbridas* – ou seja, um conjugado de ações na rede com ações presenciais – mas não existe mais a necessidade ou predominância da conversão dos primeiro tipo de ação nos segundo tipo (Pereira, 2008). O ativismo virtual não é – pelo menos não podemos demonstrar que seja – realizado com menos comprometimento que o ativismo presencial.

Entramos, então, na seara dos repertórios de ação, parte integrante da concepção de ativismo político (Norris, 2002). De todos os autores da literatura sobre movimentos sociais, Charles Tilly (1978, 2007 e 2010) é o que mais se destacou em analisar os repertórios de ação dos movimentos sociais. Teórico seminal da Teoria dos Processos Políticos, Tilly reforça a importância das oportunidades e os constrangimentos que os grupos estão sujeitos, e nessa perspectiva os repertórios de ação possuem clara conexão com o contexto político e histórico que os movimentos estão inseridos, igualmente Tarrow (2009) que classifica os repertórios de ação como

---

<sup>9</sup> Uma compreensão limitada, mas suficiente para a ocasião do que seria a cultura *hacker* é encontrado em Castells (2003:42), como “*liberdade para criar, liberdade para apropriar todo conhecimento disponível e liberdade para redistribuir esse conhecimento*”. O *hacktivism* também se refere a ações de protesto que demonstram confronto com determinados atores, que interrogam o poder de forma virtual (Dahlberg e Siaperá, 2007).

conceitos estruturais e culturais extraídos da relação entre capacidade de mobilização e estrutura política.

Na definição de ativismo político de Norris (2002) temos três elementos: as *agências*, os *alvos* e os *repertórios*. Esses últimos como destaca Tilly (2007) são constantemente inventados, difundidos e transformados. E no contexto atual, no qual vemos o surgimento cada vez mais frequente de protestos internacionais contra alvos transnacionais, as performances e manifestações políticas tendem a ser transferidas mais facilmente para além de lugares, regimes políticos e questões. Para isso ele enumera quatro características que possibilitam que determinada ação coletiva seja incorporada por grupos de diferentes localidades: *semelhança entre campanhas e questões já estabelecidas*; *combinação de performances reconhecíveis a outros movimentos*; *disponibilidade para se adaptar à outras demandas*; e por último, *capacidade de se difundir como modelo para além do sistema político de origem*.

Percebemos que repertórios possuem uma construção culturalista, que não é negada pelos autores de outras correntes teóricas:

O repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam (Tarrow, 2009, p. 51)

Tilly (1978, 2007 e 2010) percebeu na sua análise histórica que os repertórios evoluíram paulatinamente de uma base estreita e particular para uma de natureza mais geral, cultural e compartilhada, assim chamadas novas formas de ação coletiva:

Elas eram *cosmopolitas* ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações atingiam muitas outras. Eram *modulares* por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros... Eram *autônomas* ao começarem por iniciativa dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre esses e os centros de poder nacionalmente significativos (Tilly, 1995, p. 46 apud: Tarrow, 2009, p. 52)

Essas “novas formas” – cuja origem se dá nas sociedades europeias do século XVIII – se opunham ao repertório inicial que se caracterizava, como relata Tarrow (2009), por ser “*violento e direto, breve, específico e provinciano*” (p. 58).

A evolução da natureza dos repertórios de ação coletiva renderam frutos no estoque cultural de ações que hoje os movimentos sociais podem utilizar-se. Do boicote que se originou nas treze colônias estadunidenses, passando pelas petições que intermediavam as relações entre cidadãos e o governo britânico no fim do século XVIII até as barricadas parisienses e as greves em massa desenvolvidas no fim do século XIX, todo um repertório de ação – flexível, nacional e baseado em formas autônomas de associação criadas para a luta – foi difundido e tornou possível o surgimento dos movimentos sociais.

Em seu estudo sobre novas formas de ativismo político, Pippa Norris (2002) reconhece a importância das formas de protestos nos repertórios dos novos movimentos sociais:

Protest movements have traditionally relied upon activities such as street theatre, public demonstrations, and direct action to challenge authorities. The Internet has altered this dynamic by electronically promoting the diffusion of protest ideas and tactics quickly and efficiently across national borders. The Internet may serve multiple functions for all these organizations, including e-mail lobbying of elected representatives, public officials, and policy elites; networking with related associations and organizations; mobilizing organizers, activists, and members using action alerts, newsletters, and e-mails; raising funds and recruiting supporters; and communicating messages to the public via the traditional news media. (...) In short, digital technologies facilitate the network of networks, which should be an environment where civic society and the public sphere flourish. (Norris, 2002, p.209)

Para Tarrow (2009) existem três tipos de ação coletiva nos confrontos políticos: a de violência, as de rupturas, e as convencionais. Todas se caracterizam por serem performances públicas efetuadas por atores. As duas primeiras ganham status de não convencionais. A violência é o traço mais visível de uma ação coletiva de protesto. Mas como já dito antes tem se notado uma diminuição dos protestos violentos nas democracias ocidentais, fruto de uma “normalização” dos protestos, e também da consolidação entre os cidadãos das alternativas que dialogam com as instituições.

As ações de ruptura são atividades que indiretamente afirmam o potencial de violência dos movimentos, de certa forma impedem a rotina dos oponentes, dos *bystanders* e das autoridades, tais como as passeatas e a resistência pacífica (*sit-in*). Essas possuem uma alta difusão, mesmo com seu caráter não convencional.

A pergunta que podemos fazer é: existe repertório de violência e ruptura nas ações virtuais? Sim, elas podem existir. As violentas talvez

sofram com a impossibilidade de um confronto físico e uma arena pública simbólica, mas as demonstrações de *hacktivismo* podem levar ao ponto de se tornarem violentas, ao extremo de polarizar os aliados e mobilizar as forças de repressão. As de ruptura são mais detectáveis, e em muitos casos são repertórios de ação antigos e modulares adaptados para o ambiente virtual. Danificar um site pode se assemelhar à uma pichação, invadi-lo à uma ocupação.

A ausência de ações mais violentas é uma tendência nas sociedades ocidentais. Mesmo em temas de confronto, os movimentos preferem a representação simbólica da violência à violência em si (Tarrow, 2009), basta olhar os protestos que se assemelham a performances artísticas, ou que retratam animais mortos em fotos, ou usam a nudez feminina como metáfora ou pessoas estendidas no chão.

O ativismo online pode ser pensando dentro dessa ótica contemporânea. As novas formas de participação podem não apenas refletir um narcisismo cívico ou uma passividade exacerbada, podem refletir um espírito ou um valor democrático do imaginário da sociedade.

Questão pertinente é levantada por Earl e Kimport (2011) em recente estudo sobre o ativismo na era da internet. Constatando as evidências já vistas aqui, de que as possibilidades de reduzir os custos da participação, de reduzir os custos de organização e de reduzir a necessidade de estar juntos fisicamente para participar de uma ação coletiva são cruciais para entender o ativismo na web, as autoras levantam uma questão sobre o repertório de ações coletivas digitais: Estaria a internet desafiando o domínio dos movimentos sociais como produtores de oportunidades de protestos? A difusão de táticas e a facilidade para a adoção das mesmas pode nos levar a pensar novas formas de organização que podem se destacar na arena de confronto. Os dados que as autoras coletaram mostram que os grandes movimentos sociais (as OMS) são mais capazes em oferecer oportunidades de protestos que outras organizações, mesmo na internet, mas que os portais virtuais de OMS e outras organizações são equivalentes na capacidade de criar ou conectar-se à ações online.

As autoras, baseadas na obra de Tilly (1978 e 2007), passaram a pensar um novo tipo de repertório de ação, o repertório digital, que em uma cronologia de repertórios ficaria assim:

	Repertório Tradicional	Repertório Moderno	Repertório Digital
--	------------------------	--------------------	--------------------

Período de Tempo	Até o meio do século XVIII	Meio do século XVIII até os dias de hoje	Dias de hoje
A co-presença é uma característica do repertório	Sim	Sim	Não, a ação coletiva coordenada é possível com ou sem a co-presença do participante.
Táticas associadas com campanhas de longo prazo		Sim	Não, campanhas esporádicas, curtas, episódicas e de longo prazo são possíveis, assim como campanhas desconexas de movimentos sociais.
Táticas são politicamente orientadas	Sim	Sim	Não necessariamente, táticas são usadas de forma amplas.

Earl e Kimport, 2011, p. 181.

Os atuais repertórios de ação não fogem a regra e mesclam entendimentos herdados com inovações e possibilidades estruturais e contextuais. Sobre os efeitos do uso da internet pelos movimentos sociais, Van Donk e Rutch (2005) dividem em três categorias os efeitos que a uso da internet para atividades políticas:

(a) Gerenciamento de *issues*: Os movimentos sociais têm determinada perspectiva de problemas sociais, eles, portanto, tentam disseminar seu quadro de visões e questões (*issues*) e influenciar a agenda pública. Eles tentam criar e manter algum tipo de identidade coletiva e direcioná-la para seus objetivos e estratégias. A internet, então, pode funcionar como um novo meio para expor tais *issues* e um espaço para criar um significado compartilhado.

(b) Mobilização de recursos: Aborda-se a habilidade organizacional em reunir e usar recursos. A internet é uma ferramenta poderosa para construir uma organização, coletar dinheiro, reunir informações, recrutar e mobilizar pessoas.

(c) Manutenção de relações com outras redes de ativismo: A internet pode aumentar a capacidade das organizações manterem redes e coordenarem ações. Ademais, se as organizações são online, eles podem levar seus pontos de vista diretamente ao público em geral, dispensando a mídia tradicional.



No caso dos movimentos sociais transnacionais, as novas formas de comunicação, tais como mensagens de texto e a internet, facilitam aos ativistas comunicarem-se mesmo a longas distâncias e mesmo em meio a momentos de protestos ou manifestações (Tarrow, 2005). A internet agiliza a organização de coalizões de eventos e facilita a manutenção da estrutura organizacional no hiato entre manifestações. Esse é o núcleo de um novo tipo de organização de movimento, um que não é mais dependente de bases fixas de atividades (Bennett, 2005).

Tarrow (2009) ainda afirma que as mudanças nos repertórios tem origem em alterações no ambiente social que o movimento está inserido. Uma mudança significativa são as tecnologias de informação e comunicação, no caso a internet. A combinação de repertórios clássicos com inovações de ação cria o que Tarrow (2009) chama de movimentos multiformes:

(...) não estão limitados a tipos particulares de ação, mas podem assumir uma variedade de formas, isoladas ou combinadas. Esta flexibilidade permite que eles combinem as reivindicações e a participação de amplas coalizões de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva e a mudar o seu foco tanto dentro como fora do processo político (Tarrow, 2009, p. 137).

Isso não é uma tendência surgida agora. Mas essa flexibilidade é maior nos movimentos sociais contemporâneos, e está relacionada à difusão de repertórios e de questões pelos movimentos sociais transnacionais.

Bimber, Stohl e Flanagin (2009) também trazem os efeitos da internet na organização e mobilização dos movimentos sociais seja reduzindo os custos de transação, fazendo os processos comunicativos e de informação mais acessíveis, dando aos atores e organizações formas e estratégias alternativas de ação coletiva. E essas estratégias empurram o ativismo transnacional, pois são menos dependentes da localização da ação e dos alvos do que no passado.

Seguindo, falemos das possibilidades abertas pelas ferramentas virtuais à ação dos movimentos sociais. Pereira (2008) enumera as possibilidades de ativismo político virtual, ou que chama de “cyberação”, e na esteira do seu trabalho apresentamos quais são:

*Campanhas:* ampliar alvo das ações; a difusão chega a um número maior de indivíduos, aumenta visibilidade das temáticas e das ações.

*Mudança de escala das ações:* transferência de um conflito local para o nível global. A resposta – assim como vimos nos Zapatistas em Castells

(2003) – é fruto de uma mobilização solidária transnacional e impacta, e muito, no âmbito local.

*Abaixo assinados e manifestos virtuais:* É uma ação muito frequente, aproveitam-se da capacidade viral que a informação tem na rede, bem como do fato de ter um custo de ação próximo à zero.

*Lobby eletrônico:* se faz pelo envio de mensagens à endereços eletrônicos de representantes políticos. Essa modalidade é como diz Pereira (2008) difícil de mensurar, mas pode funcionar como ação de protesto, ao se entupir uma caixa de e-mail cria-se uma pressão nos alvos.

*Produção de boletins eletrônicos:* Permite abrir um canal de comunicação e informação alternativo entre os movimentos e a sociedade civil.

*Busca de informações:* aqui os próprios movimentos podem se informar com meios alternativos sobre fatos.

Podemos discutir a eficácia dos repertórios de ação em obter visibilidade, angariar apoio permanente e em pressionar os alvos, mas em termos de que a ausência de uma solidariedade face a face não cria um constrangimento social que sustente a ação, creio poder dizer que o tiro pode sair pela culatra. Quanto maior o constrangimento social maior pode ser também a chance de um abandono total da ação política, uma vez que a intensidade da relação pode criar tensões não superáveis, além de traumas psicológicos, como bem observou Klandermans (2009) parte da frustração de ativistas com a ação decorre da dificuldade dos mesmos em flexibilizar o seu discurso e a sua participação, e a internet oferece a possibilidade de um ativismo flexível, personalizado, que se por um lado demonstra uma frouxidão ideológica, de outro torna o ativismo uma escolha menos custosa.

As “cyberações” trazem aos movimentos os mesmos dilemas que outras formas de ação coletiva. Como ressalta Tarrow (2009) e Tilly (2007) a inovação é parte fundamental da motivação que dá suporte à ação dos movimentos. Quando uma forma particular de ação enfraquece e as pessoas se cansam do confronto, os organizadores tem que desenvolver novas formas, atrair novos participantes ou radicalizar a interação com os opositores.

Também observado por Tarrow (2009) e Della Porta e Diani (2006) as ações coletivas de protesto (ou de confronto) estão se “normalizando” nas sociedades contemporâneas, muitas estão entrando para um repertório

convencional de ações. As cyberações podem sofrer já desse processo de normalização, em especial, porque se encaixam no perfil das ações convencionais: são conhecidas, exige pouco compromisso, baixo risco e atraem participantes em grande número. Se pensarmos que as ações em alta hoje são as petições online e o lobby eletrônico, ações mais pacíficas do que violentas, podemos constatar que como já dito a “normalização” do protesto.

A vantagem oferecida é como pensa Tarrow (2009) as formas convencionais criam rotinas que as pessoas entendem e que as elites não se opõem de forma intensa.

Outra faceta dos repertórios de ação é a sua *hibridização*. Chadwick (2007) acredita numa utilização híbrida das estratégias de mobilização e divulgação dos movimentos sociais, que mesclam ferramentas tradicionais e digitais. As páginas da internet e as redes sociais oferecem ao cidadão oportunidades variadas de participação e interação, sem necessariamente ocorrer a interação física.

A tecnologia e o repertório de ação coletiva se misturam, definindo assim uma forma de *ação coletiva híbrida* (Pereira, 2008). É a mescla de um repertório de ação virtual com ações presenciais. As ações de protesto ainda são muito caracterizadas por uma grande mobilização presencial, portanto, a ação online deveria se complementar por uma ação presencial, que reforce o chamado à mobilização, pois como afirma Pereira (2008) em sua pesquisa com movimentos sociais na rede:

Apesar desta aceleração da política proporcionada pela Internet, ficou clara a necessidade de se combinarem meios virtuais com os meios tradicionais de comunicação, pois os custos da não participação são muito mais baixos quando a convocação se dá apenas pela Internet (Pereira, 2008, p. 401)

Já discutimos se, inevitavelmente, as ações presenciais precisam ser a consequência de ações virtuais. Não é o caso. Mas as *ações híbridas* estão presentes e se tornaram uma dinâmica de mobilização recorrente nos movimentos sociais, e mesmo no caso dos transnacionais, elas ocorrem. É um decurso inevitável da apropriação de novas oportunidades pelas organizações políticas que criam repertórios diferenciados e os mescla com os repertórios tradicionais (Chadwick, 2007).

A organização também se torna híbrida. Tarrow (2005), como todos, afirma que a internet que traz custos e benefícios para os movimentos, mas que em alguns “*the internet is more than a form of communication; it is at the*

*core of a new movement form*” (Tarrow, 2005, p.136). A internet por ser mais do que um recurso de comunicação, ela pode ser uma ferramenta de ação coletiva. Os movimentos que surgem sem estruturas hierárquicas organizacionais se apoiam na internet para manterem-se. E para Tarrow (2005) boa parte dos movimentos sociais transnacionais funciona nessa lógica.

Muitos autores (Pereira, 2008, Tarrow, 2009, Della Porta e Diani, 2006) acreditam que dessa união de características do ativismo político virtual – “laços frouxos”, narcisismo cívico na rede, ação híbrida e demais – surgem uma forma específica de militar. Os assim chamados “cidadãos esporadicamente ativos” (Tarrow, 2009), os “militantes internautas ocasionais” (Granjon, 2001 apud: Pereira, 2008) possuem um engajamento diferente, periódico, muitas vezes distante das bases e do próprio movimento. A também chamada “militância *à La carte*” (Pereira, 2011) pode ser definida nos dizeres de Della Porta e Diani (2006):

For people involved in these networks, political activism is first and foremost a matter of lifestyle, the expression of deeply felt cultural and political orientations rather than adherence to any specific political project and the organizations that could support it (Della Porta e Diani, 2006, p. 132)

Esse apoio é caracterizado por ser excessivamente discricionário. Os participantes de “cyberações” possuem a liberdade para se envolverem ou não nas ações que quiserem. É uma forma de participação sem a formalidade e sanções das formas de participação em organizações tradicionais. A dinâmica aqui, como ressalta Pereira (2008) envolve convencer, “seduzir” os militantes cada vez que uma ação esteja em pauta. Essa forma de mobilização pode ser considerada “passiva” demais para alguns, mas Tarrow (2009) afirma que os grupos de baixa mobilização ajudam a manter o ativismo em pauta. Portanto, a militância ocasional pode – pelo seu baixo custo – envolver pessoas que eventualmente não fariam parte de mobilizações mais intensas, mas mesmo assim levam a construção de um consenso entre o grupo da importância daquela temática.

Um dos fatores que ajudam ao desenvolvimento da “militância ocasional” é o fato de que uma forma típica de confronto da internet é a campanha, como explica Tarrow (2005):

This is in part because the typical internet-based unit of contention is the campaign, rather than more-embedded struggles with recurrent allies and enemies; but it is also due to the fact that the internet offers

individual activists the opportunity for do-it-yourself ideological production (Tarrow, 2005, p. 138)

Essa questão também é destacada por Earl e Kimport (2011):

On the participant's side, there has never before been an opportunity to be a five-minute activist who navigates between participating in an e-tactic, checking Facebook, and doing job-related work on a computer (Earl e Kimport, 2011, p. 184)

Mesmo com toda “ideologia da espontaneidade” (Tarrow, 2009) na internet, a possibilidade de indivíduos desinteressados em se engajarem passarem ao status de politicamente ativos em função dessa nova tecnologia ainda é respondido de forma negativa, como vimos (Norris, 2002). Portanto, como ressalta Pereira (2008) mesmo o militante ocasional já apresenta algum interesse nas questões políticas. Podemos pensar que a sua participação seja esporádica não em virtude do seu interesse também o ser, e sim, como vimos, que a flexibilidade e ausência de formalismo na participação o autorize a escolher aonde e quando quer estar engajado. E há motivos para acreditar, como Klandermans (2009) faz, que a flexibilidade do ativismo o mantém firme, aumenta sua efetividade.

No próximo capítulo iremos observar a discussão aqui proposta empiricamente, observando os portais virtuais dos movimentos sociais transnacionais.

## Capítulo III – O ativismo transnacional na web.

### 3.1 Um Estudo sobre os portais virtuais

Nada resume melhor a terrível tarefa de ter como campo de estudo a internet do que a frase Neuman (2001:308): “*The internet is a moving target*”. Ter como objeto de estudo os portais virtuais de movimentos e redes transnacionais e as ferramentas virtuais que potencializam, vocalizam e mobilizam a ação coletiva se mostrou antes de tudo um esforço para enquadrar, minimamente, esse “alvo em movimento”.

Cabe aqui uma ressalva acerca da análise que se segue, o que se pretende e o que não se pretende no desenvolvimento do estudo de portais virtuais. O esforço aqui tende ser ilustrativo de questões levantadas nos Capítulos 1 e 2, respeitado as limitações metodológicas impostas pela complexidade e dificuldade de análise do objeto.

Como desenvolvido aqui, construímos a relação entre um ativismo transnacional – tendo como agentes os movimentos sociais e as redes de ativismo transnacionais – e a internet. Retiramos da literatura observações sobre a descentralização das organizações de ativismo político (Bennett, 2004 e 2005; Staggenborg, 2009, Chadwick, 2009), uma ênfase nas ações de protesto, em especial, nas campanhas (Tarrow, 2005 e 2009; Della Porta e Diani, 2006); o uso da internet para ativismo político (Norris, 2002; Tarrow, 2005; Castells, 2003; Van Donk e Rutch, 2004), bem como o surgimento de atores supranacionais como alvos (Smith, 2008).

Discorreremos sobre a importância do “confronto”, assimilando suas visões dentro de uma perspectiva de um ativismo político transnacional (Smith, 2009 e Tarrow, 2005). Nessa etapa o que faremos é descrever e analisar a apropriação dos portais virtuais de movimentos sociais transnacionais das diversas ferramentas de comunicação e informação. Além disso, observar como as temáticas envolvidas e as formas de engajamento moldam a forma como o movimento social transnacional, em específico, atua pela rede mundial de computadores.

Mas por que os portais virtuais como objeto da parte empírica? Rutch (2007) destaca a diversidade de ferramentas metodológicas que existem para o estudo empírico dos movimentos sociais, em especial, a política de protesto. Desde a análise de eventos de protestos, passando por estudos de

casos de campanhas e questões específicas, aos estudos de comportamento e preferências de grupos de ativistas, à entrevistas em profundidade com ativistas e análise do material produzido por eles, todos são métodos conhecidos – com seus méritos e limitações – pela literatura do tema (Klandermans e Staggenborg, 2007).

Nossa escolha visa perceber a relação entre o cidadão/internauta -> internet (portais virtuais) -> ativismo transnacional. Pensamos a partir daí uma forma de relacionar o indivíduo, o ambiente de comunicação, informação e participação e o engajamento político. Foi então recortado de um período de tempo (20.02.12 à 27.02.12) no qual os sites foram detalhadamente observados no seu conteúdo, nas ferramentas disponíveis, nas interações proporcionadas. No caso da verificação de atualizações em redes sociais, a análise foi realizada nos dias acima, mas revisitou-se um período de publicações para trás. O período de tempo do recorte empírico pode ser visto como curto, mas mesmo nesse período é possível analisar diferenças na apropriação das ferramentas que serão discutidas durante o capítulo.

Staggenborg (2009) assim como tantos outros citados aqui, reforça a importância da internet como ferramenta estratégica para os ativistas globais, pois permite aos grupos e indivíduos dentro de uma estrutura em rede descentralizada, coordenar protestos globais e mandar informações ao redor do mundo, rapidamente e com baixos custos. A atual geração de ativismo transnacional – a geração “pós Seattle” (Smith, 2009), se habitou a usar os websites para fins de ação coletiva:

Web sites available in English, French, German, Italian, Portuguese and Spanish disseminated a steady stream of information about events and recruited international volunteers (Della Porta et. al, 2006, p.96-97 apud: Staggenborg, 2009, p. 159)

Os websites estudados aqui foram selecionados em observância ao que a literatura diagnosticou como temáticas principais dos movimentos e redes transnacionais na atualidade. Cohen e Rai (2000) identificaram seis temáticas predominantes nos movimentos de caráter transnacional: direitos humanos, direito das mulheres, referentes ao trabalho (movimentos trabalhistas e sindicais), ambientalista, religioso e pela paz. Castells (2003:118) endossa a relevância dessas temáticas e acrescenta: “*Em todos os casos a necessidade de formar coalizões globais e o embasamento em redes globais de informação tornam os movimentos extremamente dependentes da internet*”. Em pesquisa mais recente, Smith (2009) compilou do livro anual

de organizações internacionais (*Yearbook of International Organizations*) o percentual cronológico de grupos, entre todas as amostras de *organizações de movimentos sociais transnacionais* (OMST), e o seu foco primário de *issues*. Reproduzimos os resultados abaixo:

	<i>Total Nº de OMST: 179 (1963)</i>	<i>Total Nº de OMST: 429 (1983)</i>	<i>Total Nº de OMST: 1031 (2003)</i>
Direitos humanos	34%	32%	33%
Ambientalismo	2%	8%	18%
Paz	27%	18%	16%
Direitos das mulheres	11%	8%	10%
Desenvolvimento	4%	5%	8%
Justiça econômica global	3%	5%	11%
Múltiplas questões	18%	18%	28%

Fonte: Smith (2009:243)

Apenas para constar, cabe dizer que os referentes às questões trabalhistas/sindicais não foram incluídos, e que a tabela não totaliza 100% pois em movimentos que trabalhassem com duas temáticas (tais como desenvolvimento e ambientalismo) foram contados em cada uma das categorias, bem como na categoria múltiplas questões.

A tabela acima visa apenas demonstrar a presença histórica de determinados temas na agenda do ativismo transnacional. Portanto, é com essa base teórica que realizamos uma coleta de portais virtuais de movimentos sociais e grupos de ativismo político tendo como critério não só a temática, mas a visibilidade dos mesmos, a amplitude global da sua atuação e a existência de um portal virtual em língua portuguesa, chegando a um estudo de caso de seis portais virtuais, cada um de uma temática específica. Nesse ponto, vale lembrar Santos (2005) sobre a predominância da língua inglesa sobre a comunicação exercida em nível global. Aqui, é necessário ter como alvo os portais em língua portuguesa, pois demonstram a busca pela participação local nas questões levantadas pelo ativismo transnacional.

Sendo assim, os seis sites de movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais são:

<b>Temática</b>	<b>Movimento/Rede</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
<i>Ambientalismo</i>	Greenpeace	<a href="http://www.greenpeace.org.br">www.greenpeace.org.br</a>



<i>Direitos Humanos</i>	Anistia Internacional	<a href="http://www.br.amnesty.org">www.br.amnesty.org</a>
<i>Direito das mulheres</i>	Marcha Mundial das Mulheres	<a href="http://www.sof.org.br/marcha">www.sof.org.br/marcha</a>
<i>Trabalhista/sindical</i>	Sindicato Mercosul	<a href="http://www.sindicatomercosul.com.br">www.sindicatomercosul.com.br</a>
<i>Multi-issues</i>	Avaaz	<a href="http://www.avvaz.org/po">www.avvaz.org/po</a>
<i>Religioso</i>	Família Internacional	<a href="http://www.afamilia.org.br">www.afamilia.org.br</a>

Vale ressaltar que a escolha por apenas um site de cada temática pode parecer um passo tímido. Entretanto, o esforço empírico para encontrar os portais mostrou uma assimetria de sites qualificados entre as temáticas. É possível encontrar outros sites de ambientalismo ou feminismo na *web* que pudessem ser estudados, mas no caso de movimentos e redes sindicais e religiosas uma coleta de estudos de casos maior se mostrou inviável. Portanto, o estudo de caso se concentra em um site por temática.

Os websites serão alvo de uma descrição, uma apresentação da atuação, da história do movimento ou da temática, da apropriação estratégica da internet como mídia, do repertório de ações, retirado não só da observação empírica, mas também da literatura. Eles serão também encaixados na tipologia proposta por Smith (2009), além de observarmos a presença dos movimentos em outras plataformas virtuais: o *Facebook* e o *Twitter*, assim como os *links* proporcionados pelos portais virtuais, em especial, aqueles que ampliam a capacidade de engajamento político dos militantes internautas.

Além disso, foram desenvolvidas 18 variáveis para observar como se dá a participação dos cidadãos/internautas pelos portais dos movimentos sociais e redes transnacionais.

### **3.2 As variáveis: a *comunicação*, a *participação* e a *deliberação* nas ferramentas virtuais**

A elaboração e análise de um quadro com 18 variáveis é um dos passos do trabalho empírico para encontrar nos portais virtuais três elementos ligados à mobilização política: a *comunicação* entre cidadãos/movimentos/alvos; a *participação* dos cidadãos nas ações coletivas dos movimentos e redes transnacionais; e a capacidade dos movimentos em constituir algum desenho potencial de *deliberação* entre os internautas e o próprio movimento.

Essas variáveis foram desenvolvidas com base nos pontos levantados por Edwards (2005) acerca do uso político das ferramentas e recursos da internet: (a) provisão de informações; (b) recrutamento; (c) mobilização; (d) mecanismos de solicitação de opinião; (e) mecanismos de contato; (f) mecanismos de discussão interna. Pretende-se aliar as variadas formas de participação conhecidas em um movimento social (oportunidades de trocar informações, de dar opinião, de influenciar a agenda do movimento, de deliberar com outros participantes, interagir com alvos, organizar ações, dentre outras) com as ferramentas disponíveis na internet: e-mail, vídeo, newsletter, chat, dentre outras já buscadas no trabalho de Pereira (2008 e 2011).

Segue-se uma tabela que enumera as variáveis e tenta enquadrá-las nas suas funções políticas.

Função das ferramentas	As variáveis
(a) Provisão de informação	(1) Podcasts; (2) Informações sobre dirigentes/coordenadores; (3) Informações sobre objetivos, temas e lutas; (4) Agenda de manifestações futuras; (5) Newsletter; (6) Prestação de contas; (7) Acesso a vídeos/fotos de ações; (8) Convergência entre plataformas virtuais,
(d) mecanismos de solicitação de opinião	
(e) mecanismos de contato	
(b) Recrutamento	(9) Acessibilidade para portadores de necessidades especiais; (10) Enquetes sobre temas em discussão; (11) Blogs das manifestações em tempo real; (12) Abaixo assinados online; (13) Filiação online; (14) Contribuição financeira; (15) Alguma possibilidade de interação com os alvos; (16) Convocação para ações.
(c) Mobilização	
(f) mecanismos de discussão interna	(17) Espaço para publicação de comentários; (18) Fórum, chat ou espaços para discussão.

As variáveis, portanto, foram pensadas para representar uma potencialidade de recursos que a internet pode oferecer a três dimensões do ativismo transnacional na web: *informação*, *participação* e *deliberação*. É inegável que a construção das variáveis foi feita de forma simplificada, dentro de uma dinâmica dicotômica, que poderia restringir o alcance das respostas obtidas e das conclusões tiradas. Em que pese a validade da crítica, o trabalho não se prende as variáveis, usando-as como um modelo

básico que guia o desenrolar da discussão, sendo essa mais ampla e mais valorativa, analisando cada estudo de caso dentro das suas peculiaridades.

Pensando uma por uma, as variáveis foram criadas tentando conectar um repertório de recursos e ferramentas online e usos políticos que podem ser feito delas.

Nas variáveis de *informação*, pensamos mecanismos de comunicação online que façam a interação entre movimentos/redes e participantes (tais como podcasts e newsletter), informações que aumentam a credibilidade ou façam o movimento ter visibilidade (informações sobre coordenadores, sobre objetivos e sobre manifestações futuras); informações que mostrem uma transparência, em especial, com os recursos financeiros obtidos (prestação de contas); a presença em outras plataformas virtuais, o que aumenta a conectividade e a possibilidade da atuação virtual dos atores ser notada (convergência de plataformas virtuais); e o acesso a recursos áudio visuais de ações dos atores, recurso extremamente difundido no mundo online (acervo de vídeos de ações).

Nas variáveis de *participação*, pensamos mecanismos que ajudem no recrutamento e na mobilização – tanto virtual quanto presencial – de maneira a auxiliar a atuação dos participantes nas ações online, e auxiliar os participantes a tomarem parte em ações físicas e onlines também. Seriam então: ferramentas que proporcionam a acessibilidade pessoas portadoras de necessidades especiais (fundamental para garantir que um número maior de participantes atue); mecanismos de consulta de opinião, que possam gerar uma agenda comum (enquetes sobre temas em discussão); mecanismos de comunicação instantânea que favorece a coordenação de ações (blogs das manifestações em tempo real); formas digitais de repertório de ação (abaixo assinados online); mecanismos de filiação e contribuição financeira (filiação online e contribuição online); formas de interagir com o alvo, exercer pressão por meio de e-mails (alguma possibilidade de interação com os alvos); Mecanismos de *call for action* (convocação para ações).

Finalmente, nas duas variáveis de *deliberação*, pensamos mecanismos que possam proporcionar um espaço para a prática deliberativa. Como vimos na parte teórica, os espaços podem ou não serem apropriados como uma esfera de deliberação. Entretanto, podemos pensar dois recursos comuns no ambiente virtual que podem fornecer espaço para deliberação:

os espaços para publicação de comentários; e algum tipo de fórum, chat ou espaços de conversa entre participantes.

Vale ressaltar que esse é um rol exemplificativo, não visa abranger a amplitude de mecanismos e recursos que possam ser apropriados para o ativismo político na internet. Esse quadro de variáveis tenta exemplificar e elucidar formas digitais de mobilização política. No decorrer da análise dos portais virtuais, poderemos nos deparar com novas formas, mas que estarão seguindo uma das funções políticas descritas acima.

### 3.3 Os portais

#### 3.3.1 Greenpeace

Os movimentos ambientalistas talvez sejam os movimentos *single-issues* mais destacados das últimas décadas. Como destacou Staggenborg (2009) tais movimentos foram hábeis ao introduzir importantes temáticas e criar relevantes *frames bridgings* como a “mudança climática”, que foi adotado por um grande público e se refere à uma variedade de demandas e fenômenos políticos e naturais (como ondas de frio e calor; extinção da fauna e flora) e também o da “sustentabilidade” (Castells, 2002). Pensando nos países do Sul, a preservação das florestas, em especial, a região amazônica também se tornou um *framing* capaz de englobar movimentos e redes de ativismo transnacionais.

A década de 60 envolveu um forte ciclo de protestos em grandes esferas do ativismo transnacional (feminismo, ambientalismo, pela paz). A questão ambientalista ganhou forte contorno político, social e cultural em virtude, principalmente, das experiências com o uso da energia nuclear no contexto de guerra fria, e de produtos químicos no cotidiano. Decorreu daí duas oportunidades políticas (Staggenborg, 2009): a de se formarem a criação de fundos, de lobby e de ações judiciais para uma “política mais verde”; e a de envolver preocupações rotineiras e privadas em uma “contracultura verde” que ajudou a criar e a apoiar comunidades rurais alternativas, restaurantes de comida natural, um estilo de vida e de ação política. No Brasil, o Greenpeace também é uma referência nas questões ambientalistas. Pereira (2008) em seu estudo pode observar que as ações e temáticas desse movimento ressoavam em movimentos aqui<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> “(...) a gente fez uma campanha inspirada em algumas ações que o Greenpeace já fez” – entrevista 37; “Greenpeace pode colocar links de adversários, pois serve para informamos sobre eles e para ter substância para os protestos” – entrevista 11. Respectivamente p.p. 318 e 332, Pereira, 2008.

Essa dicotomia fez com que se tornasse difícil (ou infrutífero) agrupar todas as ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob égide de um ambientalismo único. Castells (2002) difere movimentos de *ambientalismo* (que seriam todas as formas de comportamento coletivo que visem corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e o ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional vigente), dos movimentos de *ecologia* (uma perspectiva sociológica de teorias e crenças sobre o ser humano como parte de um ecossistema mais amplo). O que nos interessa é o viés político dessa ação coletiva, portanto, os movimentos de *ambientalismo*.

Tentando criar uma tipologia desses movimentos, Castells (2002) os dividiu assim:

Tipo ( <i>exemplo</i> )	Identidade	Adversário	Objetivo
Preservação da natureza ( <i>Grupo dos Dez, EUA</i> )	Amantes da natureza	Desenvolvimento não controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço ( <i>Não no meu quintal</i> )	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda ( <i>Earth First!, ecofeminismo</i> )	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	Ecotopia
Salve o planeta ( <i>Greenpeace</i> )	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
Política verde ( <i>Die Grunen</i> )	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Castells, 2002, p.143.

Em virtude de nosso trabalho focar no ativismo político transnacional, o movimento ambientalista mais indicado é o Greenpeace. Não apenas pelo seu caráter *internacionalista*, que diz Castells (2002), mas também por ser um movimento com grande alcance na internet. O principal adversário do Greenpeace é um modelo de desenvolvimento que desconsidera os efeitos do mesmo no ecossistema. Nessa toada o Estado nação é o maior obstáculo ao controle do desenvolvimento (Castells, 2002), por isso o grande alvo das ações do movimento seja os Estados nacionais e suas políticas irresponsáveis com o meio ambiente. O *Greenpeace* dessa forma se tornou a maior organização – sendo também uma *OMS* (organização de movimentos sociais) – de questões ambientais do mundo e, provavelmente, a principal responsável pela popularização de questões ambientais, por meio de ações diretas, sem uso de violência, e orientadas à mídia.

Como destaca Staggenborg (2009) a preocupação em estar visível sempre foi uma constante no Greenpeace:

Media attention is one factor that affects public concerns and, although there have been periods of heightened media attention to the environment since the early seventies, the movement has struggled to maintain ongoing, serious coverage of environmental problems (Staggenborg, 2009, p. 103)

A relação de visibilidade e movimento, no caso do Greenpeace, costuma ocorrer nos eventos dramáticos que envolvam danos ambientais. Para Staggenborg (2009) essa dinâmica influencia os altos investimentos em recursos de mídia, na expertise tecnológica para filmar, editar e publicizar eventos de protesto. O portal virtual do movimento corrobora essa hipótese, uma vez que é um dos com maiores recursos e ferramentas para auxiliar a mobilização política. O *Greenpeace* dentro dos quatro “As” de Rutch (2004) se notabiliza por se adaptar à cobertura da mídia massiva, obtendo notoriedade positiva, além de que, como todo movimento social, oferecer alternativas de informações. No que se refere aos períodos de latência o Greenpeace consegue permanecer no cenário político em virtude da sua adaptação as mudanças políticas (Staggenborg, 2009). O *Greenpeace* se encaixa na definição de Smith (2009) de redes com laços transnacionais formais, que se ocupam, em especial, com a coordenação de cooperações transnacionais, em cultivar e manter uma representação global e se coupam em realizar ações com alcance transnacional.

Falando do portal virtual ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)), esse é um dos sites mais completos dentre os analisados. Juntamente com o do Avaaz é um dos que consegue manter o militante internauta atraído para o ativismo virtual. Como veremos o site possui quase todas as variáveis, além de outros recursos e informações. O *Greenpeace* contabiliza mais de três milhões de ativistas no mundo. Como vimos em Klandermans (2007) existem várias formas de militância, sendo que os ativistas são um número reduzido de pessoas realmente engajadas em diversos níveis da ação coletiva. No caso do *Greenpeace*, não se sabe se o número se refere a membros filiados ou, por exemplo, inclui o número de membros online de sua página no *Facebook* (3,85 milhões). No portal virtual estão disponíveis quatro formas de participação: (1) colaborador, que efetua uma contribuição financeira; (2) o ciberativista, pois como ressalta o movimento no site “*a mobilização pela internet é uma das grandes estratégias do Greenpeace para pressionar os*

*governantes*<sup>11</sup>; (3) o voluntário, nos moldes do trabalho voluntário com dedicação gratuita de tempo e motivação para agir pelo movimento; (4) na mídia, veículos midiáticos interessados em transmitir peças de publicidade do movimento.

As formas de participação traduzem bem como o *Greenpeace* age: procurando recursos financeiros para manter a estrutura, procurando pessoas para agir dentro de repertórios digitais de ação; procurando pessoas para se voluntariar pela causa; e buscando cobertura midiática de suas ações.

Sabemos que a militância ocasional e os múltiplos vínculos são uma realidade no ativismo transnacional (Bennett, 2003; Papacharissi, 2009; della Porta e Diani, 2006; Pereira, 2011), sendo que esse número de participantes e as diversas formas de participação demonstram a força desse movimento ambientalista.

O portal também contém informações sobre os valores e as temáticas do movimento. Como vimos em Staggenborg (2009) e Castells (2002), o *Greenpeace* é um movimento que busca a ação direta (não violenta) e uma cobertura midiática favorável. Isso se traduz nos valores apresentados por eles no site: (1) “independência”: não aceitam dinheiro público, de doações de governos, empresas ou partidos. Afastam assim o fantasma da institucionalização, e reforçam o caráter conflituoso da ação direta; (2) “a não violência”: coincide com a ideia de Tarrow (2005) que o aumento de canais de participação institucional refreia a violência dos protestos, normalizando a prática, do contrário teremos uma deslegitimação dos mesmos, colocando-os perante o público e mídia como radicais demais; (3) “Confronto pacífico”: assemelha-se a ideia acima, traz também a ideia de uma política de escolha, de uma criatividade nas ações e de uma conscientização antes de tudo; (4) “Engajamento”: bandeira chave de qualquer mobilização social, mas aqui pensada no sentido individual (cada um faz sua parte), diferenciando assim de grandes estruturas ideológicas.

No que se refere aos temas e questões, o portal divide em cinco pontos: “Amazônia”, “Clima e Energia”, “Nuclear”, “Oceanos” e “Transgênicos”. Cada ponto traz informações sobre o tema, as causas, as consequências e as soluções que o movimento quer levar a cabo. Sabemos que um “*master framing*” auxilia no enquadramento de temáticas e ações

---

<sup>11</sup> Extraído em 22.02.2012 do [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)

coletivas. No caso do *Greenpeace* a “sustentabilidade” e a “mudança climática” são *framings* que empurram a notoriedade do ambientalismo.

No que tange aos espaços potencializadores de *deliberação*, o portal virtual oferece um “blog” que atua como espaço para textos de integrantes do *Greenpeace*, que possui espaço para comentários para membros cadastrados. O espaço não possui moderação, mas é quase nula a prática deliberativa. No período de observação, foram 10 postagens, dessas 6 pertenciam ao mesmo autor, sendo que duas do total obtiveram um comentário cada.

No que tange aos repertórios de ação digital, o *Greenpeace* utiliza-se de duas formas em voga no ativismo transnacional na internet: os abaixo assinados (petições online) e as campanhas online (Mosca e Santucci, 2007 e Earl e Kimport, 2011). Além disso, possuem newsletter e formas de contribuição online.

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Sim
Informações atualizadas sobre manifestações	Sim
Agenda de manifestações futuras	Sim
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Sim
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Sim
Convergência entre plataformas virtuais	Sim
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais	Não
Enquete sobre temas em discussão	Não
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Sim
Filiação online	Sim
Contribuição financeira online	Sim
Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Sim
Convocação para ações	Sim



Espaço para publicação de comentários	Sim
Fórum ou chat de discussão	Sim

No que diz respeito as *social network sites* – as plataformas sociais – o *Greenpeace* possui perfis no *Facebook*, sendo um deles direcionado ao Brasil, contando à época da pesquisa, com 219.405 “likes” e 66.217 citações por usuários. A atualização ocorre quase que diariamente com fotos, links de notícias e convocações para ações, que se juntam aos comentários postados pelos membros do *Facebook*. No período observado, ocorriam em média quatro atualizações diárias, alguns com 1.400 compartilhamentos e 1.330 “likes”. No *Twitter*, a conta *Greenpeace* BR possui 540.751 seguidores e 7.391 tuitadas, e o conteúdo também é atualizado com frequência. O endereço do portal virtual é citado em ambas as plataformas sociais, o que pode ser uma tentativa de levar o internauta para a página principal.

Conclui-se, dentro do modelo de variáveis construído, que o portal do *Greenpeace* é um dos mais completos, ricos e diversificados dentre os movimentos e redes transnacionais estudados. No quesito *informação* o portal é praticamente completo dentre as variáveis pensadas. No que tange as formas de *participação* temos o recorrente problema da falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, assim como a falta de uma forma de pesquisar a opinião dos militantes internautas. Na *deliberação* temos a presença de mecanismos potencializadores, mas que não resultam em uma forma perceptível de prática de deliberação.

### 3.3.2 Anistia Internacional

A história do ativismo transnacional é uma história que deve muito aos promotores de direitos humanos. O respeito pelos direitos humanos se tornou um fator de legitimidade democrática (Ron, Ramos e Rodgers, 2009). Violação aos direitos humanos pode ser considerada um “*master framing*” de enorme repercussão, com a chamada “ressonância” (Snow e Benford, 1992), e funcionam como justificativa para ações dentro e fora dos movimentos sociais e redes de ativismo, como base moral para intervenções militares.

Em uma investigação sobre a cobertura de direitos humanos, Ron, Ramos e Rodgers (2009) observaram que em duas grandes publicações, “*The Economist*” e “*Newsweek*”, o número de países, mostrados como violadores de direitos humanos, cresceu três vezes entre 1986 e 2000. Isso

mostra a relevância do tema para além dos movimentos sociais e redes de ativismo.

Nessa toada, a Anistia Internacional se destaca como interlocutor de grande credibilidade entre a mídia massiva. Apesar de se dizerem um “*um movimento global*”<sup>12</sup>, a Anistia Internacional é mais bem descrita como uma *rede de ativismo transnacional*, pois a atuação é fortemente baseada na troca de informações, na publicação de violações de direitos humanos pelo mundo. O *modus operandi* da Anistia Internacional se relaciona bem com o descrito por Smith (2009) nas redes de laços transnacionais regulares, que se ocupam principalmente com a: “Educação Pública”, na “facilitação de mobilização local por outros atores”, na “articulação e disseminação de *framings* globais estratégicos”, na “pesquisa e publicação de materiais de organização” e no “monitoramento de instituições”.

A importância das redes para os direitos humanos é citada por Ron *et al.* (2009). A comunicação, a educação e o número de organizações conectadas aumenta o número de atenção dedicada à cobertura de direitos humanos.

A grande arma da Anistia Internacional é a informação. Como cita Ron *et al.* (2009):

Global activists regularly use their information to discredit authoritarian rulers in weak countries. On occasion, they even make the most powerful Western official eat humble pie (Ron, Ramos e Rodgers, 2009, p. 351)

Como o portal virtual deles anuncia: “*A Anistia Internacional divulga violações e abusos dos direitos humanos de forma precisa e rápida*”<sup>13</sup>.

Apresenta quatro destaques na área no portal virtual: (1) Situação dos direitos humanos: um relatório anual atualizado em 2011 com informativos internacionais, sobre ativismo de direitos humanos, novas mídias e controle estatal (2) Direitos humanos no Brasil, na qual apresenta uma agenda de direitos humanos para o país; (3) Campanhas globais, um informativo sobre as campanhas internacionais desenvolvidas pela Anistia Internacional (dignidade social, respeito aos direitos humanos, contra a pena de morte, a favor das cortes de justiça internacionais e pelo controle de armas); (4) Anistia Internacional no Brasil, mostra o histórico da Anistia Internacional no Brasil, desde um episódio de 1973. Atualmente possui escritório no país.

---

<sup>12</sup> Extraído no dia 24.02 do site [www.br.amnesty.org](http://www.br.amnesty.org)

<sup>13</sup> Idem

A forma de agir é especificada no portal virtual do movimento, que diz que para atingir os seus objetivos na área de direitos humanos: *“Investiga sistemática e imparcialmente tanto situações gerais como casos concretos de violações de direitos humanos; torna público o resultado de suas investigações e suas recomendações a quem pode pôr fim a essas situações; dirige-se a governos, organizações intergovernamentais, aos grupos armados, às empresas e outros participantes não estatais; mobiliza a opinião pública para pressionar governos e outros atores que violam direitos humanos<sup>14</sup>”*.

Percebe-se que o repertório digital de ações é reduzido, mas que também se encontra na forma de campanhas online, e de interações com os alvos mediante comunicação eletrônica. Essas campanhas no Brasil se dão, principalmente, por meio de outra rede cujo link encontra-se no site: “A Rede de Ação Urgente”. Nesse outro site existem diversas campanhas abertas, no momento da pesquisa uma se relacionava com o Brasil e as outras com questões transnacionais. Portanto, a ação é desenvolvida por outra rede de ativismo transnacional, conectada ao portal da AI. Instaura-se ali um breve relato e um informativo de como apelar às autoridades, uma espécie de manual que não cita a forma de comunicação eletrônica e sim a carta, o que pode decorrer numa participação reduzida do internauta militante.

Existe também a precaução de informar aos membros que esses não falam pela organização.

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Não
Informações atualizadas sobre manifestações	Não
Agenda de manifestações futuras	Não
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Sim
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Não
Convergência entre plataformas virtuais	Sim*
Acessibilidade para	Não

<sup>14</sup> Extraído no dia 24.02 do site [www.br.amnesty.org](http://www.br.amnesty.org)

deficientes	
Enquete sobre temas em discussão	Não
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Não
Filiação online	Sim
Contribuição financeira online	Sim
Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Sim
Convocação para ações	Sim
Espaço para publicação de comentários	Não
Fórum ou chat de discussão	Não

\*Possui *Facebook*, mas não possui link direto.

Conclui-se que a Anistia Internacional possui poucos recursos de interação, de ação coletiva na rede, ocupando mais em *informar* sobre as questões de direitos humanos, como um veículo de mídia, da qual possui relativa credibilidade. Se pensarmos a questão do *framing* essa rede de ativismo possui capacidade para “ressoar” suas questões, temáticas e valores em outras localidades e em outros movimentos, mas não se vê ações de protesto como tônica da rede.

No aspecto da *participação*, as variáveis apontam para uma busca do financiador, mais do que do militante. As possibilidades de interação com o alvo existem, mas não se percebe uma preocupação com a formação de uma ação coletiva de confronto na rede, nem fora dela. Pensando a questão dos tipos de militantes, levantado por Klandermans (2007), percebemos que a flexibilidade da participação afeta o comprometimento. No caso da AI, temos uma busca por uma participação menos intensa, voltada a manter a organização e sua estrutura, mas não querendo gerar um engajamento afetivo intenso. Pensando a questão das ações híbridas (Pereira, 2008 e 2011), vemos que não existe essa confluência no proposto pela Anistia Internacional. As ações além de esparsas não dialogam entre as esferas off-line e online.

Nos *social network sites* temos atualizações mais periódicas, mas o elemento informativo de rede permanece presente. A relação com a mídia massiva é estreita e acaba por transformar a relação da Anistia Internacional com a mídia – dentro dos critérios dos “4 As” de Rutch (2007) – em uma

forma de adaptação. Como diz Ron, Ramos e Rodgers (2009) a relação da Anistia Internacional com a mídia é uma “*mixed blessing*”, pois a primeira é chamada a prestar informações sobre violações, mas quem define o foco é a mídia massiva tradicional, o que leva à alguns casos não terem repercussão mesmo que investigados pela rede de ativismo.

### 3.3.3 Avaaz

Os movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais de “múltiplas questões”, como mostra Smith (2009), têm crescido bastante nos últimos anos, e se tornaram o segundo foco primário dentre os grupos envolvidos em ativismo transnacional (por volta de 28%, no último levantamento do *Yearbook of International Organizations*).

E a Avaaz se destaca enquanto rede de ativismo transnacional de múltiplas questões, como o próprio site informa:

(...) querem proteções mais fortes para o meio ambiente, um respeito maior pelos direitos humanos, esforços concretos para acabar com a pobreza, corrupção e Guerra. Contudo, a globalização enfrenta um déficit democrático enorme enquanto as decisões internacionais são formadas pelas elites políticas e inúmeras empresas privadas, não pelas visões e valores de pessoas no mundo<sup>15</sup>.

Identificamos pelo texto do site o caráter múltiplo das questões que a Avaaz aborda (meio ambiente, os direitos humanos, corrupção, guerra). Em sua estratégia de ação está uma forte dependência da internet, como os próprios reconhecem.

A Avaaz pode ser considerada uma rede de ativismo transnacional, com laços transnacionais formais, tais como o *Greenpeace*, mas sem a estrutura de OMS que os ambientalistas têm. Ela foi fundada em 2007 por dois grupos de ativismo transnacional: *Res Publica* e *Moveon.org*. O último é conhecido como um dos primeiros grupos de ativismo online, a se organizar de forma híbrida com ações off-line e online (Castells, 2003, Chadwick, 2006). Isso demonstra como diversos autores apontam (Norris, 2002; Brundidge e Rice, 2009) que a participação gera mais participação, e que o *know how* sobre ação coletiva é crucial para o sucesso dela.

A Avaaz opera em 15 línguas e o contato com o militante internauta se dá pelo e-mail cadastrado. Dessa forma, o usuário é informado das questões consideradas relevantes e convocado a se mobilizar em uma ação digital

---

<sup>15</sup> Extraído do site: [www.avaaz.org/po](http://www.avaaz.org/po) em 22/02/2012

organizada de forma transnacional. A transnacionalidade se mostra na maneira como os usuários são identificados no portal virtual, com o nome e a bandeira do país de origem. Isso cria a identidade de *cosmopolitas enraizados* que della Porta e Diani (2006) e Tarrow (2005) caracterizam como referente aos ativistas transnacionais.

As ações, apesar de fortemente dependentes da internet, não se restringem ao repertório digital. A Avaaz se engaja em ações presenciais, muitas delas decorrentes de ações digitais, como, por exemplo, quando ativistas resolvem entregar aos alvos os abaixo assinados com as milhares de assinaturas colhidas pelo portal virtual. É perceptível que pelo custo da ação híbrida, a parte presencial é realizada por um grupo reduzido de ativistas, sendo que o foco em *call for action* na web é maior.

O portal é voltado a dar um senso de “globalidade”. Possui cerca de 13.012, 836 membros<sup>16</sup>. Esses membros são convocados, geralmente, para participarem das campanhas promovidas pela rede, em especial, assinando petições online. São diversas campanhas envolvendo temáticas recorrentes ao ativismo transnacional. Na página de cada uma existe um breve informativo e o número de assinaturas já recolhidas, em uma espécie de “termômetro” da ação coletiva digital. Existe também um texto padrão oferecido como forma de interação com os alvos da mobilização. Percebe-se as formas de ação e mobilização oferecidas ao participante comum (no caso, internauta) são as duas mais usuais no ativismo transnacional na web: campanhas e petições online (Mosca e Santucci, 2007).

No que tange aos aspectos de informação, a Avaaz é um site quase completo, possui recursos de informação sobre coordenadores, sobre campanhas, sobre repercussão na mídia. Nesse último aspecto, a Avaaz demonstra estar adaptada (dentro dos “4 As” de Rutch, 2007), mas também – de forma menos – ser uma alternativa à mídia. Mas o fato é que a Avaaz possui uma boa repercussão na mídia tradicional, com uma seção especial (“Avaaz na mídia”), que conta com artigos, frases e resenhas positivas de jornais e veículos massivos sobre as ações, os valores e as táticas da rede. Outro ponto em relação à legitimidade e visibilidade da rede são os depoimentos de pessoas notórias, tais como Al Gore, enaltecendo a mobilização política da Avaaz.

As formas como as campanhas são desenvolvidas e quem, exatamente, decide a agenda de movimentos e redes sempre foi uma questão não tão

---

<sup>16</sup> Idem

clara. Apesar de estruturas menos rígidas, múltiplos vínculos e de uma heterogeneidade de questões no atual padrão de ativismo político transnacional (Norris, 2002, Hindman, 2009, Chadwick, 2006, Pereira, 2008), são poucos os movimentos que montam uma agenda de atuação de forma mais aberta. A Avaaz desde 2010 tenta construir uma agenda mais próxima da opinião dos internautas militantes, por meio de uma pesquisa aberta a todos os cadastrados no site. Resta saber a eficácia do mecanismo, mas em relação aos demais portais virtuais, essa é uma iniciativa única.

Em 2010, foram realizadas seis perguntas: (1) Prioridade para campanhas: por meio de um gráfico mostrando a prioridade da questão mostrou-se mais relevante aos participantes questões de ambientalismo e direitos humanos; (2) “*De 2007 a 2009, o foco foi a mudança climática, esse deveria continuar sendo?*” Aqui vemos um caso de *master framing* sendo apropriado por outro movimento, tal como della Porta e Diani (2006) ponderavam, é comum que movimentos e redes se utilizem de *framings* de movimentos e redes mais consolidados para se inserirem dentro do ativismo político transnacional; (3) “*Qual o objetivo em relação ao movimento e a organização?*” A resposta foi aprofundar o envolvimento já existente e continuar levando o ativismo online para as ruas. Tal resposta abre margem a interpretar a necessidade da *ação híbrida* para manutenção do engajamento. Novamente della Porta e Diani (2006) contribuem ao lembrar que a identidade também se constrói – e se consolida – com a ação coletiva presencial, com o conflito como descreve Melucci (1996); (4) “*Campanhas que você acha extremamente importante para o ano?*”: A resposta se deu em pressionar líderes mundiais por um acordo climático e campanha contra desmatamentos e pelos povos indígenas; (5) “*Grandes ideias para o ano?*”: Trata-se *framings* de campanhas, de temáticas para a principal forma de ação coletiva digital deles: as campanhas; (6) “*Qual a confiança e otimismo do impacto das mobilizações?*”: a maior parte das respostas oscilou entre confiante e cautelosamente confiante.

Tal maneira de definir a agenda prossegue em 2012 e as perguntas diferem do biênio passado, demonstrando que os objetivos e temas da rede são mutáveis em curtos períodos de tempo, mais um sinônimo da flexibilidade da identidade, da estrutura e da ação (Bennett, 2004). As perguntas eram: (1) “*Indique questões relevantes*”: era uma pergunta com múltiplas questões já definidas pela rede, faltou assim um espaço para uma sugestão livre; (2) “*Quais das campanhas específicas deve continuar?*”; (3) “*Grande ideias e sugestões ao Avaaz?*”, dentre as possibilidades estavam

transformar a Avaaz em uma forma de substituição à mídia tradicional, se envolver nas eleições, construir uma base maior de mantenedores. Vemos aqui dilemas básicos de movimentos sociais e redes de ativismo. Partir para uma postura mais alternativa e radical contra o *establishment*, se envolver em questões políticas partidárias, aumentar a base, lidar com um número maior e mais heterogêneo de participantes? Todas essas questões que o ativismo transnacional enfrenta; (4) “*O que descreve melhor o que você sente pela Avaaz?*”: Com vimos, a importância da individualidade, da política como estilo de vida, da identidade flexível, isso tudo leva a tornar relevante o que as pessoas sentem pelo que fazem, essas buscam satisfação pessoal, mais do que grandes estruturas ideológicas ou projetos políticos (Norris, 2002; Castells, 2003; Papacharissi, 2010); (5) “*Opinião sobre o trabalho*”: versa também sobre a ideia acima; (6) “*Opinião sobre o papel da própria pesquisa na vinculação de ações?*”: A questão da flexibilidade de objetivos, da própria natureza múltipla da Avaaz; (7) “*Expansão da equipe de dedicação exclusiva da Avaaz, atualmente em 25 membros?*”: Vemos aqui um dado interessante. Dentre os mais de 13 milhões de membros, os que se dedicam exclusivamente são apenas 25. Aumenta-los, importa em obter um financiamento maior; (8) Espaço para o comentário do participante da pesquisa; (9) O e-mail para confirmar os dados e validar o preenchimento.

Essa pesquisa que visa formar uma agenda minimamente discutida com os membros da Avaaz é um esforço válido e interessante do ponto de vista de ampliar os canais de participação, algo que se aproxima da nossa visão de democracia digital.

Outras formas de uma participação mais horizontal são achadas em outras seções do site, como eles próprios dizem:

As ideias para as campanhas são submetidas a pesquisas e testes semanalmente com amostras aleatórias distribuídas a 10.000 membros, e apenas as iniciativas que recebem uma forte reação positiva são implementadas em grande escala<sup>17</sup>.

Outro ponto interessante são trechos que demonstram certa afinidade entre teoria e discurso de mobilização política:

É nessas breves janelas, em momentos de imensas crises e oportunidades, que a comunidade da Avaaz, muitas vezes, deixa sua marca<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Ibidem

<sup>18</sup> Ibidem



Vemos a ideia de *brechas de compatibilidade no sistema* (Melucci, 1996), bem como a ideia de *oportunidades e restrições políticas* de Tarrow (2005 e 2009) trabalhadas pela Avaaz, ressaltando a capacidade e a necessidade do ativismo se aproveitar de momentos de confronto para buscar uma maior participação, uma voz mais presente.

A Avaaz também se atenta ao problema da fragmentação em seu site:

Movimentos, alianças e organizações muitas vezes com o tempo se fragmentam em muitos grupos menores – ou então gastam cada vez mais tempo tentando manter unidos grupos rivais. Na Avaaz, reconhecemos que as pessoas de boa vontade muitas vezes discordam em temas específicos; em vez de pressionar por um consenso, cada um de nós simplesmente decide se quer ou não participar de determinada campanha<sup>19</sup>.

Dois ideias permeiam o texto acima: a compreensão – como afirmam della Porta e Diani (2006) – do novo padrão de ativismo política do problema de fragmentação do movimento social devido à disputas internas, ou pela dificuldade de se manterem por conta do não compartilhamento de posições centrais (Bennett, 2005). Outro ponto é afirmação prática da militância ocasional, do que Pereira (2008) chama de militância a La carte. Apesar dessa flexibilidade, não vemos a presença de *links* para outros movimentos, ou outras redes de ativismo.

No que tange as variáveis, vemos que a Avaaz apenas não possui “Podcasts” – que podem ser substituídos por outras formas de comunicação –, a acessibilidade para portadores de necessidades especiais não ocorre, nem o “blog em tempo real das manifestações”. Essa última pode não ocorrer devido as manifestações presenciais serem poucas e efetuadas por um grupo pequeno de manifestantes (como os vídeos disponíveis demonstram), além disso, o uso de *social networks sites*, como Facebook e Twitter, substituem essa ferramenta. No *Facebook*, a Avaaz possui até mais de um perfil, mas nenhum direcionado ao público brasileiro ou de língua portuguesa. No perfil mais popular (342.942 “likes” e 10.161 citações), a maior parte do conteúdo está em inglês, mas existe conteúdo em português também. No *Twitter*, a Avaaz tem um perfil em inglês com 312.913 seguidores e 1.035 tuitadas. Em ambos os casos, o endereço do portal está visível, e se formos comparar o site parece ser a plataforma essencial da Avaaz, até mesmo por ser em 15 línguas, enquanto as SNS estão, na maior parte, em inglês.

---

<sup>19</sup> Ibidem

No que tange as variáveis de *deliberação* o portal nada produz. Não existem seções para comentários e para discussão interna. Algumas páginas exibem *spots* com comentários de membros, mas todos devidamente selecionados e elogiosos.

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Sim
Informações atualizadas sobre manifestações	Sim
Agenda de manifestações futuras	Sim
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Sim
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Sim
Convergência entre plataformas virtuais	Sim
Acessibilidade para deficientes	Não
Enquete sobre temas em discussão	Sim
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Sim
Filiação online	Sim
Contribuição financeira online	Sim
Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Sim
Convocação para ações	Sim
Espaço para publicação de comentários	Não
Fórum ou chat de discussão	Não

A Avaaz parece ser um caso bem sucedido de rede de ativismo transnacional com forte dependência da internet. Se os dados dos mesmos podem ser levados em conta, a Avaaz contabiliza “32 milhões de ações online e off-line” (as chamadas ações híbridas), bem como mais de “15 milhões de dólares arrecadados pela internet”, sendo parte, aplicado em expertise tecnológica para lutas em países cujos regimes impedem a comunicação

livre de informação, formando assim um processo de nos moldes do “modelo bumerangue” de Keck e Sikkink (1998), no qual busca-se apoio em organizações fora do contexto de repressão e espera-se o retorno de apoio para os desafiantes locais. Pensando nos modelos de Smith (2009) a Avaaz pode se enquadrar como rede de laços transnacionais regulares, que se ocupam principalmente com a: “Educação Pública”, na “facilitação de mobilização local por outros atores”, na “articulação e disseminação de *framings* globais estratégicos”, na “pesquisa e publicação de materiais de organização” e no “monitoramento de instituições”. Entretanto, devido ao uso intenso das potencialidades do ativismo na internet, a Avaaz também flerta com um tipo de rede mais robusto, com laços formais tal como o *Greenpeace*, pois também efetua ações simbólicas e diretas na arena global, sem, entretanto, ter a estrutura organizacional que o referido movimento ambientalista tem.

### **3.3.4 Sindicato Mercosul**

Os movimentos sindicais, ou de forma mais ampla, os que se relacionam com questões ligados ao trabalho, são movimentos inseridos historicamente a mais tempo que boa parte das temáticas existentes no contexto transnacional. Mas esses enfrentam um problema de classificação no que se refere a sua atuação como movimentos sociais ou redes de ativismo transnacional (della Porta e Diani, 2006 e Smith, 2009). Muitos movimentos sindicais atuam de forma mais evidente como grupos de interesses, mas, em regra, não se elimina o caráter conflituoso dos mesmos.

No caso dos movimentos e redes sindicais esses podem não se encaixarem perfeitamente na definição de *estruturas de mobilização transnacionais* de Smith (2009). Como vimos em sua tipologia, os sindicatos enfrentam dupla classificação, pois podem ser movimentos sociais ou redes de ativismo, como também podem não ser.

O fato é que é difícil encontrar um portal virtual cuja esfera seja transnacional e que tenha relação com o Brasil. Existem as redes sindicais que funcionam com alianças internacionais, mas sem exercerem um tipo forte de mobilização política transnacional, incorrendo, muitas das vezes, em redes de informação, apoio mútuo ou apenas em aliados episódicos. De outro lado, devedores de uma tradição em direitos humanos, temos movimentos e redes de ativismo que lutam por condições dignas de trabalho, pelo fim do trabalho escravo ou infantil, dentre outras. Nosso alvo

seriam movimentos mais focados em questões de mobilização sindical, por não terem essa zona comum com os movimentos de direitos humanos.

Entretanto, apesar do crescimento de uma economia globalizada, que leva ao surgimento de redes transnacionais de sindicatos, encontrar um exemplo à altura das discussões teóricas não foi possível. Em especial, pela mobilização de sindicatos serem, a maior parte das vezes, local e institucionalizada, em parte, pela ausência de portais virtuais em língua portuguesa. Sites como “Global Unions” ou “Movimento Sindical de las Americas” não estão disponíveis em língua portuguesa.

Em regiões com maior integração econômica, vide União Europeia, percebemos ações coletivas transnacionais mais intensas. Mattoni (2007) estuda o caso das Paradas de Primeiro de Maio na Itália, e sua consequente difusão para outros países europeus. O *framing* nessa ocasião que foi “globalizado” foi o da precariedade das condições trabalhistas. Criou-se assim uma identidade coletiva: trabalhadores em condições precárias, em risco, dentro do contexto europeu. Nesse caso, como Mattoni (2007) mesmo revela, os portais virtuais foram fundamentais:

(...) the existence of a virtual space, which gathered websites of the activist groups involved in the parade organization, reinforced the idea of the common belonging to the same transnational social movement network (Mattoni, 2007, p. 216)

Infelizmente, não se encontrou interações de confronto transnacional promovidos com ajuda de portais virtuais na esfera sindical. Não obstante isso, pôde-se retirar um exemplo de portal virtual cujo alcance fosse transnacional: O sindicato Mercosul ([www.sindicatomercosul.com.br](http://www.sindicatomercosul.com.br)).

De acordo com o portal deles, o Sindicato Mercosul é uma “*continuidade do trabalho de informação do boletim eletrônico ‘Correio Sindical do Mercosul’, uma mescla de informações sindicais e clipping de notícias<sup>20</sup>*”. Eles buscam ter um papel informativo para os sindicatos da região, que ajude no avanço das organizações de trabalhadores do Mercosul. Apesar da expectativa, pouco se disponibilizou para a realização de um portal virtual de ativismo sindical. A forma de contato deles é um e-mail, e o que se encontra no site são coletâneas de notícias de vários países do cone sul, entretanto, são notícias defasadas, a última é de 2008. Além disso, se encontra boletins, relatórios e informativos relacionados às questões sindicais, mas parte está disponibiliza em espanhol. Pereira (2008) já havia

---

<sup>20</sup> Extraído em 22.02.12 do site [www.sindicatomercosul.com.br](http://www.sindicatomercosul.com.br)

percebido a relutância entre as redes sindicais no Brasil de se apropriarem dos mecanismos e ferramentas virtuais<sup>21</sup>. Percebe-se ainda um modelo de organização clássica, diferente do novo padrão relatado por tantos autores (Norris, 2002, della Porta e Diani, 2006, Chadwick, 2010).

Um ponto relevante é a série de links para outras redes e organizações sindicais, o que demonstra a clara intenção de se formar uma rede de informações. Esses links estão divididos em oito categorias: “Organizações internacionais”; “Secretariados Profissionais Internacionais”; “Organização internacional do Trabalho”; “Centrais Sindicais”; “Sindicatos dos Trabalhadores”; “Outros Sindicatos internacionais”; “Organizações Não Governamentais”; e “Órgãos de Governo”. Dentro de cada sessão constam links para dezenas de organizações relacionadas à questão do trabalho.

No que se refere as *social network sites*, o sindicato está ausente.

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Não
Informações atualizadas sobre manifestações	Não
Agenda de manifestações futuras	Não
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Não
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Não
Convergência entre plataformas virtuais	Sim
Acessibilidade para deficientes	Não
Enquete sobre temas em discussão	Não
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Não
Filiação online	Não
Contribuição financeira online	Não

<sup>21</sup> “Nós enquanto dirigentes sindicais, nós não temos tanto domínio e apropriação da máquina, a gente tá muito assim olha, o assessor, uma pessoa que cuida dessa parte de interação, né?” – Entrevista 14; “Mas e... os dirigentes... e também tem dire... diretores lá que eu sei que nem abrem a Internet, tem alguém que abre vê o quê que tem e passa, né?”. Respectivamente p.p 297 e 306, Pereira, 2008.

Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Não
Convocação para ações	Não
Espaço para publicação de comentários	Não
Fórum ou chat de discussão	Não

Pode-se concluir que o ativismo sindical continua numa zona cinzenta entre ser um movimento social/rede de ativismo transnacional e ser um grupo de interesse. Independente disso, percebe-se que a apropriação de ferramentas virtuais para a mobilização política ocorre de modo lento, influenciado pela estrutura organizacional clássica, rígida e hierárquica. A opção – como mostra Pereira, (2008) – é ainda por uma militância dentro de um padrão antigo de ativismo<sup>22</sup>, que leva em conta a preocupação com o risco de defecção (Klandermans, 2007). Mesmo assim, já se observa na web o surgimento de organizações com uma adoção e adaptação maior aos repertórios de ação digital dentro da temática trabalhista<sup>23</sup>. Mas observando as variáveis, o portal do Sindicato Mercosul se mostra deficiente de uma abordagem de mobilização política online mais intensa.

### 3.3.5 Marcha Mundial das Mulheres

A despeito do declínio do ciclo de protesto nos anos 60, que trouxe a tona um movimento feminista disposto a tomar a arena política institucionalizada, o movimento feminista permanece um movimento social vital (Staggenborg, 2009). O movimento feminista é extremamente variado, na forma e no conteúdo (Castells, 2002) o que ocasiona em diversas estruturas, diversos *framings* e diversas formas de ação.

Essa diversidade talvez seja a razão pela qual foi difícil achar um referencial de portal virtual feminista na esfera do ativismo transnacional. O ativismo, a meu ver, pareceu bastante diluído em pequenas redes locais. A participação feminina, apesar de cada vez maior, se torna invisível em

<sup>22</sup> “Ela (a Internet)... é importante, é um meio de comunicação que chega rápido, mas evidente que ela não substitui o dia-a-dia e o corpo a corpo (...), é uma coisa que auxilia na mobilização, mas o dia-a-dia, o contato, a militância, de ir lá na escola e explicar porquê que vai ter, isso não substitui” – Entrevista 14, p. 330, Pereira, 2008.

<sup>23</sup> O portal virtual da *International Trade Union Confederation* ([www.ituc-csi.org](http://www.ituc-csi.org)) é um exemplo de site com forte inclinação ao ativismo transnacional online. Com links para abaixo assinados, com *issues* diversificados e vários recursos multimídias o site é um bom exemplo de uma tendência mais flexível de ativismo sindical. Infelizmente o portal não se encontra em língua portuguesa.

movimentos fora da questão de gênero, como afirma Touraine (2007). Existem mulheres em movimentos ambientalistas, por direitos humanos, sindicalistas, mas a identidade da mulher só é percebida como uma afirmação política nos movimentos feministas.

Um bom exemplo de portal virtual de ativismo transnacional feminista é a “Marcha Mundial das Mulheres”, apresentada assim por Scherer-Warren (2006):

A Marcha mundial das mulheres (MMM) é um caso emblemático de luta transversal de direitos para a América Latina e para a sociedade global. A MMM teve sua origem no movimento de mulheres e caracteriza-se por ser um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto (Scherer-Warren, 2006, p. 116).

Como visto, a MMM é uma rede de ativismo transnacional, também definida por Scherer-Warren (2006) como uma “rede interorganizacional”, que congrega vários movimentos sociais, redes de ativismo locais e ONGs. Essa definição em Smith (2009) seria como uma rede de laços transnacionais regulares, que se ocupam principalmente com a: “Educação Pública”, na “facilitação de mobilização local por outros atores”, na “articulação e disseminação de *framings* globais estratégicos”, na “pesquisa e publicação de materiais de organização” e no “monitoramento de instituições”.

O portal virtual da rede foca em notícias, em informativos e em documentos sobre a participação da MMM em questões feministas. Verifica-se, como pensando em parte da literatura (Norris, 2002; Melucci, 1996, Touraine, 2007), certa institucionalização do movimento feminista no que se refere ao local de atuação do mesmo. No site da MMM, observa-se a relação com atores institucionalizados (Secretárias de Políticas para mulheres) e com eventos públicos referentes às temáticas feministas (Fóruns, Conselhos e Conferências).

No portal, encontramos uma riqueza de informações e dados da MMM, mas uma quase completa ausência de ações diretas perpetradas pela internet ou realizadas com auxílio do portal virtual ou de outras ferramentas virtuais. Ou seja, as ditas ações híbridas não ocorrem dentro da MMM.

A MMM é descrita por eles mesmos como “*um movimento que articula ações locais, nacionais e internacionais. Nestes seis anos, construiu sua força e legitimidade organizando as mulheres em torno de uma agenda radical*”

*anticapitalista e anti-patriarcal*<sup>24</sup>". Os seis anos referidos acima já são 12, pois a MMM nasceu em 2000. A defasagem das informações é um problema, juntamente com o excesso de textos, a ausência de fotos, vídeos e tópicos, que dão um tom monocórdio a leitura, diferente da linguagem fragmentada, sucinta e interativa que predomina na internet e em redes e movimentos mais dependentes dela, tal como o Avaaz.

A MMM descreve suas ações internacionais no site, sendo duas mobilizações políticas transnacionais:

A Marcha mundial das Mulheres já realizou duas ações internacionais, nos anos 2000 e 2005. A primeira contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios (...). A Segunda ação mundial, realizada em 2005, novamente levou milhares de mulheres às ruas<sup>25</sup>.

Fruto dessas ações, a "Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade" constitui-se um documento extremamente longo e disponível no site, que descreve o projeto da organização para um mundo mais solidário, livre e justo.

As formas de participação oferecidas são poucas. No portal, a organização reforça que não procura membros, pois não é uma associação, mas sim procura grupos que desejam se envolver em ações práticas. A forma de cadastro se limita a enviar um e-mail com os dados do grupo para a coordenação da organização, não existindo mecanismo online de cadastramento. O portal quer que quem esteja interessado em participar possa realizar metas como: "*Chamar outros grupos de seu país para participar*"; "*Participar das atividades programadas*"; "*Participar de campanhas de educação popular na sua região*"; "*Descentralizar informações sobre a Marcha entre os integrantes de seu grupo*".

As metas impostas pela organização demonstram bem um caráter de rede de ativismo com laços rotineiros – tal como tipifica Smith (2009) – com o objetivo de estender a rede entre vários grupos, de descentralizar a transmissão da informação (uma expectativa dos teóricos de democracia digital) e se engajar nas atividades planejadas.

No que tange a organização da rede, o portal virtual mostra que a maior parte das coordenadoras está ligada à outra rede, outro movimento ou organização local. Existe também uma lista com os grupos e o respectivo país que integra a MMM. Bem como, um "Fale Conosco": uma caixa de

---

<sup>24</sup> [www.sof.org.br/marcha](http://www.sof.org.br/marcha)

<sup>25</sup> Idem



mensagem que necessita preenchimento de nome, e-mail, endereço e telefone.

As outras seções do site se referem aos “Campos de Ação” (autonomia econômica das mulheres; bem comum e serviços públicos; paz e desmilitarização; violência contra as mulheres). Todos acompanhados de um documento que coloca metas, objetivos e diretrizes da questão. Também existe a seção “Memória” que relata o histórico, relata os anais dos encontros nacionais, da presença no Fórum Mundial Social e das já referidas ações internacionais. Por último, a seção de “Atualidades” envolve notícias (são 41 páginas de temas relevantes a MMM); uma “agenda de ações” vazia; uma página sobre a 3º ação internacional ocorrida em 2010, mas sem informações da mesma; e “boletins” da MMM ou de organizações próximas, mas a última atualização foi em 2010; “fotos”, com fotos de ações realizadas por organizações feministas ligadas a MMM e “Publicações”: informativos, cadernos e jornais em versão digital.

As variáveis refletem a falta de ações coletivas digitais, do uso informativo da internet, quase como uma rede de informações.

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Sim
Informações atualizadas sobre manifestações	Sim*
Agenda de manifestações futuras	Não
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Não
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Não
Convergência entre plataformas virtuais	Não
Acessibilidade para deficientes	Não
Enquete sobre temas em discussão	Não
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Não
Filiação online	Sim**
Contribuição financeira online	Não

Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Não
Convocação para ações	Sim
Espaço para publicação de comentários	Não
Fórum ou chat de discussão	Não

\* Apesar da defasagem das informações, o site convoca participantes para as marchas ainda por realizar; \*\* A filiação aqui é o envio por meio eletrônico de informações de grupos interessados a participar.

O portal é rico em informações, em discurso feminista, em posições políticas e ideológicas. O caráter transnacional é evidente. O problema é que os mecanismos de participação e os repertórios de ação digital para o militante internauta são fracos. A convergência de mídias não existe, apesar da MMM ter Facebook, esse não está presente na forma de link no site. A interatividade é mínima, os textos longos vão na contramão da fragmentação que a internet impõe a toque de caixa. É uma estrutura de site que remete a uma estrutura hierarquizada dos “antigos” movimentos sociais. A participação é pequena, a possibilidade de deliberação inexistente e o que sobra é um excesso de informação.

### 3.3.6 Família Internacional

Os movimentos religiosos mais relevantes nos últimos 20 anos foram os ligados ao fundamentalismo islâmico (Castells, 2002). Passado o período mais agudo da iminente ameaça do terrorismo, encontramos dificuldade de encontrar um movimento religioso de caráter transnacional na rede mundial de computadores.

Mas como afirma Earl e Kimport (2011) existe uma adoção de práticas e táticas típicas de movimentos sociais e redes de ativismo fora daquilo que caracterizamos como tal. No caso dos movimentos religiosos, muitos não possuem um viés político, mas possuem repertórios de ações e táticas herdadas dos movimentos sociais.

A religião também tem uma relação histórica com o ativismo político, em especial, na questão da formação da identidade e dos repertórios de ação simbólica. Como mostra William (2002) a religião por ser um conjunto de relações sociais, integra a identidade pessoal e social, provendo razões e recursos para a ação política. O autor diz também que uma vez que os movimentos precisam produzir pacotes de ação dentro de limites legítimos e conhecidos da cultura, muitos usam bases retóricas e simbólicas extraídas

de comunidades religiosas, pois essas são acessíveis e legitimadas. Um exemplo disso, como McAdam (2007), foi o movimento pelos direitos civis nos EUA nos anos 60, que se apoiavam em uma mistura de discurso cristão, teoria democrática convencional e filosofia de não violência, obtendo assim uma compreensão positiva do público em geral.

Mas os movimentos religiosos em sentido estrito não costumam adotar tanta fluidez simbólica. Como ressaltam della Porta e Diani (2006) as identidades religiosas costumam ser as mais exclusivas e restritas, não possibilitando os múltiplos pertencimentos característicos do ativismo transnacional na internet.

Ressaltado esses pontos, foi selecionada uma organização religiosa que faz forte uso da internet para divulgar informações sobre os seus valores, suas práticas e suas ações: a “Família Internacional”.

Definem-se como um *“grupo cristão que se dedica a disseminar o evangelho de Jesus Cristo em todo mundo<sup>26</sup>”*. Fundada no sul da Califórnia no final da década de 60 e encontra-se presente em mais de 90 países. Como em boa parte das instituições e seitas religiosas, a identidade social é completamente absorvida pelos preceitos e valores pregados (Castells, 2002). Por isso, os membros necessitam demonstrar aptidão e apego às normas de conduta. No caso da “Família Internacional” a missão é construir um estilo de vida comunal e cristão.

Aproximando-se da tipologia de Smith (2009) eles seriam uma rede de laços transnacionais de difusão, preocupados em divulgar os valores cristãos e angariar novos membros. Por isso o site é tão informativo, possuindo informações sobre os membros fundadores e uma infinidade de artigos, pontos de vista e doutrinas cristãs.

O site é muito bem elaborado, e fornece recursos interativos típicos da comunicação via web. Devido ao caráter religioso impor certa rigidez, a fluidez de objetivos, a interação e construção coletiva dos valores e a lacuna de informações é pouco vista (e bem vinda para o grupo).

Como as variáveis mostram, eles se adéquam dentro de ferramentas de informação e alguma forma de ação, não política, mas religiosa e comunitária, não fazendo menção à um repertório de ação digital, nem a formas de deliberação.

---

<sup>26</sup> Extraído em 24.02.12 do site [www.afamilia.org](http://www.afamilia.org)

Variáveis	
Podcasts	Não
Informação sobre coordenadores/dirigentes	Não
Informações atualizadas sobre manifestações	Não
Agenda de manifestações futuras	Não
Newsletter	Sim
Prestação de contas	Sim
Acesso ao acervo de ações/ vídeos	Não
Convergência entre plataformas virtuais	Não
Acessibilidade para deficientes	Não
Enquete sobre temas em discussão	Não
Blogs das manifestações em tempo real	Não
Abaixo assinados online	Não
Filiação online	Sim
Contribuição financeira online	Sim
Alguma possibilidade de interação com o alvo das ações	Não
Convocação para ações	Sim
Espaço para publicação de comentários	Não
Fórum ou chat de discussão	Não

Trata-se de uma organização cuja atuação na rede é majoritariamente informativa, sem um cunho político evidente, apropriando-se de ferramentas virtuais – que também são utilizados por movimentos e redes – para os seus propósitos religiosos. Vemos aqui uma proposta para os chamados *like minded people* (Sunstein, 2001), sem espaço para a militância ocasional. Pelo observado, verifica-se que a identidade religiosa é excludente (Castells, 2002 e della Porta e Diani, 2006), mesmo em um ambiente fragmentado e dado a descentralização como é a internet.

### 3.4 Conclusões

Concluindo a análise empírica podemos perceber que a variação é grande na apropriação e uso das ferramentas virtuais para mobilização política de um movimento social ou rede de ativismo transnacional para outro. Klandermans (2007) já levantava o ponto de que a forma de ativismo possui relação com a demanda e a temática envolvida, o que de fato se mostrou presente nos casos analisados.

É dever informar que o estudo de caso desenvolvido aqui não permite fazer extrapolações por demais genéricas, tendo em vista a seleção reduzida dos casos estudados e dos fatores externos que podem influenciar na forma como são (ou não são) apropriadas as ferramentas virtuais de comunicação, participação e deliberação. Ressalvado isso, o trabalho empírico – por mais tímido que seja – encontra resultados semelhantes (e por métodos diferentes) com pesquisas mais robustas (Pereira, 2005, 2008 e 2011; Staggenborg, 2009). Não se pretende apontar respostas definitivas, em especial na relação temática do movimento e apropriação de ferramentas de ativismo online, mas levantar questões sobre o tema, respeitando fatores não observados na metodologia (tais como custo financeiro dos portais virtuais, custos com pessoal, estratégias de atuação, dentre outras). Mas podemos afirmar que diferenças existem.

Observando o quadro abaixo podemos ter uma visão panorâmica dessas diferenças:

Movimentos/Redes	Variáveis (18)			Total (18):
	Informação (Total: 8)	Participação (Total: 8)	Deliberação (Total: 2)	
Greenpeace	7	4	2	13
Anistia Internacional	3	4	0	7
Avaaz	7	6	0	13
Sindicato Mercosul	2	0	0	2
Marcha Mundial das Mulheres	3	2	0	5
Família Internacional	2	3	0	5

Destacaram-se na análise o movimento ambientalista *Greenpeace* e o movimento de múltiplas questões *Avaaz*. Ambos demonstraram possuir mais recursos e maior iniciativa em utilizar-se do repertório de ação digital, assim como adotaram uma postura mais pragmática nas estratégias de mídia. O *Greenpeace* foi o único a ter as variáveis de *deliberação*, mesmo que na prática tenhamos visto que pouco resultado se obteve dali. A *Avaaz* por outro lado se destacou nos quesitos de *participação*, inclusive com uma iniciativa de destaque na busca por formar uma agenda conjunta com os internautas militantes.

Os demais mostraram não usar as ferramentas de mobilização política de forma contundente. No caso do Sindicato Mercosul e da Marcha Mundial das Mulheres vemos que as peculiaridades do ativismo sindical e feminista repercutem na forma como se dá a apropriação das ferramentas, sendo que o caráter informativo prevalece na web. Assim como a Anistia Internacional, que possui uma relação estreita com a mídia tradicional, procurando angariar menos ativistas do que apoiadores e recursos. Exemplo que se coloca de forma mais à margem, a Família Internacional mostrou como algumas das ferramentas usadas pelo ativismo político servem para outros fins. Mostrou também como a militância ocasional não é considerada nas questões religiosas, que se firmam como identidades exclusivas.

#### 4. Conclusões finais

Concluído nossos esforços em estabelecer um panorama robusto da tríade internet/ativismo político/internacionalização, cujos atores principais são os movimentos sociais e redes de ativismo transnacionais, resta-nos repassarmos nossas conclusões obtidas ao longo de três capítulos.

Iniciando pelo capítulo empírico, construímos, com base na literatura e na observação empírica, 18 variáveis que visavam constituir exemplos de mecanismos/ferramentas que estão disponíveis pela tecnologia da internet e podem ter um uso político feito pelos movimentos sociais e redes de ativismo político transnacionais. Essa análise visava observar três categorias de uso político: informação, participação e deliberação. Categorias que resumem bem um potencial político de uma tecnologia. Os resultados da análise encontram-se no capítulo três, e remetem a diversas conclusões pontuais. Mas a análise também sugeriu algo que a literatura também comprova (Klandermans, 2007 e Pereira, 2008): a temática de determinados movimentos e redes atua de forma determinante no que tange a apropriação de ferramentas virtuais, assim como interfere nas diferentes formas de agir, se organizar ou de angariar militantes. A web não é um campo absolutamente a parte nas estratégias dos movimentos e redes. Alguns conseguem desenvolver as esferas online e off-line (*Greenpeace*), alguns investem no ativismo virtual (*Avaaz*), outros acabam por não fortalecer nenhum campo em específico, agindo de forma reduzida dentro das possibilidades (*Anistia Internacional* e *Marcha Mundial das Mulheres*), e outros ainda atendem à um modelo centralizado ou exclusivo encontrado no padrão clássico de ativismo político, como os sindicatos e os grupos religiosos, o que podemos dizer que se trata de um ativismo “mais do mesmo”.

Mas as variáveis mostram que existem iniciativas diferentes, inovações nos repertórios de ação no âmbito virtual. As campanhas e petições online são hoje uma das principais formas de protesto na web (Earl e Kimport, 2011) sendo que as campanhas já não são ações de longo prazo, elas adotam uma lógica da internet e se tornam rápidas e curtas, sendo que a multiplicidade de temas faz com que as campanhas e petições online estejam constantemente sendo iniciadas e terminadas. Essa característica, às vezes criticada – juntamente com a facilidade de engajar-se e desengajar-se – é um dos pontos que destacam a mobilização online do que esperamos de uma mobilização tradicional. Estamos diante de uma “política de escolha” (della Porta e Diani, 2006), de uma “política de estilo de vida” (Norris, 2002). Essa

é a política nas ruas da internet. O ativismo político existe, o conflito existe, mas a dimensão individual exerce um papel fundamental, o “narcisismo cívico” de Papacharissi (2010) é muitas vezes o motor da participação.

No primeiro capítulo, discutimos dois pontos fundamentais: a ação coletiva dos movimentos sociais e redes de ativismo, e as características dos atores envolvidos no ativismo político transnacional. As dimensões da ação coletiva – da ação protagonizada por movimentos sociais e, também, por redes de ativismo transnacionais, como vimos – consistem em três: que responda a existência de um *conflito*, que se apoie por *solidariedade* e pressione as *brechas de compatibilidade do sistema* (Melucci, 1996). Outras variações podem existir, mudando em parte a abordagem e em parte apenas o nome (della Porta e Diani, 2006 apresentam as dimensões como *conflito*, *identidade coletiva* e determinada por *oportunidades e restrições políticas*). Essas dimensões também existem nas ações coletivas de confronto, com as peculiaridades apontadas no decorrer do trabalho, assim como estão presentes nas ações realizadas nos contextos da web. Mas existem peculiaridades na relação com aspectos que decorrem para além das dimensões analíticas básicas da ação coletiva.

Um conceito novo (Pereira, 2008) determina a ideia de que a ação coletiva perpetuada na internet possa possuir dois momentos, gerando assim a ideia de ação híbrida: que ocorra dentro do ambiente online e passe para o contexto off-line, ou o inverso. Mas a internet pode apoiar a mobilização de formas menos integradoras, de formas mais conservadoras. Vimos que o aspecto informacional é o de maior destaque na análise qualitativa dos sites, sendo que os atores tem que trabalhar dentro da tecnologia para criar oportunidades de ação online, ou se apropriar das já criadas e politiza-las, o que demanda um custo. Os custos da ação se ligam a teoria de Mobilização de Recursos. No contexto do ativismo político transnacional, os atores podem reduzir o custo de participação, assim como a escassez de estruturas de organização, por meio da apropriação da internet (Lupia e Sin, 2003). O dilema do *free rider* parece ser inevitável em um contexto de ativismo político transnacional e virtual, mas com custos de organização e ação menores os militantes participam, mesmo que ocasionalmente (Earl e Kimport, 2011). O fato de a ação ser esporádica, episódica, encaixa-se na ideia de que parte dessas ações é oriunda da “Política de Confronto”. A organização também se torna híbrida, tal como a ação, sendo mais flexível e menos hierárquica. Uma tendência que já existia



antes da internet, mas que ganhou força, pois a capacidade da rede de conectar pessoas é enorme.

Existe um novo padrão de ativismo político? A resposta para a imensa maioria da literatura é sim. Ele não decorre da internet, mas encontrou nela uma amplitude de potencialidades que reforçam esse novo padrão.

Nesse novo padrão, como vimos, temos organizações mais flexíveis, repertórios híbridos de ações, mobilização de curto, médio e longo tempo, e militantes que são antes indivíduos buscando expressar seu modo de vida, seja por ações confronto, seja por meios simbólicos. A comunicação instantânea capacita os movimentos e redes a se tornarem visíveis, a construir narrativas conjuntas com localidades distantes. Também a internet auxilia em colocar em voga um ativismo personalizado, no qual o internauta se torna um militante a La carte (Pereira, 2008), mas se torna ao mesmo tempo um *cosmopolita enraizado*, capaz de participar dentro do seu contexto local, mas com abertura para responder a demandas além da zona de alcance.

Não apenas no padrão de ativismo político vemos o declínio da rigidez das organizações centralizadoras, das palavras de ordem, das ideologias e das identidades exclusivas. A “liquidez” do mundo (Bauman, 2001) se aplica nas relações estabelecidas no ativismo político. A multiplicidade de questões, de reivindicações, de identidades a serem incluídas na esfera social faz com que a mobilização política seja antes de tudo uma mobilização diversificada, fragmentada, dispersa. Norris (2002) aponta que ocorreu um declínio da participação por meios tradicionais. Os partidos, as associações, os sindicatos perderam espaço como intermediários entre cidadãos e governos, sendo assim necessário observar as novas oportunidades de engajamento cívico que tem evoluído e se diversificado nos últimos anos. Os atores nesse novo padrão – movimentos sociais e redes de ativismo – optam por terem estruturas organizacionais descentralizadas, critérios de filiação mais amplos, a querer influenciar estilos de vida, a mudar a sociedade por ação direta. Nesse novo padrão reconstroem-se os conceitos que formam o ativismo político: as *agências* mostram o modelo de organização que citamos acima, flexível, pouco rígido, com foco na ação direta e no uso da internet. No que tange essa ação direta, vamos dos *repertórios* convencionais ao protesto político, com os atores mesclando repertórios tradicionais de ação (como lobby) com uma variedade de modos alternativos e mais diretos, com uma dose maior de confronto (boicotes, petições, campanhas), fazendo da internet um meio pelo qual essa mescla ocorre. E por último os *alvos* saem

da esfera do Estado nacional, e passam por alvos supranacionais, não apenas estatais, mas também corporações, pessoas e entidades.

O confronto e o protesto – também questões de destaque no trabalho – são, antes de tudo, formas pouco convencionais de ação política. Se elas estão crescendo, ganhando espaço, é porque os atores sociais estão em busca de construir novas maneiras de influenciar as decisões ao seu redor. A busca por uma ação direta, uma ação de confronto (Tilly, 1978 e Tarrow, 2005), um desafio (Melucci, 1996), uma via não convencional, tem ligação com o novo padrão de ativismo político, que deixa os intermediários e os repertórios de ação tradicionais de lado, buscando expressar de forma intensa uma participação política. Ocorre uma quebra entre a linha do social e do político, do público e do privado. Como os movimentos e redes desejam não apenas influenciar os processos decisórios, mas se engajam em disputas simbólicas por identidades e modos de vida, é de se esperar que os mesmos procurem ampliar os limites da sua ação política. Outro fato que leva os atores a se expressarem por vias diretas de protesto e confronto é o que Smith (2005) constatou. A *internacionalização* mostrou dinâmicas de interação entre cidadãos, estados e entidades supranacionais que fogem dos modelos de representatividade conhecidas nas democracias. As decisões proferidas por atores internacionais interferem na política doméstica, mas sem que seja possível aos afetados recorrerem a mecanismos de *accountability* e *responsiveness*. Cria-se um déficit democrático na participação, o que acaba por levar a ações diretas dos cidadãos – mesmo que percebemos que as entidades supranacionais também podem funcionar a favor de *representatividade* negada no nível nacional.

Por fim, destacamos que o campo que se segue de estudos que relacionam movimentos sociais, redes de ativismo, e outros atores envolvidos no ativismo político é bastante promissor. A relação deles com as inovações tecnológicas, com os novos alvos e com as novas demandas e identidades é um dos pontos caros de uma agenda para uma democracia mais intensa, mais robusta, mais radical (Dahlberg e Siapera, 2007).

As inovações em termos de ação, organização, mobilização se juntam à dimensões sociais em mudança, no que tange ao espaço privado, aos grupos sociais, as identidades políticas. Nos deparamos com transformações no ativismo político, no surgimento das cyberações, do engajamento online, da militância ocasional, das identidades múltiplas. A esperança de relações mais horizontais, de uma participação mais intensa, de que mais e mais

cidadãos estejam presentes nos espaços políticos e que esses espaços políticos sejam cada vez mais amplos é o que encerra esse trabalho.

## 5. Referências Bibliográficas

BARBER, Benjamin. *Three Scenarios for the future of Technology and Strong Democracy*. Political Science Quarterly, Vol. 113, n.º 04, 1999, EUA.

BENNETT, W. Lance. *Social Movements beyond Borders: Understanding Two Eras of Transnational Activism*. In: PORTA, Donatella della; TARROW, Sidney (Orgs.). *Transnational Protest & Global Activism*. Rowman & Littlefield, 2005, EUA.

BENNETT, W. Lance and TOFT, Amoshaun. *Identity, Technology, and narratives: Transnational Activism and social networks*. In: Chadwick and P. Howard (Eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge Press, 2010.

BRUNDIDGE, Jennifer; RICE, Ronald. *Political Engagement online: Do the information rich get richer and the like-minded more similar?* In: Chadwick and P. Howard (Eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge Press, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, 2000, São Paulo.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Paz e Terra, 2002, São Paulo.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Jorge Zahar Editor, 2003, São Paulo.

CHADWICK, Andrew. *Internet Politics – States, Citizens and new communication technologies*. Oxford University Press, 2006, EUA.

CHADWICK, Andrew. *Digital Network Repertoires and Organizational Hybridity*. In: *Political Communication* 24:3, p.p 283-301.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. MIT Press, 1992, EUA.

COHEN, Robin; RAI, Shirin. *Global Social Movements*. The Athlone Press, EUA, 2005.

DAHLBERG, Lincoln; SIAPERA, E. *Radical Democracy and the internet – Interrogating theory and practice*. Palgrave MacMillan, 2007, EUA.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social Movements – an introduction*. Blackwell Publishing, Oxford, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; FILLIEULE, Olivier. *Policing Social Protest*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. *Transnational Processes and Social Activism: An Introduction*. In: PORTA, Donatella della; TARROW, Sidney (Orgs.). *Transnational Protest & Global Activism*. Rowman & Littlefield, 2005, EUA.

DIANI, Mario. *Networks and Participation*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA.

DiMAGGIO, Paul and HARGITTAI, Eszter. *From the 'Digital Divide' to 'Digital Inequality': Studying Internet Use as Penetration Increases*. Princeton University Press, 2001.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. *Digitally Enabled Social Change: Activism in the internet age*. The MIT Press, Cambridge, 2011.

EDWARDS, Bob and McCARTHY, John D. *Resources and Social Movements Mobilization*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA.

EDWARDS, Arthur. *The Dutch women's movement online: internet and the organizational infrastructure of a social movement*. In: VAN de DONK, Win; LOADER, Brian; NIXON, Paul e RUCHT, Dieter. *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. Routledge, 2004 New York.

GAEDA, Carlos A. *Dimensões analíticas para compreender as ações coletivas na atualidade*. 34<sup>o</sup> Encontro Anual da Anpocs, 2010, Caxambu.

GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge University Press, 1992, UK.

GAMSON, William and MEYER, David. *Framing Political Opportunity*. In: McADAM, D., McCARTHY, J., ZALD, M. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge University Press, 1996, EUA.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Harper Colophon Books, New York, 1974.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, 1997, São Paulo.

GOMES, Wilson. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, 2005. Disponível em: [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/fronteirasv9n3/09\\_art07\\_gomes.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/fronteirasv9n3/09_art07_gomes.pdf).

GOMES, Wilson. *Democracia Digital: Que Democracia?* Trabalho apresentado no II Compolítica, UFMG, 2007 Belo Horizonte. Disponível em: [http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt\\_ip-wilson.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-wilson.pdf)

GOMES, Wilson. *Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008*. Revista de Sociologia e Política, vol. 17, nº 34. Curitiba, 2009.

HELD, David; MCGREW, Anthony. GOLDBATT, David; PERRATON, Jonathan. *Global Transformation: Politics, Economics and Culture*. Stanford University Press, 1999, EUA.

HINDMAN, Matthew. *The Myth of Digital Democracy*. Princeton University Press, 2009, EUA.

JORDAN, Tim. *Online direct action: hacktivism and radical democracy*. In: DAHLBERG, Lincoln; SIAPER, E. *Radical Democracy and the internet – Interrogating theory and practice*. Palgrave MacMillan, 2007, EUA

KECK, Margaret and SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Cornell University Press, 1998, EUA.

KIES, Raphael. *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

KLANDERMANS, Bert. *Disengaging form Movements*. In: GOODWIN, Jeff and JASPER, James M. (Eds.): *The Social movements reader: Cases and concepts*. Wiley-Blackwell Publishers, 2009, New York.

KOOPMANS, Ruud. *Protest in Time and Space: The Evolution of Waves of Contention*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA

LEMO, André; LÉVY, Pierre. *O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. Editora Paulus, São Paulo, 2011.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. *The Impact of the internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework*. Parliamentary Affairs, Vol. 60, nº 04, p.655-674, 2007.

LUPIA, Arthur; SIN, Gisela. *Which public goods are endangered?: How evolving communication technologies affect The Logic of collective action*. Public Choice n.º 117, 2003, Holanda.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. EDUSP, 1999, São Paulo.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contentious*. Cambridge University Press, 2001, EUA.

MARGETTS, Helen. *Public management change and e-government: the emergence of digital era governance*. In: Chadwick and P. Howard (Eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge Press, 2010.

MATTONI, Alice. *Organization, Mobilization, and Identity: National and Transnational Grassroots Campaigns between Face-to-Face and Computer-Mediated Communication*. In: BARINGHORIT, Sigrid; KNEIP, Veronica; NIESYTO, Johanna. *Political Campaigning on the web*. Transaction Publishers, 2009, UK.

MELUCCI, Alberto. *A Strange Kind of Newness: What's "New" in New Social Movements*. In: LAVAÑA, Enrique; JOHNSTON, Hank; GUSFIELD, Joseph R. *New Social Movements: From Ideology to Identity*. Temple University Press, 1994, Philadelphia, EUA.

MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes*. Cambridge University Press, 1996, EUA.

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Editora Vozes, 2001, Petrópolis.

MENDONÇA, Ricardo F; PEREIRA, Marcus Abílio G. *Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb*. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública – WAPOR. 04 a 06 de maio de 2011, Belo Horizonte.

MOSCA, Lorenzo and SANTUCCI, Dario. *Petitioning Online: The Role of E-Petitions in Web Campaigning*. In: BARINGHORIT, Sigrid; KNEIP, Veronica; NIESYTO, Johanna. *Political Campaigning on the web*. Transaction Publishers, 2009, UK.

NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge University Press, 2002, EUA

NORRIS, Pippa. *Digital Divide*. Cambridge University Press, 2001, EUA.

PANAGOPOULOS, C. *Politicking online – the transformation of election campaign communications*. London: Rutgers University Press, 2008.

PAPACHARISSI, Zizi. *The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond*. In: Chadwick and P. Howard (Eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge Press, 2010.

PAPACHARISSI, Zizi. *A networked self: identity, community, and culture on social network sites*. New York, Routledge Press, 2011.

PEREIRA, Marcus Abílio G. *CMC, Identidades e Gênero: Teoria e Método*. In: BRAGA, Adriana (Org.): *O Caracter polipotencial da Internet e suas consequências para a democracia*. Universidade da Beira Interior, 2005, Coimbra.

PEREIRA, Marcus Abílio G. *Cyberactivismo e Democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de ação*. Tese de Doutorado, 2008, Coimbra.

PEREIRA, Marcus Abílio G; MARONA, Marjorie; PINHEIRO, Pedro C. *Fale com o Deputado: uma análise do perfil dos parlamentares em relação à interação virtual com os cidadãos*. 35º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, Brasil, 2011.

PEREIRA, Marcus Abílio G. *O que a internet tem a ver com as promessas não cumpridas da Democracia?* VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 01 a 04 de Agosto, Gramado, 2012.

PUTNAM, Robert. *Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis*. Revista de Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 147-174, Curitiba, 2010.

RUTCH, Dieter. *The Quadruple A*. In: VAN de DONK, Win; LOADER, Brian; NIXON, Paul e RUCHT, Dieter. *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. Routledge, 2004 New York.

RUTCH, Dieter. *The Spread of Politics Protest*. In: DALTON, Russell J. and KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.): *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford University Press, 2007, London.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os Processos de Globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Globalização e as Ciências Sociais*, Cortez, Editora, 2005, São Paulo.

SCHERER-WARREN, Isle. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado, v. 21, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006, Brasília.



- SMELSER, Neil. *Theory of Collective Behavior*. Free Press, 1962.
- SMITH, Jackie. *Transnational Processes and Movements*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA.
- SMITH, Jackie. *The Transnational Network for Democratic Globalization*. In: GOODWIN, Jeff and JASPER, James M. (Eds.): *The Social movements reader: Cases and concepts*. Wiley-Blackwell Publishers, 2009, New York.
- SNOW, David. *Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields*. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, EUA.
- SNOW, David. and BENFORD, Robert. *Master frames and cycles of protest*. In: MORRIS, A. and MUELLER, M. (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992
- STAGGENBORG, Suzanne. *Social Movements*. Oxford University Press, 2009.
- SUNSTEIN, Cass. *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press, 2001
- TARROW, Sidney. *O Poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Editora Vozes, 2009, Petrópolis.
- TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. Cambridge University Press, 2005, EUA.
- TARROW, Sidney; McADAM, Doug. *Scale Shift in Transnational Content*. In: PORTA, Donatella della; TARROW, Sidney (Orgs.). *Transnational Protest & Global Activism*. Rowman & Littlefield, 2005, EUA.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. McGraw-Hill Publishing Company, 1978, New York.
- TILLY, Charles. *Identities, Boundaries and Social Ties*. Paradigm Publishers, 2007, Londres.
- TILLY, Charles. *Movimentos sociais como Política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, janeiro-julho, 2010, Brasília.
- THOMPSON, John B. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Vozes, 1998, Petrópolis.

TOURAINÉ, Alain. *Podemos Viver Juntos? – Iguais e Diferentes*. Editora Vozes, 1999, Petrópolis.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Editora Vozes, 2006, Petrópolis.

VERBA, Sidney; Schlozman, Kay L.; BRADY, Henry E. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Harvard University Press, 1995, EUA.

YOUNG, Iris Marion. *Activist challenges to deliberative democracy*. Oxford, Blackwell Publishing, p.p. 102-120, 2003.

WALES, Corinne; COTTERILL, Sarah; SMITH, Graham. *Do citizens 'deliberate' in on-line discussion forums? Preliminary findings from an internet experiment*. Paper preparado para o *Participatory and Democracy Specialist Group at the Political Studies Association Conference*, Edinburgh, 2010